



LAURO LODO PRADO

**VULNERABILIDADE HABITACIONAL: UMA ANÁLISE DA
MORADIA EM CORTIÇOS EM SÃO PAULO-SP**

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais. Sob a orientação da Professora Doutora Maura Pardini Bicudo Vêras.

São Paulo

2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC – SP

LAURO LODO PRADO

**VULNERABILIDADE HABITACIONAL: UMA ANÁLISE DA
MORADIA EM CORTIÇOS EM SÃO PAULO-SP**

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

São Paulo

2015

Banca Examinadora

Laura Mello Bueno
José Geraldo Simões Jr.
Maria Helena V. B. Concone
Marisa do E. S. Borin
Maura P. B. Vêras (Orient.)

Dedico este trabalho a minha querida e amada família.

AGRADECIMENTOS

A Prof^a Dr^a Maura Pardini Bicudo Vêras pela grande honra de trabalharmos juntos, pela compreensão e o companheirismo e principalmente pela sua valiosa orientação feita sempre com muita disponibilidade, incentivos e contribuições que foram fundamentais.

Aos meus pais (Ivan e Vera), pelo carinho, afeto e ensinamentos que proporcionaram respeitar a vida e as pessoas como a si mesmo.

Aos familiares mais próximos, Thais, Luiz, Sidnei, Maria José, Vanda, Julia e Mariana pelo apoio e suporte fundamentais para a conclusão deste sonho.

Aos professores do programa de doutorado em Ciências Sociais da Puc-SP pelas sugestões e incentivos nessa caminhada, aos colegas das aulas e atividades que participei pelos momentos de discussões, de debates, que sempre serviram de estímulo para o meu crescimento profissional, acadêmico e pessoal. Para os funcionários do programa de pós-graduação (Kátia e Rafael), que sempre estiveram atentos aos meus prazos e obrigações, e com muita atenção e carinho resolveram meus problemas acadêmicos.

Aos participantes das entrevistas e os moradores dos cortiços visitados pela ajuda e entendimento de suas condições habitacionais.

A CAPES, pelo subsídio educacional nos estudos de doutorado na Puc-SP e no programa PDSE – bolsa sanduíche - na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em Paris, na França.

A Banca Examinadora de Qualificação e Defesa, pelas contribuições sugeridas para o alcance do término deste trabalho, pelos elogios, críticas e os ensinamentos passados.

Enfim, a todos os meus amigos, colegas e antigos mestres desde a minha infância até os dias atuais por partilharem seus ensinamentos, e que novas sementes germinem.

Nada é tão nosso como nossos sonhos.

Friedrich Nietzsche

RESUMO

PRADO, Lauro Lodo, Vulnerabilidade habitacional: uma análise da moradia em cortiços em São Paulo - SP. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014.

A cidade de São Paulo sempre teve parte de sua população vivendo em condições precárias de habitação. Com atributos de precariedade habitacional, os cortiços fazem parte da história da cidade de São Paulo, sendo mais um dos problemas sociais e da desigualdade econômica que sempre afetaram a cidade. Desde as décadas finais do sec. XIX até os dias de hoje, os cortiços são alternativas habitacionais das classes menos favorecidas. Essas moradias apresentam muitas precariedades como: várias famílias confinadas, moradias com pequenas dimensões, insalubridade devido à insuficiência de ventilação e iluminação, realização em único cômodo das funções de cozinhar, dormir e assistir a programas de televisão, gerando, conseqüentemente, a falta de privacidade. A pesquisa objetivou caracterizar a precariedade habitacional das moradias em cortiço situados no anel intermediário de São Paulo, em termos de vulnerabilidade de sua população residente e em função das especificidades do morar nessa região diante das outras regiões da cidade. Como objeto de estudo foram selecionados dois cortiços situados no anel intermediário da capital paulista, um no bairro do Carrão e o outro no bairro Parque São Lucas, considerados de porte grande de acordo com as fontes oficiais municipais. Sabe-se que a maior concentração de cortiços está nas áreas central e interior da capital paulistana e diversas pesquisas foram realizadas nessas regiões, sendo assim, a região selecionada para este estudo foi o anel intermediário de São Paulo, que é caracterizado como o local que “divide” a região central e a periférica do município. A evolução do conceito de vulnerabilidade expressa a dificuldade de síntese associada aos fenômenos observados que, a seu turno, tendem a refletir uma inerente multidimensionalidade. Além da atenção a aspectos ambientais propriamente ditos os aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos passam a ser progressivamente considerados e integrados nas conceituações e reflexões. A abordagem utilizada nesta tese como conceito de vulnerabilidade volta-se para pressões socioeconômicas. O presente estudo, de cunho etnográfico aproximou-nos de fenômenos no seu ambiente, coletando informações mediante contato frequente com os moradores participantes. Selecionamos 4 famílias, duas de cada cortiço. Além das famílias selecionamos 8 moradores aleatórios de cada cortiço que dividem o quarto muitas vezes com desconhecidos e todos viveram de outros Estados do Brasil para tentarem uma condição de vida melhor. Como resultado, observamos que existe uma precariedade muito grande em habitação compartilhada e a vulnerabilidade é explícita em se tratando dos riscos a que os moradores são expostos. Eles sabem, entendem e percebem que estão expostos a essa vulnerabilidade, mas não tem condições e alternativas de buscar outro tipo de moradia. A vulnerabilidade é eminente nos moradores encortiçados e que esse contexto de “eterno provisório” dificulta e inibe alternativas para a melhoria na qualidade de vida e moradia.

Palavras-chave: Vulnerabilidade; habitação; cortiço; precariedade.

ABSTRACT

PRADO, Lauro Lodo, Housing vulnerability: an analysis of the residences in cortiços in São Paulo-SP. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014.

The city of São Paulo has always been part of its population living in poor housing. With housing precariousness of attributes, the slums are part of the history of the city of São Paulo, with more of the social problems and economic in quality that has always affected the city. Since the final decades of sec. XIX until the present day, the cortiços are housing alternatives of the lower classes. The severities have many precarious aspects as several on fixed families, household with small, poor health due to insufficient ventilation and lighting, achievement in one room of the functions of cooking, sleeping and watching TV, generating hence the lack of privacy. The paper analyzes the vulnerability housing conditions in slums. How to study two tenements object located at the intermediating in the capital city, one in the neighborhood of Carrao and the other at Parque São Lucas neighborhood. It is known that the highest concentration of slums is in the central area and interior of São Paulo city and various studies were performed in this region, so the region selected for this study was the intermediating of São Paulo, which is characterized as the place "divides" the central and peripheral of the city. The evolution of the concept of vulnerability expressed the difficulty of synthesis is associated with the phenomena observed that, in turn, tend to reflect an inherent multidimensionality. In addition to attention to environmental aspects actual economic, social, cultural and political become progressively considered and integrated in to the concepts and reflections. The approach used in this thesis as the concept of vulnerability turns to socioeconomic pressures. This study is exploratory and ethnographic, as we approach phenomena in their environment, collecting information through frequent contact with participants. We selected four families, two one apartment. In addition to the families selected random 8 residents of each apartment that divide the room of ten unknown and all lived in others states of Brazil to try to better living conditions. Our results indicate that there is a great precariousness in shared housing and the vulnerability is explicit in the case of the risks that residents are exposed. They know, understand and realize that they are exposed to this vulnerability, but is unable to seek other alternatives and type of property. The vulnerability is eminent in residents and that this context of "provisional eternal" difficult and inhibits alternatives to improve the quality of life and housing.

Keywords: Vulnerability; housing; cortiço; precariousness.

LISTA DE QUADROS E IMAGENS

Quadro 1 – Algumas Leis e Decretos específicos sobre cortiços a partir da década de 90.....	36
Imagem 1 – Mapas das Subprefeituras e distritos do Município de São Paulo.....	41
Imagem 2 – O cortiço da Rua Candido Vale	42
Imagem 3 – Mapa de localização do distrito do Parque São Lucas.....	45
Imagem 4 – O cortiço da Rua Alto Bonito.....	46
Imagem 5 – Mapa de vulnerabilidade social da Subprefeitura de Aricanduva	53
Imagem 6 – Mapa de vulnerabilidade social da Subprefeitura da Vila Prudente	57
Imagem 7 – Grupos de vulnerabilidade (1), distritos do município de São Paulo - 2000.....	60
Imagem 8 – Fachada do cortiço do bairro Carrão.....	67
Imagem 9 – Fachada do cortiço do bairro Parque São Lucas.....	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição da população, segundo grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS – Município de São Paulo e Subprefeitura de Aricanduva	50
Gráfico 2 – Distribuição da população, segundo grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS – Município de São Paulo e Subprefeitura de Vila Prudente e Sapopemba.....	54
Gráfico 3 – Faixa etária dos pesquisados	70
Gráfico 4 – Sexo dos pesquisados	70
Gráfico 5 – Estado civil dos pesquisados	71
Gráfico 6 – Pesquisados que possuem filhos	72
Gráfico 7 – Quantidade de filhos dos pesquisados	72
Gráfico 8 – Escolaridade dos pesquisados	73
Gráfico 9 – Formalidade ocupacional dos pesquisados	74
Gráfico 10 – Tempo de permanência no ultimo emprego dos pesquisados	75
Gráfico 11 – Renda pessoal dos pesquisados	76
Gráfico 12 – Tempo de moradia dos pesquisados no cortiço	76
Gráfico 13 – Tempo de moradia dos pesquisados na cidade de São Paulo	77
Gráfico 14 – Pesquisados que possuem familiares na cidade de São Paulo.....	78
Gráfico 15 – Pretensão dos pesquisados em voltar para o município de origem	78
Gráfico 16 – Faixa etária dos pesquisados II	86
Gráfico 17 – Sexo dos pesquisados II	86
Gráfico 18 – Estado civil dos pesquisados II	87
Gráfico 19 – Pesquisados que possuem filhos II	87
Gráfico 20 – Quantidade de filhos dos pesquisados II	88
Gráfico 21 – Escolaridade dos pesquisados II	88
Gráfico 22 – Formalidade ocupacional dos pesquisados II	89
Gráfico 23 – Tempo de permanência no ultimo emprego dos pesquisados II	90
Gráfico 24 – Renda pessoal dos pesquisados II	91
Gráfico 25 – Tempo de moradia dos pesquisados no cortiço II.....	91
Gráfico 26 – Tempo de moradia dos pesquisados na cidade de São Paulo II	92
Gráfico 27 – Pesquisados que possuem familiares na cidade de São PauloII	92
Gráfico 28 - Pretensão dos pesquisados em voltar para o município de origemII....	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Subprefeitura de Aricanduva: distritos, área, população e densidade ...	40
Tabela 2 – Dados do cortiço 1.....	43
Tabela 3 – Dados do cortiço 2.....	47
Tabela 4 – Salário médio nominal do emprego formal, por setor de atividade, segundo Subprefeituras e Distritos do Município de São Paulo.....	48
Tabela 5 – Distribuição da massa salarial do emprego formal, por setor de atividade econômica, segundo Subprefeituras e Distritos do Município de São Paulo.....	49
Tabela 6 – Indicadores que compõem o Índice de Vulnerabilidade Social – IPVS – Subprefeitura de Aricanduva – 2000	52
Tabela 7 – Indicadores que compõem o Índice de Vulnerabilidade Social – IPVS – Subprefeitura de Vila Prudente e Sapopemba – 2000	56
Tabela 8 – Índice de Vulnerabilidade Juvenil (1) e população de 15 a 19 anos, segundo distritos do Município de São Paulo	58
Tabela 9 –Índice de Vulnerabilidade Juvenil e população de 15 a 19 anos, por grupos de vulnerabilidade, segundo distritos classificados do município de São Paulo	59
Tabela 10 – Características Gerais do cortiço do bairro Carrão.....	67
Tabela 11 – Características Gerais do cortiço do bairro São Lucas.....	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
-------------------------	-----------

PARTE I – O enquadramento

Capítulo 1 – VerAcidade: Um olhar sobre o urbano	19
---	-----------

1.1 A cidade de São Paulo.....	19
--------------------------------	----

1.2 Aspectos conceituais da vulnerabilidade	25
---	----

Capítulo 2 – Cortiços: vulnerabilidade no Habitat	31
--	-----------

2.1 Cortiços paulistanos	31
--------------------------------	----

2.2 Invisibilidade dos cortiços X Políticas Públicas.....	34
---	----

PARTE II – O estudo

Capítulo 3 – Cortiços no anel intermediário: um espaço na cidade	39
---	-----------

3.1 Características locais gerais	39
---	----

3.2 Mapa de vulnerabilidade social	48
--	----

3.3 Os riscos eminentes	61
-------------------------------	----

Capítulo 4 - Percepções: o provisório eterno	64
---	-----------

4.1 O processo de análise: dados, relatos e entrevistas	64
---	----

4.2 O cortiço do Bairro Carrão	67
--------------------------------------	----

4.3 O cortiço do Bairro Parque São Lucas	83
--	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
----------------------------------	-----------

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
---	------------

ANEXOS

INTRODUÇÃO

As condições precárias de habitação sempre fizeram parte de um percentual da população da cidade de São Paulo. Nos dias atuais, a proporção da precariedade e vulnerabilidade habitacional alcança índices elevadíssimos, pelo olhar da falta de serviços de infraestrutura urbana, como vias de acesso, saneamento básico e transporte, ou pelo viés das condições de segurança do imóvel, como riscos de incêndios, inundações, desmoronamentos e insalubridade.

Com atributos de precariedade habitacional, os cortiços fazem parte da história da cidade de São Paulo, sendo mais um dos problemas sociais e da desigualdade econômica que sempre afetaram a cidade. Essas moradias, ainda na primeira década do sec. XXI continuam sendo uma opção para os que necessitam de abrigo, sendo localizadas principalmente na região central da cidade, mas hoje encontram-se no anel intermediário em áreas com infraestrutura, como água, luz, escolas, hospitais, transporte público entre outros, além da proximidade do trabalho, economizando tempo no deslocamento e no custo do transporte.

Com séculos de existência, as características básicas dos primeiros cortiços da cidade de São Paulo ainda permanecem as mesmas nos dias atuais. Sendo elas, a falta de privacidade, uso coletivo de cozinha, banheiro e área de serviço, superlotação, cômodos pequenos, alugueis de alto valor, instalações elétricas e hidráulicas precárias.

Desde as décadas finais do sec. XIX até os dias de hoje, os cortiços são alternativas habitacionais das classes menos favorecidas. Essas moradias apresentam muitas precariedades como: várias famílias confinadas, moradias com pequenas dimensões, insalubridade devido à insuficiência de ventilação e iluminação, realização em único cômodo das funções de cozinhar, dormir e assistir a programas de televisão, gerando, conseqüentemente, a falta de privacidade.

O presente estudo foi idealizado e desenvolvido a partir de algumas indagações:

Após mais de um século dos primeiros relatos da existência dos cortiços em São Paulo, ainda continuam nas mesmas condições de insalubridade e precariedade? Qual o

grau de vulnerabilidade que os encortiçados vivem e quais as suas percepções dessa precariedade?

Em face dessas inquietações, a pesquisa objetivou analisar as condições de vulnerabilidade habitacional em cortiços. Esta tese tem como objeto de estudo dois cortiços situados no anel intermediário da capital paulista, um no bairro do Carrão e o outro no bairro Parque São Lucas. Sabe-se que a maior concentração de cortiços está na área central e interior da capital paulistana e diversas pesquisas foram realizadas nessa região, sendo assim, a região selecionada para esse estudo foi o anel intermediário de São Paulo, que é caracterizado como o local que “divide” a região central e a periférica do município, apresentado como uma região de boa acessibilidade, infraestrutura urbana, social e econômica e condições de vida da população regulares, onde localizamos dois cortiços nos bairros citados, que pertencem respectivamente às subprefeituras de Aricanduva e Vila Prudente respectivamente, pelo critério de localização e desconcentração desse tipo de moradia.

Observando as características de transformação da cidade de São Paulo, é possível compreender suas novas espacialidades urbanas e a consolidação de padrões de desigualdade socioespacial ocorridos nas últimas décadas. De acordo com Pasternak & Bogus, 1998, tais desigualdades e segregação ficam mais evidentes dividindo a cidade em anéis, que são o central, interior, intermediário, exterior e o periférico. Fato que se deu, pelo conjunto de transformações da economia, que reforça a estrutura social, caracterizada pela concentração de renda, com expansão das camadas superiores e inferiores e retração das camadas médias. Tais mudanças reafirmam uma configuração espacial já marcada pela dualização da estrutura social e urbana.

Os distritos que compõem os distintos anéis são:

- Anel central (6): Bela Vista, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé;
- Anel interior (11): Barra Funda, Belém, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Jardim Paulista, Mooca, Pari, Perdizes, Pinheiros e Vila Mariana;
- Anel intermediário (16): Água Rasa, Alto de Pinheiros, Campo Belo, Carrão, Cursino, Moema, Ipiranga, Itaim Bibi, Lapa, Penha, Sacomã, São Lucas, Saúde, Tatuapé, Vila Guilherme e Vila Leopoldina;

- Anel exterior (27): Aricanduva, Butantã, Cachoeirinha, Cangaíba, Casa Verde, Cidade Ademar, Freguesia do Ó, Jabaguara, Jaguará, Jaguaré, Limão, Mandaqui, Morumbi, Pirituba, Rio Pequeno, Santana, Sapopemba, Tremembé, Tucuruvi, Vila Formosa, Vila Maria, Vila Matilde, Vila Medeiros, Vila Prudente, Vila Sônia e São Domingos;
- Anel periférico (36): Ananguera, Artur Alvim, Brasilândia, Campo Grande, Campo Limpo, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Grajaú, Guaianazes, Iguatemi, Itaim Paulista, Itaquera, Jaraguá, Jardim Ângela, Jardim Helena, Jardim São Luis, Jose Bonifácio, Marsillac, Parelheiros, Parque do Carmo, Pedreira, Perus, Ponte Rasa, Raposos Tavares, Santo Amaro, São Mateus, São Miguel, São Rafael, Socorro, Vila Andrade, Vila Curuçá. Vila Jacuí e Lajeado.

Assim, a segregação existente na cidade de São Paulo apresenta um contexto habitacional desgastado e precário presente em todos os anéis de forma intensa e visível. Como apresentaremos na seqüência desse texto, no que se refere aos objetos de estudo situados no anel intermediário.

Sabendo que os moradores dos cortiços vivem em condições precárias e com alto grau de vulnerabilidade, principalmente pelas condições insalubres, os riscos com a violência e a incerteza de terem seus “postos ou vagas” por um período desejado, nosso objetivo específico é pesquisar quais as principais características dessas moradias precárias os riscos eminentes que envolvem os moradores e percepção dos mesmos sobre os aspectos de vulnerabilidade no que se refere a localização no anel intermediário da capital.

A evolução do conceito de vulnerabilidade apresenta a grande barreira de síntese relacionada aos fenômenos observados que tendem a refletir uma inerente multidimensionalidade. Além da atenção a aspectos ambientais propriamente ditos, aparece em vários autores o reconhecimento da relevância da dinâmica social em um sentido amplo. Os aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos passam a ser progressivamente considerados e integrados nas conceituações e reflexões.

A abordagem utilizada nesta tese como conceito de vulnerabilidade volta-se para pressões socioeconômicas. A partir de uma longa tradição e seguindo movimentos de reestruturação da economia internacional, reformas macroeconômicas e um expressivo

aumento do número de pessoas carentes, renovaram-se os estudos da pobreza. Segundo Caroline Moser, essa atenção sobre o tema, por um lado, contribuiu para debates conceituais e metodológicos sobre o significado e medidas de pobreza; por outro, criou o desafio de reavaliar ações para sua redução.

A contribuição de Kaztman é decisiva, aponta que o enfoque básico do conceito é a dificuldade que as famílias, os indivíduos de forma genérica, estão municiados para enfrentar os riscos que os envolvem. A ideia geral de vulnerabilidade remeteria, portanto, “a um estado dos domicílios que varia em uma relação inversa à sua capacidade para controlar as forças que modelam o seu próprio destino, ou para combater seus efeitos sobre o bem-estar” (KAZTMAN, 2000, p.2).

Kaztman ressalta “a presença de um conjunto de atributos que se consideram necessários para um aproveitamento efetivo da estrutura de oportunidades existentes, pondo assim ênfase na dinâmica de formação de diversos tipos de capital potencialmente mobilizável e nas relações entre os mesmos, assim como nos processos de perda, desgaste ou fatores limitantes que impedem o acesso às fontes de reposição e acumulação de ativos” (KAZTMAN, 2000, p.3).

Apresentada e sistematizada por Susan Cutter, perante uma diversidade de linhas de pensamento, uma perspectiva dinâmica e ampla que estabelece distinções na temática vulnerabilidade. Para a autora, há três temas expressivos nos estudos da vulnerabilidade: 1) a vulnerabilidade como uma condição pré-existente; 2) a vulnerabilidade como uma resposta matizada; e 3) a vulnerabilidade como perigos do lugar.

Talvez uma das definições que melhor sintetize o conceito de vulnerabilidade seja a apresentada por Chambers (1989): [...] a exposição a contingências e stress, e da dificuldade de lidar com eles. Vulnerabilidade, portanto, tem dois lados: um lado externo riscos, choques e estresse ao qual um indivíduo ou agregado familiar está sujeita; e um lado interno que é indefesa, o que significa falta de meios para lidar sem perda prejudicial (CHAMBERS, 1989, p. 1, apud WATTS; BOHLE, 1993, p.45).

Nessa definição, existem três elementos importantes: a exposição a certos riscos, a capacidade de enfrentá-los e a potencialidade destes de trazer consequências

importantes para os afetados. Essa será a base teórica sobre vulnerabilidade e a fundamentação para a análise das características dos cortiços selecionados no anel intermediário da cidade de São Paulo e seus moradores.

No objetivo de compreender a precariedade habitacional da população que reside nos dois cortiços selecionados do anel intermediário da cidade de São Paulo, a partir de uma ordem socioeconômica em que estão situados, consoante ao quadro teórico elaborado para interpretar esta problemática, o presente estudo é de cunho etnográfico, pois nos aproximamos de fenômenos no seu ambiente, coletando informações mediante contato frequente com os moradores.

Este método foi considerado por Taylor um ‘multimétodo’ de pesquisa devido à possibilidade de lançar mão de diversos instrumentos para coletar as informações. Ainda para o mesmo autor, a etnografia caracteriza-se, essencialmente por: 1) obter informações a partir de vários recursos, como entrevistas, conversas, observações, documentos, 2) estudar o comportamento nos contextos em que ele ocorre, ao contrário de condições experimentais, 3) não estruturar a coleta das informações antes de ir ao campo e sim, progressivamente, com o desenvolvimento da pesquisa, 4) realizar o estudo aprofundado de uma ou poucas situações.

Rockwell afirma que “o processo etnográfico é aberto e artesanal”, ou seja, o etnógrafo deve, à medida que observa, criar hipóteses, analisa-las, reinterpreta-las e formular novas hipóteses. No que diz respeito à observação, para a referida autora, na tradição etnográfica, procura-se observar tudo, mesmo que isso seja praticamente impossível.

A observação do pesquisador será um meio privilegiado de acesso aos informantes, por intermédio de visitas registradas num diário de campo. A técnica permitiu observar algumas situações com que os informantes se deparam normalmente e como se comportam diante delas, a fim de posteriormente descobrir as interpretações que eles têm dos acontecimentos observados.

De forma complementar, executamos entrevistas semi estruturadas realizadas individualmente, que serão transcritas. A princípio, as observações do pesquisador serão

conduzidas pelas seguintes questões orientadoras: como chegou até essa moradia? Como é a convivência com os outros moradores? Como considera as suas condições de moradia? Quais as maiores dificuldades e problemas em relação a sua moradia? Quais os fatores positivos/negativos da sua condição de moradia? Existem riscos em viver em habitação compartilhada?

Como o objetivo deste estudo é de observar as precárias e vulneráveis condições de habitação da população dos cortiços selecionados, pensamos que a pesquisa qualitativa de cunho etnográfico seria a mais adequada para abarcar a complexidade do fenômeno a ser estudado, já que permite uma observação mais ampla da situação, além da participação mais direta do observador no processo.

Os sujeitos da pesquisa

Selecionamos 4 famílias, duas de cada cortiço. No cortiço do Bairro Carrão, as duas famílias somam 9 pessoas, sendo 4 adultos e 5 crianças/adolescentes. Já no cortiço do bairro São Lucas, as duas famílias somam 8 pessoas, sendo 4 adultos e 4 crianças/adolescentes.

Além das famílias, que vivem em quartos separados, selecionamos 8 moradores aleatórios de cada cortiço que dividem o quarto muitas vezes com desconhecidos e todos viveram de outros Estados do Brasil para tentarem uma condição de vida melhor.

As características de cada um dos sujeitos selecionados serão apresentados na seção empírica do estudo.

Os instrumentos

Foram utilizados para a pesquisa um formulário, o diário do pesquisador, entrevistas e registros fotográficos.

a) Formulário

Foi elaborado um formulário estruturado para ser aplicado no início da pesquisa

para identificar as características dos prédios e dos moradores. Com informações sobre renda, trabalho, faixa etária, número de moradores, quartos, banheiros, cozinhas, rotatividade, etc.

Para os moradores sujeitos da pesquisa, além do formulário inicial, foi elaborado outro adicional que identificou a composição familiar, situação ocupacional dos membros da família, renda familiar, gastos mensais, as condições de habitabilidade da moradia, avaliação do grau de satisfação dos moradores com as condições do quarto e do prédio e a qualidade de vida percebida no bairro. Este formulário foi aplicado nos cortiços estudados durante os meses de julho e agosto de 2014.

b) O diário de campo do pesquisador

Foi um instrumento adotado pelo pesquisador no qual este registrou todas as impressões colhidas durante o processo da pesquisa, tais como: impressões e observações obtidas nas visitas ao cortiço, nas reuniões com a população, nas reuniões com os agentes públicos. Foi instrumento importante no momento da análise dos dados.

c) Entrevistas

Foram feitas entrevistas com vários moradores ao longo da pesquisa. Porém selecionamos moradores que se propuseram a colaborar com o estudo. As entrevistas foram feitas a partir de um roteiro com questões semi-estruturadas (em anexo). Nas entrevistas selecionadas, o roteiro foi estruturado com base em cinco questões (em anexo), visando capturar, nas histórias pessoais, a história do cortiço e a relação e entendimento da vulnerabilidade convivida pelos moradores.

Segundo MINAYO (1996), o roteiro de entrevista é um instrumento que serve para orientar a comunicação entre pesquisador/pesquisado, bem como os dados a serem levantados. Para registrar a fala dos informantes, valeu-me igualmente da anotação simultânea e/ou depoimento gravado.

No processo da pesquisa, houve uma dinâmica de descobertas, aprimoramento das referências e novas buscas, estruturadas em três fases importantes que são:

- selecionar e definir os problemas; escolher o local e os sujeitos onde o estudo e o estabelecimento de contato seriam realizados;
- buscar informações consideradas essenciais de forma sistematizada para compreender e interpretar a relação a ser estudada;
- relacionar as informações entre si e situar em um contexto mais amplo.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos divididos em duas partes. A primeira parte, que contempla dois capítulos, apresenta a estruturação teórica e a segunda parte, que contempla mais dois capítulos, apresenta a pesquisa empírica e por fim as considerações finais.

No primeiro capítulo, traremos a contextualização da característica dos estudos urbanos, a metropolização da cidade de São Paulo, a questão habitacional na cidade. Além da questão da vulnerabilidade em suas diversas abrangências, a precariedade na moradia e a segregação residencial.

No segundo capítulo, apresentaremos as características gerais dos cortiços e as ações públicas nesse tipo de habitação.

No terceiro capítulo, procuramos apresentar as especificidades dos objetos de estudo, sua localização e as características sociais, econômicas e culturais.

No quarto capítulo, apresentaremos os resultados da pesquisa realizada, buscando atender aos objetivos da tese.

As considerações finais trazem uma visão geral dos conhecimentos produzidos e análises para os aspectos de vulnerabilidade habitacional em habitações compartilhadas não situadas na região central da cidade de São Paulo.

Capítulo 1 – VerAcidade: Um olhar sobre o urbano

Neste capítulo apresentaremos referências conceituais sobre o urbano, desde as classificações clássicas sobre cidade até sua atualização e as percepções teóricas sobre a vulnerabilidade.

1.1 A cidade de São Paulo

Reflexões sobre a cidade

Parte integrante de processos sociais mais amplos a cidade ocidental moderna constitui o local da produção e reprodução do capital, produto da sociedade capitalista. Essa reflexão incide sobre uma cidade específica – a cidade industrial moderna que deriva daí a concepção do papel histórico e estratégico que os teóricos marxistas imputam à cidade industrial no século XIX, como locus da luta de classes.

Em meados do século passado, tendo como referência a cidade americana de Chicago dos anos de 1920, surge a Escola de Chicago que inaugura uma reflexão inédita que tem a cidade como objeto privilegiado de investigação; “a cidade como laboratório social”.

Ter como referência da cidade de Chicago como o empírico ocorre pelo marcante e intenso processo de urbanização e industrialização ocorrida na virada do século XIX para o XX, assim a abordagem da Escola de Chicago resulta do intuito de buscar soluções concretas para uma cidade caótica com um enorme crescimento demográfico, o crescente contingente imigratório, a segregação urbana e as precárias condições de vida e de infraestrutura favorecem a formulação pela Escola da ideia da cidade como problema.

Discutindo a cidade com o olhar crítico a Escola de Chicago, no final da década de 1960, principalmente a partir da França demarca uma ruptura teórica com essa “sociologia urbana”. “Para os sociólogos franceses (bem como para os norte-americanos fundadores da new urban sociology, C. Wright Mills e Floyd Hunter), a cidade deveria ser compreendida como espaço socialmente produzido, assumindo diferentes

configurações de acordo com os vários modos de organização socioeconômica e de controle político. Ganha importância a interação entre as relações de produção, consumo, troca e poder que se manifestam no ambiente urbano” (SANT’ANNA, 2003, pp 94).

Assim, quando a cidade se caracteriza como a integração entre as relações de produção, consumo, troca e poder, apresenta-se novas questões de investigação como os meios de consumo coletivo, a estruturação social do território na sociedade capitalista, os movimentos sociais urbanos e o papel do Estado na urbanização.

Outro autor expoente francês, Lefèbvre, introduz um novo viés sobre a cidade, idealizando-a como o reino da liberdade e do novo urbanismo. A tese principal de Lefèbvre é a de que a ‘revolução urbana’ que precede o capitalismo industrial é fase decisiva do mundo contemporâneo, porém a realidade urbana não consegue transformar as relações de produção; apenas as modifica, expressando no seu espaço e organização as relações sociais e, ao mesmo tempo, voltando-se sobre elas (VÉRAS, 2010).

O pensamento urbanístico de Lefebvre pode ser considerado o verdadeiro precursor capaz de orientar a revolução das novas condições sociais. É pertinente ao urbano um grande papel político, criticando o urbanismo oficial, institucionalizando, como intervenção repressiva-reguladora do Estado. “Lefebvre dá valor a cotidianidade – vida social regulada pelas ideologias – como luta contra o Estado, oposição da reprodução da força de trabalho contra a repressão das instituições. Assim, a forma urbana seria um suporte material para dar base à utopia social” (VÉRAS, 2010, pp 22).

Reflexão sobre a cidade no Brasil

O início da reflexão latino-americana sobre cidade e urbanização ocorreu na década de 1960 pelos estudos sobre desenvolvimento em “países periféricos”. O principal alvo para discussão da temática urbana foi a teoria da marginalidade e da pobreza.

No Brasil, estudos mais aprofundados surgem no final da década de 1960, tendo como marco o trabalho de J. B. Lopes – intitulado Desenvolvimento e mudança social:

formação da sociedade urbano-industrial no Brasil –, que, tem como caracterização a reflexão sociológica sobre a convergência entre urbanização, desenvolvimento industrial e falência do modelo patrimonial.

Com sua pesquisa precursora, Lopes motivou pesquisas de sociólogos da década de 1960, que, porém, criticaram o viés teórico latino-americano da marginalidade. As primeiras pesquisas como as de Paul Singer, Francisco de Oliveira, Maria Célia Paoli, Manoel Tosta Berlink, evidenciam que a marginalidade nas cidades brasileiras ocorre de uma questão estrutural e não de um problema de integração social.

Paul Singer afirma que: “o desenvolvimento (no sentido em que emprega, qual seja, o da Revolução Industrial) provocou um processo de crescimento das cidades e do mercado urbano. Com efeito, num mercado urbano em crescimento os camponeses são estimulados a comercializar o excedente, sendo que o dinheiro adquirido com a venda deste excedente por parte dos agricultores é utilizado para comprar produtos urbanos, o que possibilita uma nova expansão da indústria, da cidade e do mercado. Dessa forma, ocorre uma concentração espacial das atividades no urbano. Neste movimento concentrador, os arranjos institucionais que possibilitam às empresas industriais se livrarem do ônus decorrente da irracionalidade– vale dizer, da “anarquia da produção” – fazem com que façam usufruto das economias de aglomeração enquanto o conjunto da sociedade, e principalmente a classe mais pobre, carregam as deseconomias de aglomeração” (SINGER, 1980, p. 36).

Ainda para Singer, a urbanização brasileira adota características próprias no capitalismo, as regiões favorecidas acumulam vantagens e as consequências os efeitos de propagação do progresso ocorre em um espaço territorial relativamente pequeno. Em contrapartida, o empobrecimento é da população das áreas desfavorecidas.

A formação da cidade de São Paulo

A cidade de São Paulo passou por uma considerável transformação no século passado, foi o berço da grande indústria nacional e sua população cresceu significativamente.

Essa transformação ocorreu da segunda metade do século XIX até 1930, quando a economia agroexportadora do café resultou num acúmulo de capital, que foi investido na indústria nascente. No próximo período, de 1930 a 1950, a região se consolidou como o maior centro industrial do país. Nesta década, a instalação da indústria pesada, liderada pelo ramo automobilístico, resultou numa concentração cada vez maior da produção e do emprego industrial nacionais até a década de 1970. Ou seja, de uma cidade de pequena população e com produção industrial praticamente nula, se transformou no principal centro produtivo industrial e em uma das maiores metrópoles mundial.

Nesse grau de aceleração da concentração urbana, que acontece em velocidade muito maior de que a construção e implantação de infraestrutura e equipamentos urbanos, que como consequência proporciona a ocorrência de problemas socioeconômicos. Com o processo de urbanização acelerado, as áreas mais privilegiadas que foram alcançadas primeiramente, se tornaram escassas e assim passam a ser ocupadas áreas mais problemáticas em relação às suas características físicas. Com essa descentralização urbana as áreas periféricas são desbravadas e normalmente ocupadas pela população de menor poder aquisitivo, onde predominam a carência da infraestrutura básica, sistema de autoconstrução e favelas e os loteamentos clandestinos o que possibilita o desencadeamento de diversos problemas socioeconômicos da população diretamente envolvida.

Observando as características de transformação da cidade de São Paulo, é possível compreender suas novas espacialidades urbanas e a consolidação de padrões de desigualdade socioespacial ocorridos nas últimas décadas. De acordo com Pasternak & Bogus, 1998, “tais desigualdades e segregação ficam mais evidentes dividindo a cidade em anéis, que são o central, interior, intermediário, exterior e o periférico. Fato que se deu, pelo conjunto de transformações da economia, que reforça a estrutura social, caracterizada pela concentração de renda, com expansão das camadas superiores e inferiores e retração das camadas médias. Tais mudanças reafirmam uma configuração espacial já marcada pela dualização da estrutura social e urbana” (PASTERNAK & BOGUS, 1998, pp 6).

Assim, São Paulo se transformou em uma metrópole com muitos problemas e

dificuldades, entre eles a questão habitacional que veremos na próxima seção.

Habitação urbana na cidade de São Paulo

Se considerarmos a habitação como o local onde está inserida, não apenas como um imóvel em si, e dispondo de infraestrutura urbana, equipamentos de saúde, cultura, lazer, educação, transportes, percebemos que a precariedade habitacional está muito próxima de boa parte da população das grandes cidades brasileiras.

Desde a formação da cidade de São Paulo moderna, já se visualizava a precariedade habitacional que atingia a população mais pobre que vivia principalmente em cortiços das áreas centrais da cidade, isso no início do século passado. Passado o século XX, o contexto se transformou para muito pior, antes a cidade de São Paulo era habitada por centenas de milhares de pessoas e atualmente são dezenas de milhões que não mais se concentram numa área central, mas se espalhou por todas as regiões da cidade, principalmente nas áreas periféricas e cidades que pertencem a região metropolitana.

Com o crescimento da cidade, fortalecimento da indústria e consolidação como importante centro de desenvolvimento nacional, as configurações do processo de produção e a distribuição da riqueza, da infraestrutura urbana, a organização do espaço, eram orientados para a melhor qualidade de vida dos habitantes com maiores rendas e localizados nas áreas centrais. Nesse sentido, a destinação dos trabalhadores foi para as casas precárias e distantes onde se fixavam como um resultado lógico de produção dos loteamentos. Assim a caracterização do cenário urbano foi substituído pela lógica sociológica de exclusão social ou marginalização, onde a população mais pobre que compõe a mão-de-obra necessária para o acúmulo de capital e crescimento da produção foi residir, nas periferias.

De acordo com Marques, Torres e Saraiva, a característica de urbanização de São Paulo ocorreu “de maneira que, num esforço de síntese, poder-se-ia afirmar que até meados dos anos de 1980 predominou o padrão periférico de crescimento da cidade, um padrão que estava associado à hegemonia da solução do problema da moradia através da produção doméstica da casa em loteamentos de periferia. Nestes anos, houve uma

mudança na dinâmica socioespacial que até então tinha permitido à população mais pobre construir sua casa própria, por meio do crescimento extensivo e desordenado da cidade baseado no tripé composto pelo: loteamento / autoconstrução / moradia na periferia” (MARQUES, TORRES & SARAIVA, 2002, pp 8).

Analisando pelo viés da precariedade habitacional, podemos perceber que a produção imobiliária leva a uma mudança do padrão imobiliário periférico e, ao mesmo tempo, ao padrão imobiliário central que apresenta um aumento nas desigualdades existentes e criou novas desigualdades. Por esse olhar, a segregação da população mudou, transformando mais precárias e desiguais as condições de habitação dos moradores de São Paulo. Assim, para a grande maioria da população a cidade torna-se mais excludente e mais difícil o acesso a uma moradia digna.

As prioridades da política habitacional para a Prefeitura de São Paulo, referenciadas no Plano Diretor de 2012, são as seguintes: moradia como direito social, prioridade para baixa renda, articulação da política habitacional com a política urbana, participação popular e controle social, estímulo à autogestão, respeito ao meio ambiente, diversidade de projetos e programas, descentralização, subsídios para baixa renda e criação de novas fontes de recursos. Porém, o número de moradores em habitação precária em São Paulo é gigantesco, principalmente nas áreas periféricas.

1.2 Aspectos conceituais da vulnerabilidade

Atualmente, a possibilidade de permanecer ou de agravar, em muitas partes do mundo, as condições de vida precárias que atingem certos grupos sociais são eminentes. Nesse contexto, os estudos sobre vulnerabilidade são cada vez maiores nas últimas décadas, pela característica de grandes dificuldades de reação a adversidades e pelas grandes diferenças interpessoais e intergrupais presentes no cotidiano mundial.

Susan Cutter mostra que “análises iniciais, algumas das quais alimentaram avanços posteriores sobre o tema, tendiam a preocupar-se com os efeitos de catástrofes naturais, dando particular atenção à vulnerabilidade de populações a ameaças ambientais. Por outro lado, analisando estudos com um cunho social, Caroline Moser observa que alguns autores consideraram estudos tradicionais da pobreza insuficientes para expressar a diversidade de aspectos envolvidos. Além disso, essas análises eram pouco operacionais para informar ações com vista à prevenção ou à mitigação de efeitos danosos da privação” (MOSER, 1998, p. 3).

Uma das maiores dificuldades sobre a temática vulnerabilidade é analisar a manifestação em diferentes proporções e as causalidades múltiplas do conjunto de fenômenos que proporcionam a precariedade. Sendo que o maior dos complicadores é a construção de uma base conceitual comum. Primeiro, os pontos de referencia são distintos: as ciências sociais, no caso dos efeitos socioeconômicos e as ciências ambientes, no caso dos desastres ambientais. A relação conceitual estaria na sensibilidade das pessoas equacionarem os impactos das ocorrências danosas, seja de origem social ou físico-ambiental.

No quadro de uma diversidade de linhas, a sistematização feita por Susan Cutter estabelece distinções que incluem uma perspectiva dinâmica e ampla. Para a autora, há três temas expressivos nos estudos da vulnerabilidade: 1) a vulnerabilidade como uma condição pré-existente; 2) a vulnerabilidade como uma resposta matizada; e 3) a vulnerabilidade como perigos do lugar.

A primeira linha, que é a da vulnerabilidade como uma condição preexistente volta-se para a fonte de perigos biofísicos ou tecnológicos, essa perspectiva enquadra-se

mais diretamente no enfoque tradicional, ligado a desastres e eventos ambientais. Segundo Cutter, esses estudos se caracterizam por: a) uma ênfase na distribuição de uma condição de perigo; b) a ocupação humana de uma zona de perigo; e c) o grau de perda associado com a ocorrência de um evento particular.

Já a segunda linha busca o entendimento e as maneiras de lidar com os eventos perigosos como a fome, a seca, mudanças climáticas, ou seja, distúrbios crônicos e relevantes na contemporaneidade. Para a autora, “essa visão valoriza a construção social da vulnerabilidade, uma condição com origem em processos históricos e socioeconômicos que alteram a capacidade de indivíduos ou da sociedade para lidar com desastres e responder adequadamente a eles” (Cutter, 1996, pp. 532-533). Podemos considerar como à vulnerabilidade sob uma ótica social.

A terceira vertente, da vulnerabilidade como perigos do lugar, converge com as duas anteriores, estaria ligada ao contexto social e riscos físico-ambientais, e agrega um olhar geográfico. Poderia ser considerada como relativa à vulnerabilidade sob uma ótica socioespacial. Cutter apresenta uma proposta de vulnerabilidade que pauta o contexto geográfico, mitigação, potencial de perigo, risco, vulnerabilidade social, e vulnerabilidade tecnológica e biofísica.

A abordagem conceitual utilizada nesta tese

O conceito de vulnerabilidade utilizado nesta tese orienta-se para pressões socioeconômicas, identificando com a visão de vulnerabilidade como uma resposta matizada, de acordo com Cutter. Nesta abordagem, existe um caráter essencial da vulnerabilidade, ou seja, referir-se a um atributo relativo à capacidade de resposta diante de situações de risco ou constrangimentos.

Talvez uma das definições que melhor sintetize o conceito de vulnerabilidade seja a apresentada por Chambers (1989): “[...] a exposição a contingências e stress, e da dificuldade de lidar com eles. Vulnerabilidade, portanto, tem dois lados: um lado externo riscos, choques e estresse ao qual um indivíduo ou agregado familiar está sujeita; e um lado interno que é indefesa, o que significa falta de meios para lidar sem perda prejudicial” (CHAMBERS, 1989, p. 1, apud WATTS; BOHLE, 1993, p.45).

Sendo assim, o enfoque básico do conceito é a dificuldade que as famílias, os indivíduos de forma genérica, estão municiados para enfrentar os riscos que os envolvem. A ideia geral de vulnerabilidade remeteria, portanto, “a um estado dos domicílios que varia em uma relação inversa à sua capacidade para controlar as forças que modelam o seu próprio destino, ou para combater seus efeitos sobre o bem-estar” (KAZTMAN, 2000, p.2).

Kaztman ressalta “a presença de um conjunto de atributos que se consideram necessários para um aproveitamento efetivo da estrutura de oportunidades existentes, pondo assim ênfase na dinâmica de formação de diversos tipos de capital potencialmente mobilizável e nas relações entre os mesmos, assim como nos processos de perda, desgaste ou fatores limitantes que impedem o acesso às fontes de reposição e acumulação de ativos” (KAZTMAN, 2000, p.3).

Como proposto por Kaztman et al. (1999, p.19), “a condição de vulnerabilidade deveria ao menos considerar a situação das pessoas em termos dos seguintes elementos: a inserção e estabilidade no mercado de trabalho; a debilidade de suas relações sociais; e, finalmente, o grau de regularidade (e, poder-se-ia acrescentar, a qualidade) de acesso aos serviços públicos, ou a outras formas de proteção social”.

Assim, existem três elementos importantes: a exposição a certos riscos, a capacidade de enfrentá-los e a potencialidade destes de trazer consequências importantes para os afetados. Essa será a base teórica sobre vulnerabilidade e a fundamentação para a análise das características dos cortiços selecionados no anel intermediário da cidade de São Paulo e seus moradores.

Segregação habitacional, a residência dos pobres

Normalmente, pela concentração espacial, a segregação nas cidades brasileiras é análogo com a pobreza. Uma importante consequência social da convergência entre pobreza e a segregação se apresenta no efeito cumulativo dos riscos sociais e ambientais em alguns pontos críticos conhecidos de “hiperperiferias”.

Podemos classificar em três diferentes grupos de causas da concentração espacial, principalmente em áreas periféricas como padrão de urbanização em grandes cidades brasileiras, o que leva a uma segregação residencial: (a) o mercado de trabalho e a estrutura social - a segregação urbana é uma consequência do mercado de trabalho, ou seja, as baixas condições de vida nas periferias e os padrões de alta segregação são causadas pelas características da estrutura social brasileira e seu mercado de trabalho; (b) as políticas estatais – que focaliza o poder regulador do Estado sobre o território. Assim, o Estado pode manter privilégios e excluir uma parte significativa da cidade dos benefícios da urbanização por meio da legislação sobre a construção civil e o uso do solo; (c) a dinâmica do mercado imobiliário e da produção de moradias – a estrutura urbana seria explicada em grande parte pelos incorporadores e suas estratégias, que teriam o poder de controlar as melhores localizações, especular com a terra desocupada e lucrar com mudanças na utilização das propriedades e suas redondezas (TORRES e MARQUES, 2001).

Nesse sentido, as dimensões mencionadas acima provavelmente têm impactos simultâneos e articulados sobre o processo de segregação residencial. Sem desconsiderar as demais dimensões podemos observar com maior profundidade no papel do setor público no processo, em especial pelas possibilidades de transformação da ação do Estado na produção da segregação.

Consequências da segregação residencial

É fundamental a efetiva compreensão das consequências da segregação residencial em nossas cidades. Nesse aspecto, podemos apontar principalmente os argumentos que apresentam a segregação residencial associada, muitas vezes, à pior qualidade residencial, a riscos ambientais e a problemas de saúde pública.

As consequências observadas evidenciam que as pessoas que crescem em bairros com alta concentração de pobreza apresentam importantes efeitos negativos em termos de atividade criminal, avanço educacional, gravidez na adolescência e dificuldades na inserção no mercado de trabalho.

Existem características em áreas de concentração espacial em regiões segregadas elevados níveis de desemprego, apresentando duas hipóteses. Segundo Torres e Marques “por um lado, existiria um fenômeno que diz respeito à baixa frequência de oferta de empregos nos locais de moradia da população de baixa renda, por exemplo, em São Paulo a maioria dos empregos nos setores dinâmicos de comércio e serviços concentra-se em um número restrito de distritos de renda média e alta, ao longo do corredor sul-sudoeste. Por outro lado, destaca-se a importância dos chamados efeitos de vizinhança: por exemplo, se a rede de relações sociais de um indivíduo ou família contribui para seu acesso a empregos, o maior desemprego e subemprego presentes nas áreas segregadas tende reduzir as oportunidades de os residentes nesses locais obterem emprego a partir de sua rede de relações sociais” (TORRES e MARQUES, 2001, pp 5).

As consequências relacionadas acima, como o desemprego, baixo rendimento educacional, atividades marginais, entre outros se associam à vulnerabilidade em termos sociais e físico-ambientais, pois seus moradores estão sujeitos a riscos eminentes como de segurança física, infra-estrutura urbana, ambientes insalubres e carência de equipamentos socioculturais. (VÉRAS, 1987 e 2004).

Para finalizar, segundo TORRES (2001), temos que lembrar a existência da hiperperiferia, que se caracteriza pela ocupação das áreas mais extremas da cidade de São Paulo, que ocorreu pelo crescimento da população nas últimas décadas e assim, diminuindo o aumento das porções mais centrais do município, caminhando para além também da periferia consolidada, atingindo áreas ainda mais precárias e distantes. Seus moradores representam os “outros” mais afastados, muitos migrantes, alguns com características de vida rural em plena metrópole globalizada e outros são trabalhadores pauperizados e expulsos de localizações melhores; a distância física, e também social, marca e ilustra a profunda desigualdade na cidade de São Paulo, expondo tais contingentes a todo tipo de vulnerabilidade, a econômica, a social, a urbana e a ambiental (KOWARICK, 2009). Marcando uma segregação típica da capital paulistana.

Capítulo 2 – Cortiços: vulnerabilidade no Habitat

O presente capítulo trata sobre o objeto de estudo, os cortiços, abordando seu histórico, conceituação e caracterização, políticas públicas habitacionais específicas e a análise dos programas municipais e estaduais para os cortiços.

2.1 Os cortiços paulistanos

No processo de urbanização da cidade de São Paulo, as sub-habitações construídas como moradia de aluguel, subdivididas ilegalmente (os cortiços), localizam-se nas áreas centrais ou próximas do centro, pela possibilidade de aproveitamento da infraestrutura existente e proximidade de postos de trabalho, estratégia que explica a permanência deste tipo de solução até os dias atuais. Com a chegada de imigrantes em busca de emprego nas indústrias paulistanas esse tipo de habitação ficou mais frequente e rentável aos proprietários.

Até os dias de hoje predominam as características básicas dos primeiros cortiços, que são: a falta de privacidade, insalubridade, precariedade das instalações elétricas e hidráulicas, cômodos pequenos, insegurança, uso coletivo de banheiro, tanque e cozinha e superlotação. No processo de locação de vaga ou quarto em cortiços não é necessário ter fiador ou renda fixa, ou seja, a informalidade no processo é natural e a opção de viver em cortiços ocorre por essa facilidade, já que boa parte dos moradores não possui vínculo empregatício. Por esses motivos as características do encortiçamento é um processo diferente de outras formas de sub-habitação.

Segundo Piccini, “dos tipos mais comuns de cortiços encontrados em 1893, as características que permanecem na área central ainda hoje são: *o cortiço de quintal*, que ocupa o centro do quarteirão com acesso através de um pequeno corredor, onde, de face para a rua, ao lado do portão de entrada, há quase sempre um prédio de uso comercial; *o cortiço casinha*: construção independente com frente para a rua, também chamada de pensão; *a casa de cômodo* sobrado com várias subdivisões internas; *os cortiços improvisados*, com ocupação precária de fundos de depósitos, fundo de bares, armazéns, cocheiras e estábulos, sempre no centro do quarteirão e *o hotel-cortiço*, que tem uso de restaurante durante o dia e, à noite, as pessoas sublocam para dormir” (PICCINI, 2004,

pp 45).

Definindo Cortiços

A definição de cortiço não é unânime entre os estudiosos e técnicos que pesquisam o assunto mesmo sendo o modo de habitação mais antigo da população pobre de São Paulo. Para muitos pesquisadores os cortiços são classificados como locação de habitação precária e coletiva, já alguns enfatizam no aluguel e cômodo com uso coletivo de sanitário e cozinha (VÉRAS, 1999).

A lei municipal nº286/1896 de 1896, caracterizou os cortiços como “um conjunto de duas ou mais habitações que se comunicam com as ruas públicas por uma ou mais entradas comuns, para servir de residência a mais de uma família, e como cubículos de cortiço, cômodos de casas que não sejam cortiços, mas que estejam divididos em diferentes fogões” (LEMOS, 1998, pp 12), na busca de melhor definição e normatização dos mesmos.

Segundo Piccini, No ano de 1991, o cortiço foi definido como unidade usada como moradia multifamiliar, na chamada Lei Moura (Lei do município de São Paulo número 10.928), com as seguintes características:

- Constituída por uma ou mais edificações, construídas em lotes urbanos;
- Subdividida em vários cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título;
- Várias funções exercidas no mesmo cômodo;
- Acesso e uso comum dos espaços não edificadas e instalações sanitárias;
- Circulação e infraestrutura, no geral, precárias;
- Superlotação de pessoas. (PICCINI, 1999, pp. 6)

KOWARICK e ANT (1994) expõem as características das modalidades de habitação coletiva:

- Casarões e residências térreas antigas da região central da cidade;
- Edifícios invadidos e abandonados, também das áreas centrais, os chamados cortiços verticais, são superlotados com vários apartamentos no mesmo andar e apartamentos de

um quarto, alta insalubridade e promiscuidade, que fogem da definição clássica de cortiço, pois alguns têm banheiro privativo;

- Na periferia, os chamados “lingua”: sequência de cubículos, servidos por um único banheiro, um único tanque e, às vezes, por um único poço.

2.2 Invisibilidade dos cortiços X Políticas Públicas

Entre as várias formas de moradias precárias, a que menos receberam atenção das políticas públicas habitacionais e a menos estudadas, foram os cortiços paulistanos, apesar de ser uma das alternativas mais antigas de habitação popular.

Nesse sentido, segundo Paugam (2003) a pobreza, caracterizada como desqualificante, alude a condições precárias de vida vistas como ameaça à coesão social. Em outras palavras, fala-se aqui de uma precariedade econômica e social que revela a existência de um contingente de indivíduos economicamente desnecessários e supérfluos, ao mesmo tempo em que supostamente exporiam um modo de vida caracterizado pela instabilidade conjugal, pelo baixo nível de participação nas atividades sociais e por uma vida familiar “inadequada”.

Se, por um lado, a construção conceitual da desqualificação social abrange situações de pobreza, por outro, ela está vinculada a processos de exclusão. Paugam (2003) articula três idéias ao conceito de desqualificação social, que se encontram igualmente vinculadas ao conceito de exclusão. A noção de trajetória, ou seja, de que há um processo que deve ser percebido de forma longitudinal, o que permite apreender o percurso temporal dos indivíduos; o conceito de identidade, positiva ou negativa, de crise e de construção dessa identidade e, por fim, o aspecto da territorialidade, ou seja, a base espacial que abriga processos excludentes. Do mesmo modo, buscando destacar o caráter processual implícito na noção de desqualificação, o autor enfatiza as fases que a compõem: a fragilidade, a dependência e a ruptura.

Segundo as conclusões do autor, a dependência é de fato a fase em que os serviços sociais responsabilizam-se pelas dificuldades enfrentadas pelos indivíduos. A maioria das pessoas que vivenciam essa situação, em boa medida, desistiu de ter um emprego. Os que “vivem a experiência da dependência procuram compensações para suas frustrações tentando valorizar sua identidade parental, sua capacidade para cuidar do lar e exercer diversas atividades em suas comunidades” (Paugam, 2003, p. 38). Por fim, a continuidade da dependência pode levar à experiência da ruptura.

A ruptura constitui-se em uma experiência na qual os indivíduos vivenciam um

acúmulo de dificuldades, tais como afastamento do mercado de trabalho, problemas de saúde, falta de moradia, perda de contatos com a família etc. Trata-se da última fase do processo, produto de uma soma de fracassos que conduzem a uma acentuada marginalização.

Em moradias compartilhadas, apresentando a face da desqualificação, segundo VÉRAS (1992) a solução sugerida pelos gestores públicos, por muitos anos, foi a de expulsar os moradores de cortiços para fora do perímetro urbano. A política de remoção dos cortiços para a periferia ocorreu até a década de 90, sempre que a administração era acionada em relação a despejos ou algum outro problema emergencial.

De acordo com SOUZA (2011), o cortiço manteve-se órfão de reconhecimento: “prescindiu-se da necessidade de olhar sua presença e problemática no conjunto das questões urbanas trabalhadas no Plano Diretor. Foi na década de 90, mais propriamente na gestão do Partido dos Trabalhadores/PT, que houve inversão de orientação, contemplando a fixação da população encortiçada no seu local de moradia” (SOUZA, 2011, pp 55).

Ainda sobre as ações públicas, KOHARA (1999) argumenta que não foi possível construir uma política ou diretriz de intervenções para este segmento devido a sua complexidade. A questão central está na invisibilidade social do cortiço, onde as paredes e portões escondem as péssimas condições de vida de muitas famílias encortiçadas, ao contrário das favelas que possuem enorme visibilidade pelo seu modo de inserção e interferência na paisagem urbana. Não é por acaso que os programas de habitação popular acabaram sendo direcionados às favelas.

Outra característica dos cortiços é a inscrição no espaço privado, onde existe a questão da propriedade e os moradores estão subordinados à lógica do mercado e são submetidos a contratos de alugueis verbais, desconhecimento da Lei Moura entre as partes (locador e locatário) e ausência de interesse e empenho dos órgãos públicos.

Outra questão apontada por VÉRAS (1992, pp. 115) diz respeito ao fato de que as legislações referentes ao cortiço serem ambíguas:

“O cortiço é viável desobedecendo à lei, e a lei o desconhece, pois sua realidade é desconforme com os seus dispositivos.”

A complexidade da intervenção em cortiço é muito grande, pois a expulsão dos moradores ocorreria pela regularização do imóvel e pela inclusão do aspecto legal que é amparado na propriedade particular, mas ilegal no seu uso como habitação coletiva. Assim, o cortiço é considerado uma solução clandestina de habitação; que pela falta de políticas públicas de habitação que não enfrentam a demanda existente por moradia popular, continuará a se expandir independentemente de meras proibições normativas.

De acordo com PICCINI (2002) “as legislações existentes no que se refere aos cortiços são todas de difícil aplicação prática, pois acabam expulsando as famílias de onde moram em vez de criar mecanismos de permanência e convivência. Os financiamentos ainda são pontuais e atingem um pequeno número de cortiços, esbarrando na maioria dos casos na renda familiar de seus moradores. Outra questão diz respeito à dificuldade de legalização do imóvel, e as ações de usucapião coletivas ainda não se concretizaram em nenhuma edificação devido a sua difícil aplicabilidade” (MENDES, 2006, pp. 66). Abaixo o quadro das legislações existentes na questão dos cortiços:

Quadro 1 – Algumas Leis e Decretos específicos sobre cortiços a partir da década de 90

LEIS DECRETOS	E	OBJETIVO
Lei Municipal nº 10.928/91	nº	“Lei Moura” - Dispõe sobre as condições de habitação dos cortiços
Lei Municipal nº 11.945/95	nº	Institui o Conselho de Intervenção e Recuperação dos Cortiços
Lei Estadual nº 9.142/95	nº	Estabelece o uso obrigatório de 10% de arrecadação do ICM para intervenção em cortiços
Decreto – Lei Estadual nº 43.132/98		Programa de financiamento-coordenado pelo CDHU (Programa de Atuação em Cortiços- PAC)
Medida Provisória nº 1.823/99		Programa de financiamento coordenado pela CEF (Programa de Arrendamento Residencial- PAR)
Lei Municipal nº 13.430/2002	nº	Plano Diretor estratégico de São Paulo – reafirma e conceitua o direito universal de moradia e dispõe sobre a função social da propriedade

Fonte: PICCINI (2002) E CARICARI E KOHARA (2006), apud MENDES, 2006.

Para garantir o gerenciamento dos riscos nos cortiços, seriam necessárias políticas e ações públicas preventivas. Ao mesmo tempo temos uma legislação com dificuldade de aplicação. Tal ausência aumenta às condições de irregularidade em relação às edificações e em consequência as situações de perigo e da ilegalidade com

relação à locação.

Em 1989 os cortiços receberam pela primeira vez a atenção de uma política pública municipal de habitação voltada para esse segmento. Foi na gestão de Luiza Erundina (1989/1992) que podemos visualizar uma ação mais ampla em cortiços. A intervenção tinha o objetivo de permanência da população na região central paulistana; contudo, ainda assim, o resultado foi de ações pontuais, que pouco consolidou e viabilizou uma política pública definida. Nas administrações seguintes os cortiços da região central foram ignorados, apesar da existência da Lei Moura. As ações existentes retornaram ao padrão anterior de desocupação em razão de ações judiciais.

De acordo com ABREU, KOHARA e FARIA (2006) os programas destinados aos cortiços voltaram a fazer parte da agenda municipal na gestão de Marta Suplicy que governou a cidade entre 2001 e 2004. Nessa gestão foram retomados os trabalhos iniciados na gestão Luiza Erundina (1989 a 1992) e incluídos no chamado Programa Morar no Centro, no qual a requalificação era o objetivo principal, desdobrando-se em outros programas para este segmento: “(1) Locação Social: destinado à população de baixíssima renda (0 a 3 salários mínimos), construção e aquisição de unidades habitacionais públicas para locação pelas famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos; (2) Bolsa Aluguel: concessão de uma quantia mensal e garantia contratual, integrando as famílias no mercado habitacional formal; (3) Programa de Cortiços-Reabilitação da Moradia Coletiva, envolvendo três ações principais: - capacitação dos moradores para reconhecimento e luta por seus direitos (com base na lei Moura); - intervenção propriamente dita nos cortiços; e - financiamento aos proprietários dos cortiços pelo Fundo Municipal de Habitação com objetivo de produzir melhorias no cortiço e garantir a permanência dos moradores. Estes vários projetos tiveram pouca abrangência frente à demanda existente” (MENDES, 2006, pp 67).

Porém, houve uma paralisação de praticamente todos os programas existentes na gestão iniciada em 2005 com o argumento de que os projetos formulados teriam que ser revistos. E as ações governamentais até então parece ter colocada à margem a questão dos cortiços paulistanos.

Assim como diz KOHARA (1999, pp. 3):

“As discussões sobre a revitalização e intervenções do centro da cidade de São Paulo, pelos setores privado e público, mesmo abrangendo as questões de habitações precárias, não apresentam mecanismos que garantam que a melhoria dos imóveis depreciados não venha a favorecer apenas a especulação imobiliária e evitem a expulsão dessa população para outras áreas em piores condições. Revitalizar, renovar e manter a população encortiçada no centro da cidade é um grande desafio.”

Enquanto isso, como dizem MOREIRA, LEME E PASTERNAK (2003, pp. 163)

“os encortiçados prosseguem em suas estratégias de sobrevivência, a saber: rotatividade da moradia em busca de aluguéis mais baixos, mobilização para forçar a definição de políticas de intervenção dos poderes públicos; e ocupação de edifícios vagos (reproduzindo a estratégia de ocupação de terrenos vagos que foi bem-sucedida no caso das favelas)”.

Nesse sentido, a participação dos Movimentos de Moradia e das ONG's, foram e são fundamentais para a elaboração e concretização dos programas habitacionais nas lutas por moradia digna. Esses Movimentos e Organizações buscam a aplicação de legislação e a continuidade e melhoria dos programas desenvolvidos, em prol da melhoria na questão da habitabilidade dos cortiços e, conseqüentemente, o bem estar das pessoas que o habitam.

Capítulo 3 – Cortiços no anel intermediário: um espaço na cidade

Para o estudo empírico da análise da vulnerabilidade de habitação em cortiços, foram selecionados dois locais no anel intermediário da cidade de São Paulo, especificamente nos bairros do Carrão e São Lucas. Nesse capítulo, caracterizaremos as regiões que estão localizadas os cortiços com aspectos demográficos, econômicos e sociais.

A opção pelo anel intermediário ocorreu pela intenção de acrescentar conhecimentos aos estudos sobre cortiços na região central da cidade e tentar desvendar as características de cortiços do anel intermediário, já que podemos compreender as novas espacialidades urbanas e a consolidação de padrões de desigualdade socioespacial ocorridos nas últimas décadas.

Os distritos que compõem o anel intermediário são:

- Anel intermediário (16): Água Rasa, Alto de Pinheiros, Campo Belo, **Carrão**, Cursino, Moema, Ipiranga, Itaim Bibi, Lapa, Penha, Sacomã, **São Lucas**, Saúde, Tatuapé, Vila Guilherme e Vila Leopoldina;

3.1 Características locais gerais

O bairro do Carrão

Segundo a Prefeitura Municipal de São Paulo, o nome do distrito foi uma homenagem a João da Silva Carrão, o "Conselheiro" Carrão, ex-presidente da Província de São Paulo. O bairro Carrão originou-se de um antigo sítio à beira de uma trilha por onde iam e vinham os gentios da aldeia de Piratininga à de Biacica ou Imbiacica, trilha essa engrossada pelos bandeirantes em busca de aventura. Essas terras de acordo com alguns historiadores faziam parte da indefinida "Sesmaria de João Ramalho", que ao longo dos anos passou pelas mãos de muitos proprietários e recebeu nomes como "Tucuri, "Bom Retiro" e "Chácara Carrão". (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2010).

Tabela 1 – Subprefeitura de Aricanduva: Distritos, área, população e densidade.

Subprefeitura	Distritos	Área (km ²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
Aricanduva	Aricanduva	6,60	89.622	13.579
	Carrão	7,50	78.175	11.104
	Vila Formosa	7,40	93.850	12.811
	TOTAL	21,50	266.838	12.451

Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo – IBGE, 2010.

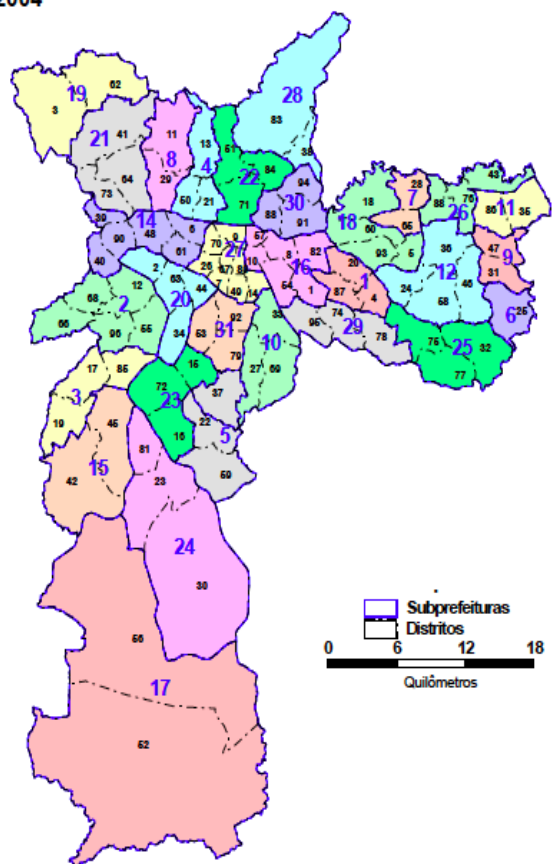
Aos poucos do vasto sítio "Tucuri", "Bom Retiro" ou "Chácara Carrão" surgiram os bairros: Vila Carrão, Vila Nova Manchester, Vila Santa Isabel e Jardim Têxtil, e o cenário agrícola foi dando lugar a urbanização. Hoje, além de forte e diversificado comércio, o bairro do Carrão entrou para o rol de empreendimentos imobiliários cinco estrelas na Zona Leste (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2010).

O bairro pertence a subprefeitura de Aricanduva e possui a maior área da região e uma população de 78.175 habitantes. Pertencem a essa subprefeitura, além do Carrão, os bairros de Vila Formosa e Aricanduva.

O bairro está localizado no anel intermediário do município sendo um canal de ligação entre zona central e a zona periférica do leste. Como na imagem abaixo, a subprefeitura de Aricanduva é indicada com o número 1 e tem divisa com as subprefeituras da Penha, Mooca, Vila Prudente, São Mateus e Itaquera.

Imagem 1: Mapa das Subprefeituras e distritos do Município de São Paulo

**Subprefeituras e Distritos
Município de São Paulo
2004**



Subprefeituras	Distritos	
1 Anicanduba	1 Água Rasa	33 Ipiranga
2 Butantã	2 Alto de Pinheiros	34 Itaim Bibi
3 Campo Limpo	3 Anhanguera	35 Itaim Paulista
4 Casa Verde/Cachoeirinha	4 Anicanduba	36 Itaquera
5 Cidade Ademar	5 Artur Alvim	37 Jabaquara
6 Cidade Tiradentes	6 Barra Funda	38 Jaconã
7 Ermelino Matarazzo	7 Bela Vista	39 Jaguará
8 Freguesia/Brasilândia	8 Belém	40 Jaguaré
9 Guaianazes	9 Bom Retiro	41 Jaraguá
10 Ipiranga	10 Brás	42 Jardim Ângela
11 Itaim Paulista	11 Brasilândia	43 Jardim Helena
12 Itaquera	12 Butantã	44 Jardim Paulista
13 Jabaquara	13 Cachoeirinha	45 Jardim São Luís
14 Lapa	14 Cambuci	46 José Bonifácio
15 M. Boi Mirim	15 Campo Belo	47 Lajeado
16 Mooca	16 Campo Grande	48 Lapa
17 Parelheiros	17 Campo Limpo	49 Liberdade
18 Penha	18 Cangaíba	50 Limão
19 Perus	19 Capão Redondo	51 Mandaqui
20 Pinheiros	20 Carrão	52 Marsilac
21 Pirituba	21 Casa Verde	53 Moema
22 Santana/Tucuruvi	22 Cidade Ademar	54 Mooca
23 Santo Amaro	23 Cidade Dutra	55 Morumbi
24 Socorro	24 Cidade Líder	56 Parelheiros
25 São Mateus	25 Cidade Tiradentes	57 Pari
26 São Miguel	26 Consolação	58 Parque do Carmo
27 Sé	27 Cursino	59 Pedreira
28 Tremembé/Jaconã	28 Ermelino Matarazzo	60 Penha
29 V. Prudente/Sapopemba	29 Freguesia do Ó	61 Perdizes
30 V. Maria/V. Guilherme	30 Grajaú	62 Perus
31 Vila Mariana	31 Guaianases	63 Pinheiros
	32 Iguatemi	64 Pirituba
		65 Ponte Rasa
		66 Raposo Tavares
		67 República
		68 Rio Pequeno
		69 Sacomã
		70 Santa Cecília
		71 Santana
		72 Santo Amaro
		73 São Domingos
		74 São Lucas
		75 São Mateus
		76 São Miguel
		77 São Rafael
		78 Sapopemba
		79 Saúde
		80 Sé
		81 Socorro
		82 Tatuapé
		83 Tremembé
		84 Tucuruvi
		85 Vila Andrade
		86 Vila Curuçá
		87 Vila Formosa
		88 Vila Guilherme
		89 Vila Jacuí
		90 Vila Leopoldina
		91 Vila Maria
		92 Vila Mariana
		93 Vila Matilde
		94 Vila Medeiros
		95 Vila Prudente
		96 Vila Sônia

Fonte: Fundação SEADE.

O objeto de estudo selecionado do Bairro Carrão

Em pesquisas na Prefeitura Municipal do São Paulo, especificamente na Secretaria Municipal de Habitação, foram mapeados os cortiços da capital paulista e como optamos pelo anel intermediário, por entender que os cortiços da região central já forem bastante estudados, selecionamos prédios de porte grande onde residem em média 50 pessoas, possuem alta rotatividade de moradores e as características centrais de uma moradia compartilhada.

No bairro Carrão, selecionamos um cortiço na Rua Cândido Vale, 118/128, um prédio da década de 50 com estrutura precária e onde residem atualmente 52 pessoas. A construção é geminada, são duas casas térreas com 8 quartos na parte interna e 7 quartos na parte externa (construída para agregar mais moradores). Na parte interna residem 4 famílias e na externa 2 famílias ocupando 6 quartos, os outros 9 quartos são divididos

entre os moradores que alugam “vagas ou camas” e a rotatividade é muito alta. O cortiço possui 3 áreas para cozinhar, 2 áreas comum acesso (salas) e 5 banheiros (3 internos e 2 externos), sendo 1 dos internos apenas para uso da bacia sanitária. As informações obtidas foram concedidas pela administradora do cortiço e por alguns moradores.

O cortiço está localizado próximo de avenidas importantes do bairro, como a Av. Celso Garcia e Av. Radial Leste onde possuem vários pontos de ônibus e o metro Carrão, que facilitam o deslocamento dos moradores para seu respectivo trabalho. Nas tabelas abaixo, caracterizamos o prédio e seus moradores atuais.

Imagem 2: O cortiço da Rua Candido Vale

Localização
Rua Cândido Vale, 118/128

Arredores

Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo.

Tabela 2: Dados do Cortiço

Endereço	Rua Cândido Vale
Número	118 / 128
Distrito	Carrão
Ano de Construção	Década de 50
Tombamento – CITCADASTRO IMÓVEIS TOMBADOS	Não há processo de tombamento
Dados Vistoria do Autor	
Aluguel Médio (vaga/pessoa)	R\$ 300,00
Aluguel dentro do casa (vaga/pessoa)	R\$ 350,00
Aluguel fora do casa (vaga/pessoa)	R\$ 280,00
Renda Média (per capita)	R\$ 800,00
Total Famílias	6
Total Pessoas	53
Homens	44
Mulheres	7
Crianças	4
Quartos	15
Quartos de famílias	6
Quartos com vagas	9
Salas	2
Cozinhas	3
Banheiros	5
Moradores entre 0 e 15 anos	4
Moradores entre 16 e 25 anos	15
Moradores entre 26 e 40 anos	21
Moradores entre 41 e 55 anos	10
Moradores acima de 55 anos	3
Estudantes	3
Trabalhadores Formais	35
Trabalhadores Informais	10
Desempregados	4
Aposentados	1
Classificação	Grande Porte

Fonte: Pesquisa do autor

O bairro São Lucas

O Parque São Lucas não teve um grande povoamento até meados do século XX, se comparados com o município de São Caetano do Sul e o distrito de Vila Prudente, pois suas terras alagadiças não eram muito propícias para a moradia e agricultura. A partir da Década de 1930, houve uma reversão dessas inundações com a canalização de um rio que hoje está localizado abaixo da Avenida Professor Luiz Ignácio de Anhaia Mello, e com a intensa imigração e migração para São Paulo, a região do Parque São

Lucas passou a ser um bairro dormitório recebendo uma população oriunda principalmente do sul de Minas Gerais e do interior do Estado de São Paulo que veio para a capital para trabalhar nas indústrias da Família Matarazzo na várzea do Rio Tamanduateí, (Mooca, Vila Prudente, Ipiranga e a região do ABC Paulista).

Antes disso, as terras pouco exploradas do São Lucas pertenciam aos irmãos Antônio, Luís e Domingo de Luccas. São Lucas, o santo padroeiro de sua família, veio a dar nome a essas terras.

O alemão Francisco Fett chegou ao Brasil depois da Segunda Guerra Mundial e, com o capital que havia reservado, comprou terras na região do Parque São Lucas. Começou assim o loteamento das terras.

O padre italiano Aldo Giuseppe Maschi (1920-1999) chegou ao Parque São Lucas por acaso, já que fora enviado em missão para outra região de São Paulo, mas se encantou com a população local e decidiu ficar no bairro, onde existia uma pequena capela (Capela de Santo Antônio). O Padre Aldo construiu no lugar dessa capela uma grande paróquia (Paróquia São Filipe Neri) em homenagem a São Filipe Neri, fundador da Congregação do Oratório. Fundou, então, junto à paróquia, o Oratório de São Filipe Neri do Parque São Lucas. Esta congregação hoje é composta de 4 padres, 3 irmãos, 2 noviços e 2 postulantes, como também ampliou sua fundação trazendo para o bairro um convento feminino, as Irmãs Auxiliadoras do Oratório, que já possui 6 irmãs. Estas irmãs mantêm uma padaria que ajuda no sustento das vocações oratorianas. O distrito de São Lucas tem uma forte predominância de imigrantes Italianos e Judeus que se instalaram na região (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2010).

Todos os anos, a paróquia São Filipe Néri realiza durante os finais de semana de Maio a tradicional festa em homenagem a São Filipe Néri. Em janeiro comemora-se o aniversário do Parque São Lucas.

O dia de São Lucas é comemorado em 20 de janeiro, de acordo com a lei municipal 14.485, de 19 de julho de 2007. Anteriormente, o Dia do Parque São Lucas era comemorado em 16 de maio, de acordo com a lei municipal 11.758/1995, mas essa lei foi revogada.

O Parque São Lucas é muito procurado pelos moradores de bairros vizinhos, tais como Vila Prudente, Vila Alpina, Vila Zelina e Jardim Avelino, por possuir um famoso centro comercial nos arredores da Avenida São Lucas e da Avenida do Oratório, com

uma diversidade de lojas, escritórios e empresas, atendendo a diversos bairros da cidade. A administração pública regional fica a cargo da Subprefeitura da Vila Prudente. Também está localizado no anel intermediário e é caracterizado como um bairro de classe media.

Tabela 3: Área, população e densidade demográfica da Subprefeitura de Vila Prudente.

Subprefeituras	Distritos	Área (km²)	População (2010)	DensidadeDemográfica (Hab/km²)
Vila Prudente	São Lucas	9,90	142.347	14,378
	Vila Prudente	9,90	104.242	10,529
	TOTAL	19.80	246.589	12.454

Fonte: IBGE, 2010.

Imagem 3: Mapa de localização do distrito do Parque São Lucas



Fonte: Fundação SEADE

O objeto de estudo selecionado do Bairro São Lucas

O do Bairro São Lucas, também está localizado próximo de avenidas importantes do bairro como a Av. Sapopemba e Av. Salim F. Maluf, que possuem vários pontos de ônibus que facilitam o deslocamento dos moradores para seus respectivos trabalhos. Nas tabelas abaixo, caracterizamos o prédio e seus moradores atuais.

[illegible]

Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo.

Tabela 3: Dados do Cortiço

Endereço	Rua Alto Bonito
Número	52/54/54A
Distrito	São Lucas
Ano de Construção	Década de 60
Tombamento – CIT CADASTRO IMÓVEIS TOMBADOS	Não há processo de tombamento
Dados Vistoria do Autor	
Aluguel Médio	R\$ 350,00
Aluguel dentro do casa (vaga/pessoa)	R\$ 450,00
Aluguel fora do casa (vaga/pessoa)	R\$ 300,00
Renda Média (per capita)	R\$ 900,00
Total Famílias	4
Total Pessoas	51
Homens	43
Mulheres	4
Crianças	4
Quartos	11
Quartos de famílias	4
Quartos com vagas	7
Salas	2
Cozinhas	2
Banheiros	4
Moradores entre 0 e 15 anos	4
Moradores entre 16 e 25 anos	15
Moradores entre 26 e 40 anos	15
Moradores entre 41 e 55 anos	10
Moradores acima de 55 anos	5
Estudantes	2
Trabalhadores Formais	35
Trabalhadores Informais	10
Desempregados	5
Aposentados	3
Classificação/Porte do cortiço	Grande Porte

Fonte: Pesquisa do autor

Dados mais específicos serão apresentados no resultado da pesquisa empírica, onde selecionamos os personagens para a análise da vulnerabilidade de moradia nos cortiços, como por exemplo, o tempo de residência, o motivo de vive rem moradia compartilhada, a atividade que exerce, o entendimento de vulnerabilidade e a sensibilidade do morador.

Na próxima seção apresentaremos os dados socioeconômicos das duas regiões selecionadas para o estudo empírico.

3.2 Dados socioeconômicos e indicadores de vulnerabilidade social

A principal característica dos dois bairros, além de pertencerem ao anel intermediário da metrópole paulistana, é que os seus habitantes possuem rendimentos médios satisfatórios e são classificados como pertencentes a uma classe de consumo médio. Nos últimos anos, grandes empreendimentos imobiliários foram instalados nas regiões e a valorização local foi observada e confirmada com dados do IBGE e da Fundação SEADE.

Tabela 4: Salário Médio Nominal do Emprego Formal, por Setor de Atividade, segundo Subprefeituras e Distritos Município de São Paulo 2002 (1)

Em reais					
Subprefeituras e Distritos	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Total (2)
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	1.416,6	924,0	914,7	1.417,1	1.316,4
Aricanduva	758,7	685,6	660,9	706,9	707,4
Aricanduva	740,5	628,5	651,1	796,7	721,8
Carrão	768,6	640,2	649,1	858,9	749,4
Vila Formosa	783,8	788,7	677,8	591,1	659,0
Vila Prudente/Sapopemba	1.031,1	824,8	793,0	1.314,4	1.066,1
São Lucas	852,8	552,0	674,3	846,6	781,9
Sapopemba	718,3	859,2	713,6	1.641,6	1.232,2
Vila Prudente	1.261,0	908,7	931,8	988,4	1.069,9

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. 2002; Fundação Seade.

(1) Dados referentes a 31 de dezembro de 2002.

(2) Inclui o setor Agropecuário.

Como observado no quadro acima, na coluna total, os rendimentos médios nominais dos habitantes dos bairros Carrão e São Lucas estão na média e próximos dos valores genéricos das subprefeituras que pertencem. Considerando que o setor da construção civil, nos dois bairros, puxa para baixo os rendimentos dos dois bairros e os valores mais elevados do salário estão no setor de serviços e indústria onde se concentra a maior parte da população empregada da região, como podemos observar no quadro abaixo.

Tabela 5: Distribuição da Massa Salarial do Emprego Formal, por Setor Atividade Econômica, segundo Subprefeituras e Distritos Municipais de São Paulo 2002(1)

Subprefeituras e Distritos	Em porcentagem				
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Total (2)
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	15,6	2,8	11,2	70,4	100,0
Aricanduva	33,2	4,3	29,5	32,9	100,0
Aricanduva	47,6	1,6	28,2	22,5	100,0
Carrão	34,0	6,5	26,1	33,5	100,0
Vila Formosa	19,6	4,5	34,2	41,8	100,0
Vila Prudente/Sapopemba	28,6	2,8	21,2	47,1	100,0
São Lucas	41,9	2,0	29,4	26,7	100,0
Sapopemba	9,5	3,1	14,2	72,4	100,0
Vila Prudente	43,5	2,8	25,3	28,4	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. 2002; Fundação Seade.

(1) Dados referentes a 31 de dezembro de 2002.

Mapa de Vulnerabilidade Social

O mapa de vulnerabilidade social foi desenvolvido pela Fundação SEADE no ano de 2000, apresenta indicadores e classificação da população das regiões estudadas.

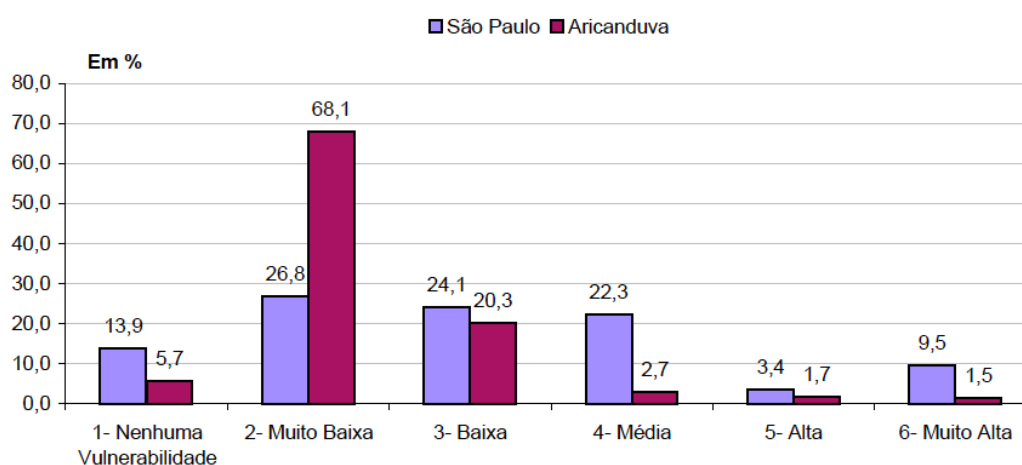
Subprefeitura de Aricanduva

A Subprefeitura de Aricanduva, que integra o Município de São Paulo, possuía, em 2000, 266.454 habitantes. Uma análise das condições de vida de seus habitantes mostra que os responsáveis pelos domicílios auferiam, em média, R\$1.247, sendo que 35,2% ganhavam no máximo três salários mínimos. Esses responsáveis tinham, em média, 7,5 anos de estudo, 50,9% deles completaram o ensino fundamental, e 4,2% eram analfabetos. Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios era de 49 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 10,0% do total. As mulheres responsáveis pelo domicílio correspondiam a 26,7% e a parcela de crianças com menos de cinco anos equivalia a 6,8% do total da população.

Os Grupos de Vulnerabilidade Social

As situações de maior ou menor vulnerabilidade às quais a população se encontra exposta estão resumidas nos seis grupos do IPVS (Gráfico), a partir de um gradiente das condições socioeconômicas e do perfil demográfico (Tabela). As características desses grupos, na subprefeitura de Aricanduva, são apresentadas a seguir:

Gráfico 1: Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVSMunicípio de São Paulo e Subprefeitura de Aricanduva – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade.

Grupo 1 (nenhuma vulnerabilidade): 15.188 pessoas (5,7% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$3.963 e 8,0% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 11,3 anos de estudo, 99,3% deles eram alfabetizados e 82,6% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 45 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 10,3%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 19,4% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 6,9% do total da população desse grupo.

Grupo 2 (vulnerabilidade muito baixa): 181.430 pessoas (68,1% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$1.162 e 34,2% deles auferiam renda de até três

salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 7,5 anos de estudo, 96,4% deles eram alfabetizados e 51,2% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 50 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 8,1%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 27,7% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 5,9% do total da população desse grupo.

Grupo 3 (vulnerabilidade baixa): 54.001 pessoas (20,3% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$903 e 39,9% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 6,9 anos de estudo, 94,5% deles eram alfabetizados e 45,3% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 14,2%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 25,2% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 8,2% do total da população desse grupo.

Grupo 4 (vulnerabilidade média): 7.303 pessoas (2,7% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$693 e 52,9% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 6,6 anos de estudo, 94,6% deles eram alfabetizados e 40,0% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 42 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 19,2%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 26,5% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 11,0% do total da população desse grupo.

Grupo 5 (vulnerabilidade alta): 4.487 pessoas (1,7% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$475 e 66,1% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 5,2 anos de estudo, 87,5% deles eram alfabetizados e 28,0% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 45 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 13,6%. As

mulheres chefes de domicílios correspondiam a 29,4% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 9,3% do total da população desse grupo.

Grupo 6 (vulnerabilidade muito alta): 4.045 pessoas (1,5% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$325 e 77,7% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 4,0 anos de estudo, 80,6% deles eram alfabetizados e 15,9% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 39 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 28,0%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 33,5% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 14,8% do total da população desse grupo.

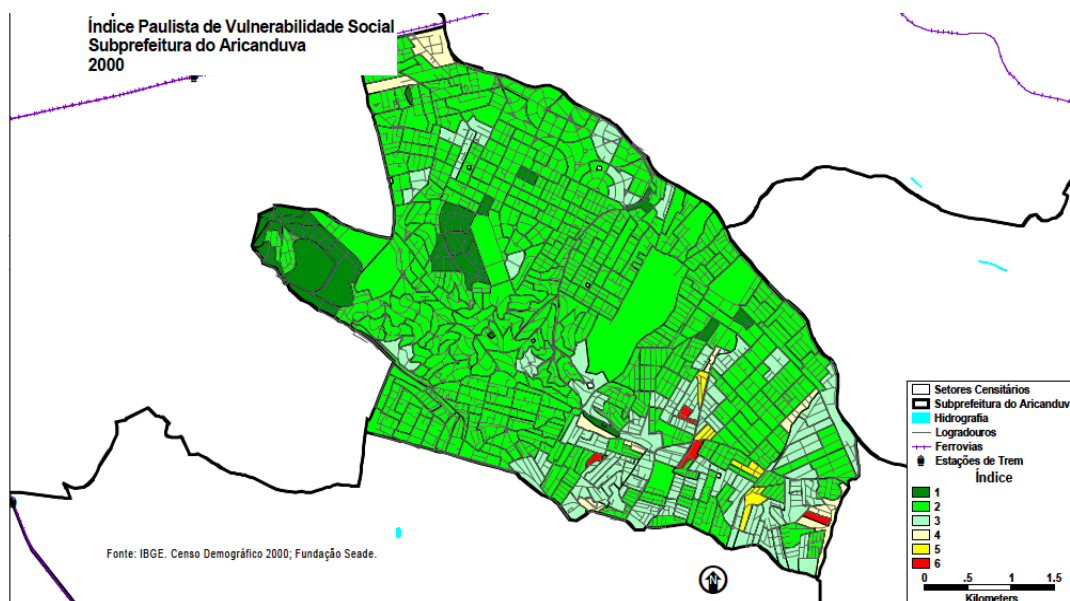
Tabela 6: Indicadores que Compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS Subprefeitura de Aricanduva - 2000

Indicadores	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social						Total
	1 - Nenhuma Vulnerabilidade	2 - Muito Baixa	3 - Baixa	4 - Média	5 - Alta	6 - Muito Alta	
População Total	15.188	181.430	54.001	7.303	4.487	4.045	266.454
Percentual da População	5,7	68,1	20,3	2,7	1,7	1,5	100,0
Domicílios Particulares	4.588	53.258	15.095	1.924	1.056	945	76.866
Tamanho Médio do Domicílio (em pessoas)	3,3	3,4	3,5	3,8	4,2	4,3	3,4
Responsáveis pelo Domicílio Alfabetizados (%)	99,3	96,4	94,5	94,6	87,5	80,6	95,8
Responsáveis pelo Domicílio com Ensino Fundamental Completo (%)	82,6	51,2	45,3	40,0	28,0	15,9	50,9
Anos Médios de Estudo do Responsável pelo Domicílio	11,3	7,5	6,9	6,6	5,2	4,0	7,5
Rendimento Nominal Médio do Responsável pelo Domicílio (em reais de julho de 2000)	3.963	1.162	903	693	475	325	1.247
Responsáveis com Renda de até 3 Salários Mínimos (%)	8,0	34,2	39,9	52,9	66,1	77,7	35,2
Responsáveis com Idade entre 10 e 29 Anos (%)	10,3	8,1	14,2	19,2	13,6	28,0	10,0
Idade Média do Responsável pelo Domicílio (em anos)	45	50	46	42	45	39	49
Mulheres Responsáveis pelo Domicílio (%)	19,4	27,7	25,2	26,5	29,4	33,5	26,7
Crianças de 0 a 4 Anos no Total de Residentes (%)	6,9	5,9	8,2	11,0	9,3	14,8	6,8

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade.

Nota: Foram excluídos os setores censitários sem informação devido ao sigilo estatístico.

Imagem 5: Mapa de vulnerabilidade social da Subprefeitura de Aricanduva



Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000; Fundação SEADE.

Podemos observar que o Bairro Carrão tem condições positivas de vulnerabilidade, considera pelo estudo muito baixa. Constata-se que a área específica do cortiço estudado as condições também são boas, pela região possuir um momento de grande especulação imobiliária com construção, nos últimos anos, de várias torres de padrão alto e a chegada de grandes redes de supermercados e afins. Porém as condições de habitação e a explícita vulnerabilidade dos moradores do cortiço pesquisado não é convergente com a realidade do Bairro.

Subprefeitura de Vila Prudente e Sapopemba

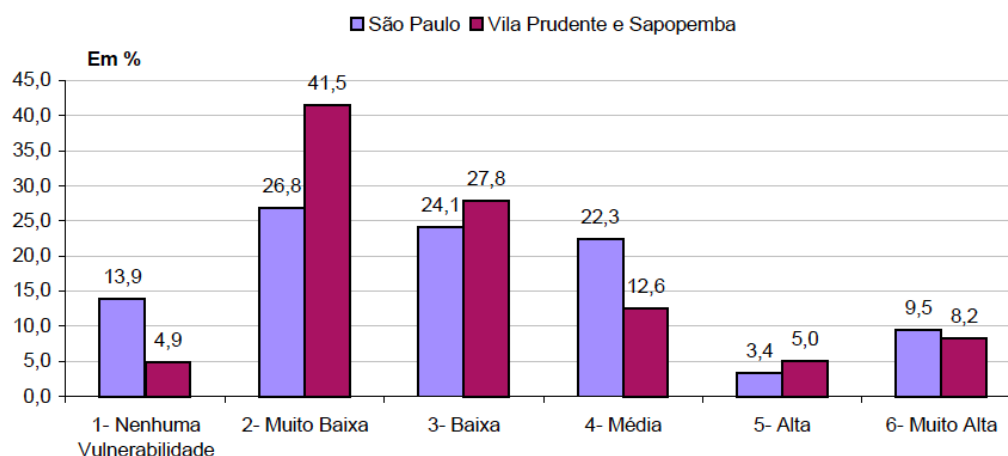
A Subprefeitura de Vila Prudente e Sapopemba, que integra o Município de São Paulo, possuía, em 2000, 523.676 habitantes. Uma análise das condições de vida de seus habitantes mostram que os responsáveis pelos domicílios auferiam, em média, R\$864, sendo que 43,2% ganhavam no máximo três salários mínimos. Esses responsáveis tinham, em média, 6,7 anos de estudo, 43,7% deles completaram o ensino fundamental, e 6,3% eram analfabetos. Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios era de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 13,8% do total. As mulheres responsáveis pelo domicílio correspondiam a 25,6% ea

parcela de crianças com menos de cinco anos equivalia a 8,1% do total da população.

Os Grupos de Vulnerabilidade Social

As situações de maior ou menor vulnerabilidade às quais a população se encontra exposta estão resumidas nos seis grupos do IPVS (Gráfico), a partir de um gradiente das condições socioeconômicas e do perfil demográfico (Tabela). As características desses grupos, na subprefeitura de Vila Prudente e Sapopemba, são apresentadas a seguir:

Gráfico 2: Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS Município de São Paulo e Subprefeitura de Vila Prudente e Sapopemba – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade.

Grupo 1 (nenhuma vulnerabilidade): 25.580 pessoas (4,9% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$2.284 e 9,3% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 11,1 anos de estudo, 99,6% deles eram alfabetizados e 84,2% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 42 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 11,1%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 20,2% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 8,1% do total da população desse grupo.

Grupo 2 (vulnerabilidade muito baixa): 217.146 pessoas (41,5% do total). No

espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$971 e 37,5% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 7,1 anos de estudo, 95,7% deles eram alfabetizados e 47,6% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 50 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 9,4%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 27,3% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 6,0% do total da população desse grupo.

Grupo 3 (vulnerabilidade baixa): 145.717 pessoas (27,8% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$770 e 41,7% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 6,5 anos de estudo, 94,7% deles eram alfabetizados e 43,1% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 45 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 14,5%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 24,6% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 8,2% do total da população desse grupo.

Grupo 4 (vulnerabilidade média): 65.840 pessoas (12,6% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$526 e 55,2% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 5,7 anos de estudo, 91,9% deles eram alfabetizados e 34,1% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 41 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 21,4%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 23,3% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 10,9% do total da população desse grupo.

Grupo 5 (vulnerabilidade alta): 26.254 pessoas (5,0% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$458 e 63,4% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 4,9 anos de estudo, 85,1% deles eram alfabetizados e 26,4% completaram o ensino fundamental.

Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 44 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 15,1%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 27,2% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 9,3% do total da população desse grupo.

Grupo 6 (vulnerabilidade muito alta): 43.139 pessoas (8,2% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$326 e 76,6% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 4,2 anos de estudo, 82,4% deles eram alfabetizados e 18,6% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 39 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 26,2%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 26,7% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 13,5% do total da população desse grupo.

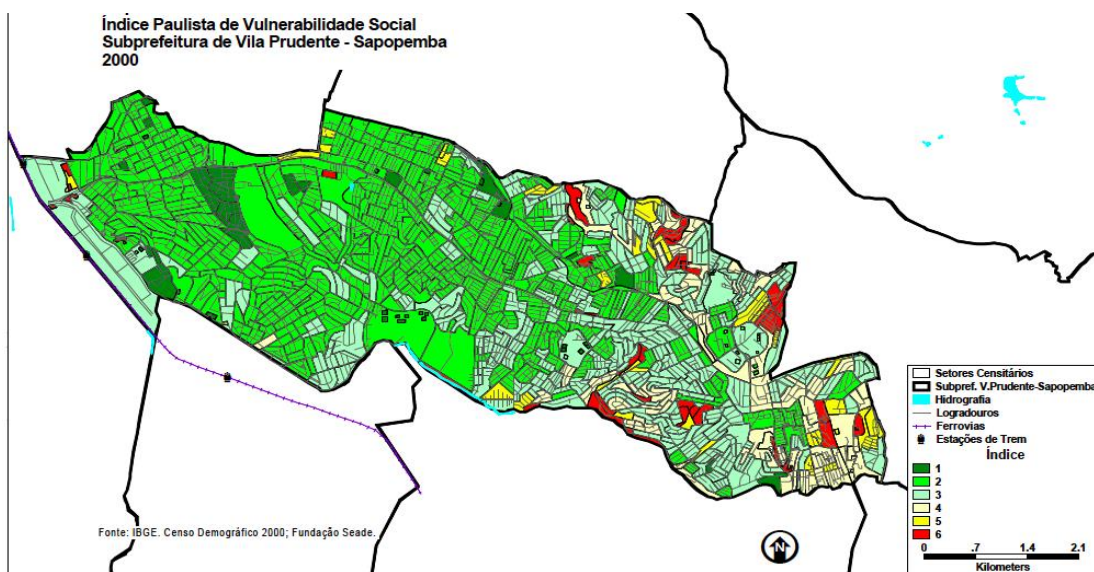
Tabela 7: Indicadores que Compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS Subprefeitura de Vila Prudente e Sapopemba – 2000

Indicadores	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social						Total
	1 - Nenhuma Vulnerabilidade	2 - Muito Baixa	3 - Baixa	4 - Média	5 - Alta	6 - Muito Alta	
População Total	25.580	217.146	145.717	65.840	26.254	43.139	523.676
Percentual da População	4,9	41,5	27,8	12,6	5,0	8,2	100,0
Domicílios Particulares	7.957	64.177	41.208	17.312	6.812	10.692	148.158
Tamanho Médio do Domicílio (em pessoas)	3,2	3,4	3,5	3,8	3,8	4,0	3,5
Responsáveis pelo Domicílio Alfabetizados (%)	99,6	95,7	94,7	91,9	85,1	82,4	93,7
Responsáveis pelo Domicílio com Ensino Fundamental Completo (%)	84,2	47,6	43,1	34,1	26,4	18,6	43,7
Anos Médios de Estudo do Responsável pelo Domicílio	11,1	7,1	6,5	5,7	4,9	4,2	6,7
Rendimento Nominal Médio do Responsável pelo Domicílio (em reais de julho de 2000)	2.284	971	770	526	458	326	864
Responsáveis com Renda de até 3 Salários Mínimos (%)	9,3	37,5	41,7	55,2	63,4	76,6	43,2
Responsáveis com Idade entre 10 e 29 Anos (%)	11,1	9,4	14,5	21,4	15,1	26,2	13,8
Idade Média do Responsável pelo Domicílio (em anos)	42	50	45	41	44	39	46
Mulheres Responsáveis pelo Domicílio (%)	20,2	27,3	24,6	23,3	27,2	26,7	25,6
Crianças de 0 a 4 Anos no Total de Residentes (%)	8,1	6,0	8,2	10,9	9,3	13,5	8,1

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade.

Nota: Foram excluídos os setores censitários sem informação devido ao sigilo estatístico.

Imagem 6: Mapa da Vulnerabilidade Social da Subprefeitura de Vila Prudente



Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000; Fundação SEADE.

No caso do Bairro São Lucas e sua região administrativa, observamos também as condições positivas de vulnerabilidade, considera pelo estudo muito baixa e baixa. Porém com um porcentual menor na condição muito baixa e maior na condição baixa. Constata-se que a área específica do cortiço estudado as condições também são boas, sendo uma região de grande fluxo de veículos e de ligação para várias regiões da grande São Paulo. Mas, como no caso do Bairro Carrão, as condições de habitação e a explícita vulnerabilidade dos moradores do cortiço pesquisado não é convergente com a realidade da região.

Vulnerabilidade Juvenil

Quando observamos os dados referentes a vulnerabilidade juvenil, percebemos melhores condições na região do Carrão, considerado um bairro de pouco vulnerabilidade com os melhores indicadores da subprefeitura de Aricanduva, como podemos observar na tabela abaixo. Esse resultado é possível pelo maior número de unidades escolares, hospitalares, culturais e de transporte que o bairro possui.

Já o Bairro São Lucas, encontra-se em um contexto um pouco mais vulnerável que o Bairro Carrão, considerada vulnerabilidade intermediária. Convergente com a região administrativa que participa, considerada mais extrema e com densidade

demográfica maior e disparidades de renda maiores também, além de possuir menos unidades escolares e hospitalares. Tais informações são observadas na tabela abaixo.

Tabela 8: Índice de Vulnerabilidade Juvenil (1) e População de 15 a 19 Anos, segundo Distritos Município de São Paulo 2000

Subprefeituras e Distritos	Índice de Vulnerabilidade Juvenil	Grupos de Vulnerabilidade	População de 15 a 19 Anos
Aricanduva			
Aricanduva	51	Vulnerabilidade Intermediária	8.884
Carrão	37	Pouco Vulnerável	6.528
Vila Formosa	42	Vulnerabilidade Intermediária	8.381
Vila Prudente/Sapopemba			
São Lucas	46	Vulnerabilidade Intermediária	12.331
Sapopemba	67	Mais Vulnerável	29.212
Vila Prudente	44	Vulnerabilidade Intermediária	8.903

Fonte: Fundação Seade; IBGE - Censo Demográfico 2000.

(1) O Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), criado pela Fundação Seade, é calculado a partir da identificação dos fatores socioeconômicos e demográficos potencialmente capazes de afetar a vida dos adolescentes e jovens residentes nos distritos da capital. O IVJ varia em uma escala de 0 a 100 pontos, em que o zero representa o distrito com a menor vulnerabilidade e 100 com a maior. Este índice pode ser resumido em cinco categorias, que agrupam os 96 distritos da cidade segundo níveis de vulnerabilidade: até 21 pontos (vulnerabilidade muito baixa); de 22 a 38 pontos (baixa); de 39 a 52 pontos (intermediária); de 53 a 65 pontos (alta); e mais de 65 pontos (vulnerabilidade muito alta).

No mesmo estudo, quando comparamos o índice de vulnerabilidade juvenil com outros bairros do município de São Paulo, observamos uma grande diferença entre os menos vulneráveis e os mais vulneráveis. Os bairros selecionados estão em posições intermediárias, sendo Carrão com um posicionamento melhor que o São Lucas.

Tabela 9: Índice de Vulnerabilidade Juvenil (1) e População de 15 a 19 Anos, por Grupos de Vulnerabilidade, segundo Distritos Classificados Município de São Paulo 2000

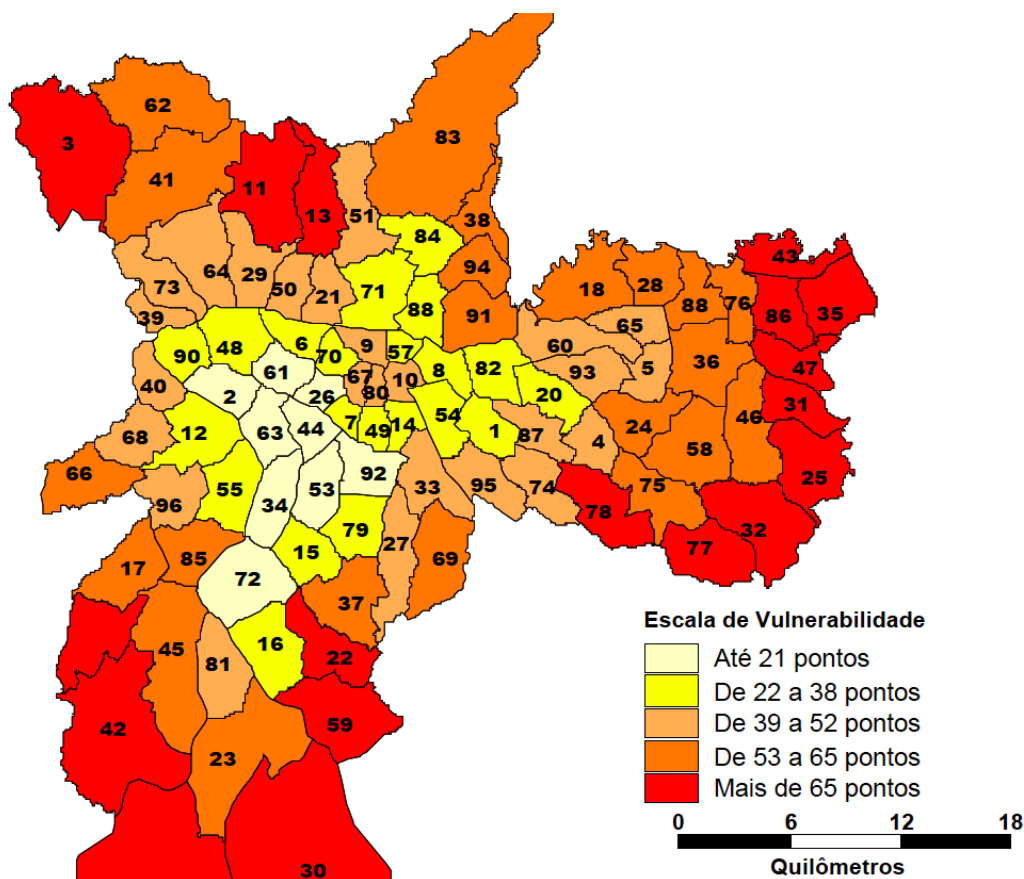
Distritos	Índice de Vulnerabilidade Juvenil	Grupos de Vulnerabilidade	População de 15 a 19 Anos
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO			992.660
Jardim Paulista	6	Menos Vulnerável	5.338
Moema	8	Menos Vulnerável	4.968
Vila Mariana	19	Menos Vulnerável	9.264
Tucuruvi	35	Pouco Vulnerável	8.615
Carrão	37	Pouco Vulnerável	6.528
Pari	37	Pouco Vulnerável	1.184
Barra Funda	38	Pouco Vulnerável	1.005
República	39	Vulnerabilidade Intermediária	3.154
Vila Formosa	42	Vulnerabilidade Intermediária	8.381
Vila Matilde	42	Vulnerabilidade Intermediária	9.285
Brás	44	Vulnerabilidade Intermediária	2.018
Vila Prudente	44	Vulnerabilidade Intermediária	8.903
Vila Sônia	44	Vulnerabilidade Intermediária	8.196
Bom Retiro	45	Vulnerabilidade Intermediária	2.128
Freguesia do Ó	45	Vulnerabilidade Intermediária	13.478
São Lucas	46	Vulnerabilidade Intermediária	12.331
Limão	48	Vulnerabilidade Intermediária	7.745
São Domingos	49	Vulnerabilidade Intermediária	7.604
Jaguare	50	Vulnerabilidade Intermediária	3.908
Aricanduva	51	Vulnerabilidade Intermediária	8.884
Pirituba	51	Vulnerabilidade Intermediária	15.306
Sé	52	Vulnerabilidade Intermediária	1.563
Jabaquara	54	Vulnerável	19.633
Sacomã	54	Vulnerável	21.573
Jaraguá	65	Vulnerável	15.159
Jardim São Luís	65	Vulnerável	25.255
Cachoeirinha	66	Mais Vulnerável	15.075
Vila Curuçá	66	Mais Vulnerável	15.234
Guaianases	67	Mais Vulnerável	10.436
Sapopemba	67	Mais Vulnerável	29.212
Capão Redondo	68	Mais Vulnerável	25.741
Anhanguera	69	Mais Vulnerável	3.554
Cidade Tiradentes	77	Mais Vulnerável	20.763
Iguatemi	79	Mais Vulnerável	10.921
Marsilac	92	Mais Vulnerável	904

Fonte: Fundação Seade; IBGE - Censo Demográfico 2000.

(1) O Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), criado pela Fundação Seade, é calculado a partir da identificação dos fatores socioeconômicos e demográficos potencialmente capazes de afetar a vida dos adolescentes e jovens residentes nos distritos da capital. O IVJ varia em uma escala de 0 a 100 pontos, em que o zero representa o distrito com a menor vulnerabilidade e 100 com a maior. Este índice pode ser resumido em cinco categorias, que agrupam os 96 distritos da cidade segundo níveis de vulnerabilidade: até 21 pontos (vulnerabilidade muito baixa); de 22 a 38 pontos (baixa vulnerabilidade); de 39 a 52 pontos (média vulnerabilidade); de 53 a 65 (alta vulnerabilidade) e mais de 65 pontos (vulnerabilidade muito alta).

Abaixo, podemos observar e visualizar o mapa de vulnerabilidade Juvenil, que concretiza os números nas tabelas analisadas. Onde identificamos o Bairro Carrão com o número 27 e o Bairro São Lucas com o número 74.

Imagem 7: Grupos de Vulnerabilidade (1) Distritos do Municípios de São Paulo – 2000



Fonte: Fundação Seade.

(1) O Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), criado pela Fundação Seade, é calculado a partir da identificação dos fatores socioeconômicos e demográficos potencialmente capazes de afetar a vida dos adolescentes e jovens residentes nos distritos da capital. O IVJ varia em uma escala de 0 a 100 pontos, em que o zero representa o distrito com a menor vulnerabilidade e 100 com a maior. Este índice pode ser resumido em cinco categorias, que agrupam os 96 distritos da cidade segundo níveis de vulnerabilidade: até 21 pontos (vulnerabilidade muito baixa); de 22 a 38 pontos (baixa vulnerabilidade); de 39 a 52 pontos (média vulnerabilidade); de 53 a 65 (alta vulnerabilidade) e mais de 65 pontos (vulnerabilidade muito alta).

Enfim, podemos perceber que as regiões onde estão localizados os cortiços estudados não são caracterizadas com vulnerabilidade alta, o que contrasta com a realidade que os encortiçados sobrevivem, essa constatação será observada no próximo capítulo dessa tese.

3.3 Riscos iminentes

Na fase atual, a precariedade que atinge as condições de vida de certos grupos sociais em muitas partes do mundo tende a permanecer e, em muitos casos, a se agravar. Em um cenário marcado por diferenças intergrupais e interpessoais na capacidade de reação a adversidades, nas últimas décadas tem aumentado o número de estudos da vulnerabilidade.

Segundo Vêras, 2010, os grupos populacionais muito pobres e com alta privação são considerados em vulnerabilidade social e, pelas coordenadas de ocupação da cidade, acabam por localizar-se em áreas de risco ou degradação ambiental, como encostas de rios, baixa cobertura de esgotos e demais serviços urbanos, zonas sujeitas a alagamentos, alta declividade, desmoronamentos ou, ainda, em proximidade de vias expressas, lixões, poluição. Essas ditas coordenadas acabam por fazer coincidir a cartografia social à ambiental, embora com grande heterogeneidade das condições socioeconômicas dos moradores. (Alves, 2006; Torres, 2000; Cem-Cebrap, 2004). Essa constatação é vital para a elaboração de políticas públicas que pretendam eliminar ou diminuir problemas especialmente na área de habitação e saneamento.

Riscos iminentes para os moradores de cortiço

Segundo ROCCA (2002) o termo risco não possui uma definição consensual, pois tanto os indivíduos comuns quanto teóricos e especialistas o definem e julgam baseados em diferentes conceitos. Complementando, aponta para o quanto é complexa uma única definição de risco, dada sua condição polissêmica: para cada área de atuação (econômico, social, jurídico, epidemiológico, saneamento, etc) o objeto do risco é diferente. Acresce ainda, que a definição de risco é muito complexa, pois está baseada na incerteza, contendo uma distinção entre realidade e possibilidade. Já para GIDDENS (1991) os riscos presentes na sociedade contemporânea, em especial os ambientais e tecnológicos, possuem graves consequências; são chaves para entender as características, os limites e transformações do projeto histórico da modernidade. Propõe que o conceito de sociedade de risco para caracterizar a sociedade que se vive no tempo presente.

Segundo GARZA-ALMANZA (2002), riscos ambientais podem ser divididos

em tradicionais e modernos. Os “riscos tradicionais” são aqueles vinculados à pobreza e a ausência de política pública: saneamento básico, abastecimento de água potável, serviços de limpeza urbana, serviços de saúde pública, etc. Os “riscos modernos” são aqueles relacionados ao desenvolvimento, nos quais os perigos no ambiente carecem de salvaguardas para a saúde, como por exemplo, contaminação da água e do solo pela indústria, agricultura intensiva, contaminação do ar, dentre outros.

Um cortiço, modalidade de habitação precária, como é o caso de nosso estudo, poderá apresentar situações de risco que poderão ser não toleráveis aos moradores, à população do entorno, à cidade e ao meio ambiente. Tem-se aí várias situações de perigo instaladas, tais como a rede elétrica e de esgoto em precárias condições, o super adensamento que ameaça a saúde, a alta rotatividade de moradores, o lixo em várias áreas, iluminação precária, a presença de roedores e insetos, a desocupação do imóvel por exigência do proprietário e/ou em função das condições prediais, entre outros.

A probabilidade de ocorrerem danos em função deste mesmo perigo é enorme, bem como a magnitude deles, podendo variar o grau de severidade dos danos de negligenciáveis a não toleráveis. Assim, os possíveis danos em função dessa situação habitacional são as doenças pulmonares e infecciosas em função do lixo e da umidade, brigas em função do super adensamento, estigma de marginais em função da alternativa de moradia, etc.

Com as informações, definimos de forma macro e abrangente os riscos mais iminentes e podem ser classificados da seguinte forma:

- a) Incerteza;
- b) Insalubridade;
- c) Violência.

Programas de prevenção e monitoramento de riscos para cortiços até o momento são inexistentes, ainda há pouca visibilidade pelas universidades ou pelo poder público sobre os perigos e riscos comuns em cortiços. Estas ausências denotam a pouca visibilidade pública dos cortiços na sua precária condição de moradia do trabalhador pobre das grandes cidades. A identificação da vulnerabilidade que os encortiçados estão

expostos e a percepção dos mesmos sobre essa problemática será analisada no próximo capítulo.

Capítulo 4 - Percepções: o eterno provisório

Neste capítulo abordaremos o empírico, as entrevistas e relatos dos personagens moradores dos cortiços selecionados, trazendo a relação da vulnerabilidade e as condições de moradia em habitações compartilhadas. Com a base metodológica fundamentada em um estudo exploratório e de cunho etnográfico, pois nos aproximaremos de fenômenos no seu ambiente natural, coletando informações mediante contato frequente com os participantes.

Este método é considerado um ‘multimétodo’ de pesquisa devido à possibilidade de lançar mão de diversos instrumentos para coletar as informações. A etnografia caracteriza-se, essencialmente por: 1) obter informações a partir de vários recursos, como entrevistas, conversas, observações, documentos, 2) estudar o comportamento nos contextos em que ele ocorre, ao contrário de condições experimentais, 3) não estruturar a coleta das informações antes de ir ao campo e sim, progressivamente, com o desenvolvimento da pesquisa, 4) realizar o estudo aprofundado de uma ou poucas situações.

4.1 O processo de análise: dados, relatos e entrevistas

Para o processo de análise com maior profundidade e a busca de cumprir os objetivos desta tese, selecionamos 4 famílias, duas de cada cortiço. No cortiço do Bairro Carrão, as duas famílias somam 9 pessoas, sendo 4 adultos e 5 crianças/adolescentes. Já no cortiço do bairro São Lucas, as duas famílias somam 8 pessoas, sendo 4 adultos e 4 crianças/adolescentes.

Além das famílias, que vivem em quartos específicos, selecionamos 8 moradores aleatórios de cada cortiço que dividem o quarto muitas vezes com desconhecidos e todos vieram de outros Estados do Brasil para tentarem uma condição de vida melhor.

Para as informações genéricas dos cortiços, como o número de quartos, moradores, banheiros, cozinhas, rotatividade e etc., entrevistamos as pessoas que “tomam conta” dos mesmos. São funcionários dos proprietários que tem a função gerencial da habitação compartilhada, como selecionar novos moradores, verificar

problemas estruturais e de convivência, receber os aluguéis, entre outras funções.

Utilizamos como ferramentas do processo empírico:

a) Formulário

Foi elaborado um formulário estruturado para ser aplicado no início da pesquisa para identificar as características dos prédios e dos moradores. Com informações sobre renda, trabalho, faixa etária, número de moradores, quartos, banheiros, cozinhas, rotatividade, etc.

Para os moradores sujeitos da pesquisa, além do formulário inicial, foi elaborado outro adicional que identificou a composição familiar, situação ocupacional dos membros da família, renda familiar, gastos mensais, as condições de habitabilidade da moradia, avaliação do grau de satisfação dos moradores com as condições do quarto e do prédio e a qualidade de vida percebida no bairro. Este questionário foi aplicado nos cortiços estudados durante os meses de julho e agosto de 2014.

b) O diário de campo do pesquisador

Foi um instrumento adotado pelo pesquisador no qual este registrou todas as impressões colhidas durante o processo da pesquisa, tais como: impressões e observações obtidas nas visitas ao cortiço, nas reuniões com a população, nas reuniões com os agentes públicos. Foi instrumento importante no momento da análise dos dados.

c) Entrevistas

Foram feitas entrevistas com vários moradores ao longo da pesquisa. Porém selecionamos moradores que se propuseram a colaborar com o estudo. As entrevistas foram feitas a partir de um roteiro com questões semiestruturadas (em anexo). Nas entrevistas selecionadas, o roteiro foi estruturado com base em seis questões, visando capturar, nas histórias pessoais, a história do cortiço e a relação e entendimento da vulnerabilidade convvida pelos moradores: como chegou até essa moradia? Como é a convivência com os outros moradores? Como considera as suas condições de moradia? Quais as maiores dificuldades e problemas em relação a sua moradia? Quais os fatores

positivos da sua condição de moradia? Existem riscos em viver em habitação compartilhada? Através dessas questões foi possível alcançar o objetivo de verificar o grau de vulnerabilidade e a percepção dos moradores em relação a essa problemática.

4.2 O cortiço do Bairro do Carrão

Imagem 8 – Fachada do cortiço do bairro Carrão



Foto do autor

No bairro Carrão, selecionamos um cortiço na Rua Cândido Vale, 118/128, um prédio da década de 50 com estrutura precária e onde residem atualmente 52 pessoas. A construção é geminada, são duas casas térreas com 8 quartos na parte interna e 7 quartos na parte externa (construída para agregar mais moradores). Na parte interna residem 4 famílias e na externa 2 famílias ocupando 6 quartos, os outros 9 quartos são divididos entre os moradores que alugam “vagas ou camas” e a rotatividade é muito alta. O cortiço possui 3 áreas para cozinhar, 2 áreas comum acesso (salas) e 5 banheiros (3 internos e 2 externos), sendo 1 dos internos apenas para uso da bacia sanitária. As informações obtidas foram concedidas pela administradora do cortiço e por alguns moradores. As características do entorno do cortiço são contrastantes com sua existência. Trata-se de edifícios verticalizados para habitação de média renda, configurando que esse cortiço parece uma ilha de precariedade em um ambiente elitizado.

Na tabela abaixo e apresentada no capítulo anterior, apresentamos as características gerais do cortiço:

Tabela 10 – Características gerais do Cortiço do Bairro Carrão

Endereço	Rua Cândido Vale
Número	118 / 128
Distrito	Carrão
Ano de Construção	Década de 50

Tombamento – CIT CADASTRO IMÓVEIS TOMBADOS	Não há processo de tombamento
	Dados Vistoria do Autor
AluguelMédio (vaga/pessoa)	R\$ 300,00
Aluguel dentro do casa (vaga/pessoa)	R\$ 350,00
Aluguel fora do casa (vaga/pessoa)	R\$ 280,00
Renda Média (per capta)	R\$ 800,00
Total Famílias	6
Total Pessoas	53
Homens	44
Mulheres	7
Crianças	4
Quartos	15
Quartos de famílias	6
Quartos com vagas	9
Salas	2
Cozinhas	3
Banheiros	5
Moradores entre 0 e 15 anos	4
Moradores entre 16 e 25 anos	15
Moradores entre 26 e 40 anos	21
Moradores entre 41 e 55 anos	10
Moradores acima de 55 anos	3
Estudantes	3
Trabalhadores Formais	35
Trabalhadores Informais	10
Desempregados	4
Aposentados	1
Classificação	Grande Porte

Fonte: Pesquisa do autor

O primeiro contato do pesquisador com o cortiço ocorreu no mês de junho de 2014, em uma visita onde conversou com a administradora do local. Ela pediu autorização ao proprietário para passar os dados necessários para a execução da tese e que foi atendido, porém não autorizou tirar fotos internas do local.

Depois de algumas visitas, a administradora apresentou um morador antigo, que vive no local há mais de 20 anos e a auxilia na administração do cortiço. Esse morador que denominaremos aqui de “João” foi primordial na ajuda da seleção dos entrevistados e nas informações necessárias para fundamentar a pesquisa.

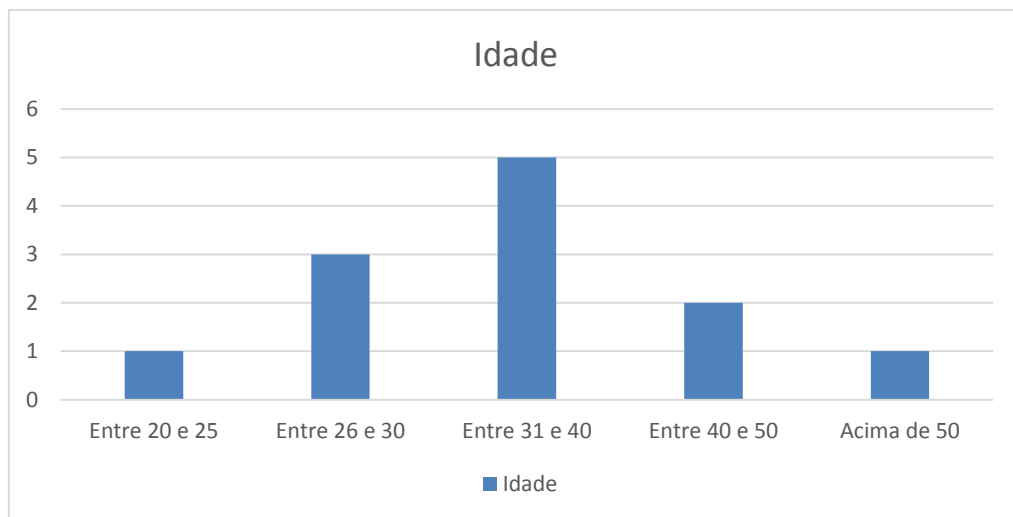
As visitas ao cortiço foram semanais, principalmente nos finais de semana por ter maior acesso aos moradores e perceber e entender como era a vida e a convivência em uma habitação compartilhada.

Selecionamos 12 pessoas para as entrevistas, duas famílias e 8 moradores aleatórios, sendo que 6 (dois casais e 2 homens) moram dentro da casa e outros 6 moram fora da casa na construção feita pelo proprietário para agregar e comportar mais pessoas. Essa divisão “dentro” e “fora”, cria certa classificação dos moradores, sendo que os que moram dentro da casa têm maior tempo de residência, mais acessibilidade e mais conforto. Já os que estão fora da casa, convivem com uma rotatividade muito grande de moradores, mais precariedade, menos conforto e estão expostos a maiores vulnerabilidades.

Fizemos uma pesquisa com essas 12 pessoas para identificar as características pessoais como idade, escolaridade, trabalho, renda e também as observações e relatos sobre como é viver em uma habitação compartilhada envolvendo seus riscos, as dificuldades, as expectativas, os motivos de permanência e a percepção da vulnerabilidade habitacional que estão expostos.

O primeiro gráfico da pesquisa apresenta a faixa etária dos entrevistados. A média das idades é considerada jovem, entre 20 e 35 anos, todos exercendo atividade profissional. Temos uma acima de 50 anos que é aposentada mas continua exercendo atividade remunerada como autônomo e dois entre 40 e 50 anos, como apresentado no gráfico 3 abaixo.

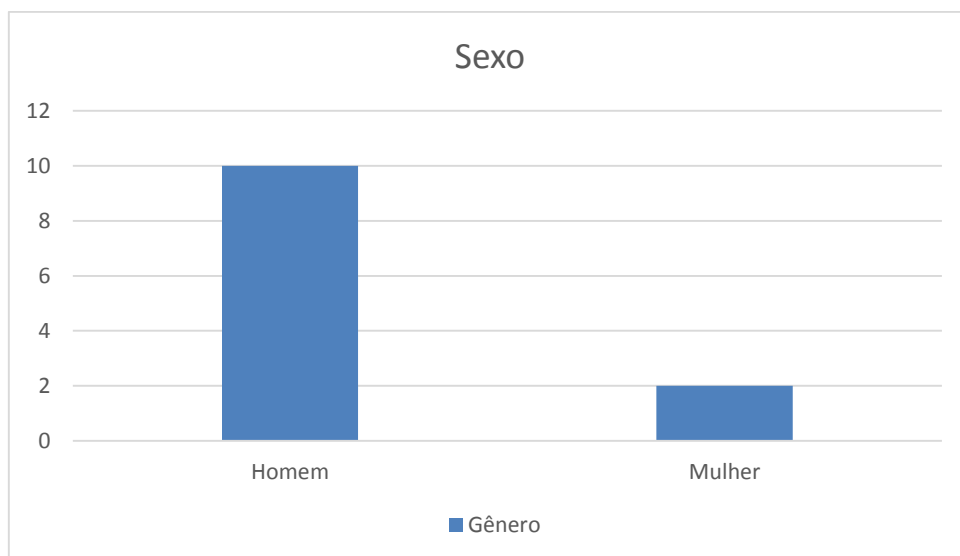
Gráfico 3: Faixa etária dos entrevistados



Fonte: Pesquisa do autor.

O gráfico 4 identifica o sexo dos moradores do cortiço do Bairro Carrão, são 10 homens e 2 mulheres. As mulheres moram dentro da casa e são mães e esposas, uma delas tem 3 filhos e a outra tem 2 crianças.

Gráfico 4: Sexo dos pesquisados

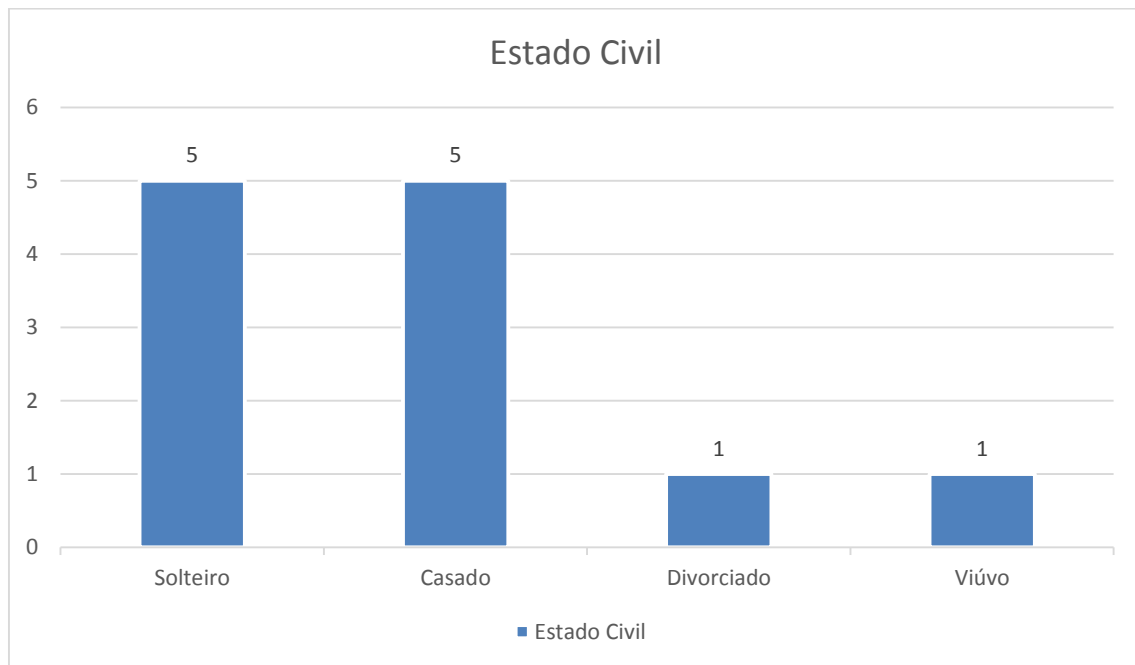


Fonte: Pesquisa do autor.

O Gráfico 5 mostra o estado civil dos moradores, temos 5 casados, 5 solteiros, 1 divorciado e 1 viúvo. Como são 2 casais somamos 4 pessoas, o outro casado é uma pessoa que mora fora da casa e a esposa vive no Estado natal (Minas Gerais). Ele vive no cortiço há um pouco mais de 1 ano e tem a expectativa de trazer a esposa para São

Paulo no próximo ano e alugar uma casa pequena na região periférica da cidade. Os 5 solteiros moram fora da casa também e o viúvo é o senhor “João”.

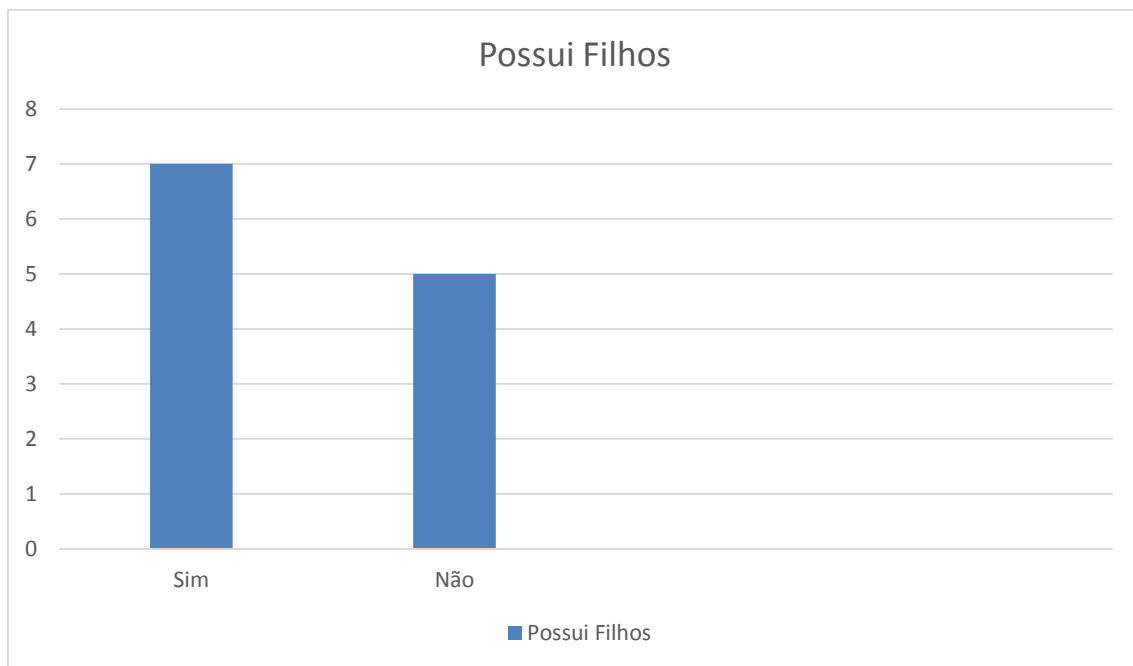
Gráfico 5: Estado civil dos pesquisados



Fonte: Pesquisa do autor.

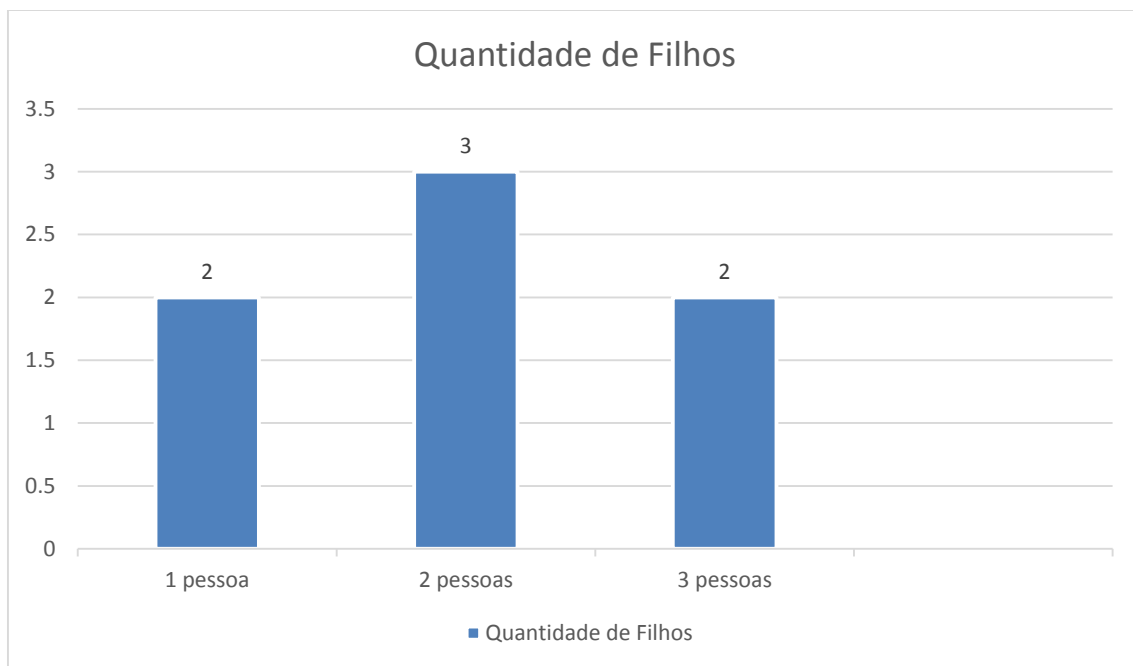
O gráfico 6 mostra se os pesquisados têm filhos, os dois casais possuem, o senhor “João” (principal fonte de informação da pesquisa) e o divorciado também. O outro morador que possui filho é o casado, que além da esposa está longe do filho. Apresenta que os 5 solteiros não possuem filhos e os mesmos tem uma faixa etária em torno de 25 anos. No gráfico 7 apresentamos a quantidade de filhos dos moradores, os 2 casais que moram dentro da casa têm juntos 5 filhos (um casal tem 3 e o outro tem 2). A idade dos filhos do primeiro casal é de 13, 7 e 4 anos e do segundo casal é de 6 e 3 anos. Os outros dois moradores que possuem filhos moram dentro da casa também, um deles é o senhor “João” e o outro é o senhor divorciado.

Gráfico 6: Pesquisados que possuem filhos



Fonte: Pesquisa do autor.

Gráfico 7: Quantidade de filhos dos pesquisados

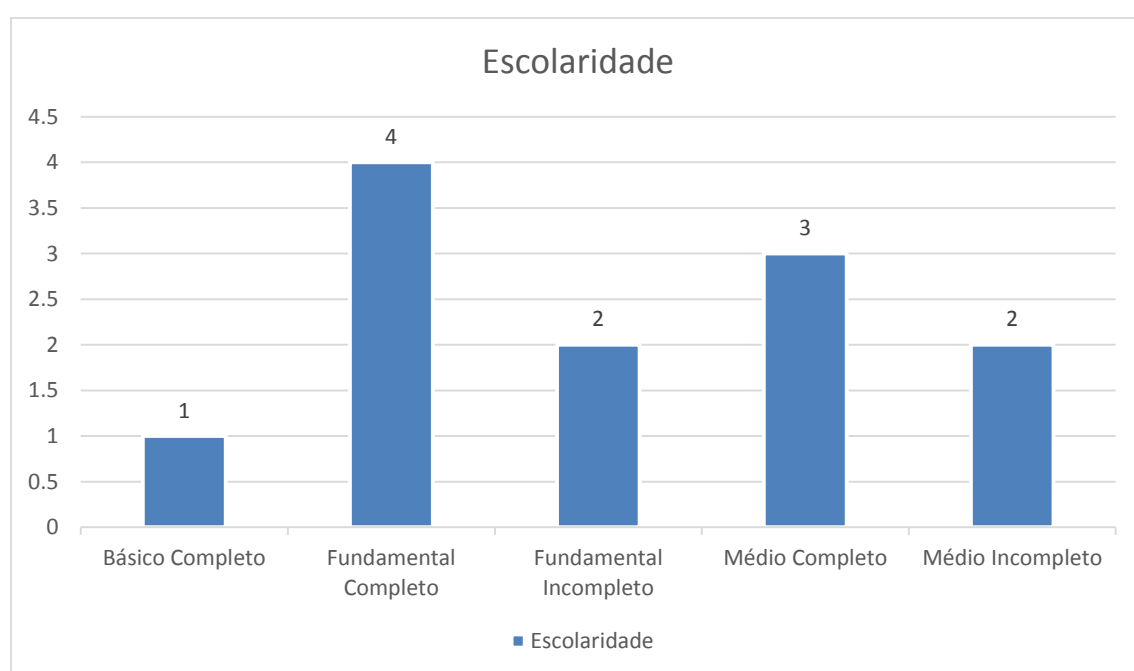


Fonte: Pesquisa do autor.

Já o gráfico 8, apresenta o grau de escolaridade dos moradores pesquisados. Percebemos que existe uma diversidade grande, pois temos graus de instrução desde o ensino básico até o segundo grau completo. Os três moradores que possuem o ensino médio completo moram dentro da casa, 1 casal e a esposa do segundo casal. Temos dois

moradores que possuem ensino médio incompleto, um deles é o esposo do casal que mora dentro da casa, que está fazendo supletivo e terminará os estudos em meados de 2015, o outro, mora fora da casa e pretende fazer o ensino supletivo no próximo ano. São 4 os moradores que possuem o ensino fundamental completo e todos moram fora da casa, 2 com fundamental incompleto (um residente dentro da casa e o outro fora). O senhor “João” não teve oportunidade de estudar, segundo ele, e completou apenas o ensino básico. Percebemos que, efetivamente, o grau de instrução reflete na renda dos moradores, como veremos abaixo.

Gráfico 8: Escolaridade dos pesquisados



Fonte: Pesquisa do autor.

Dos 12 moradores pesquisados, todos têm atividade profissional. Sendo que, 4 são informais, 1 autônomo e 7 formalizados, como apresentado no gráfico 9. Dos trabalhadores informais, os quatro trabalham como diaristas em transporte, os chamados “chapas”, que ajudam os motoristas a fazerem entregas de suas cargas. Os transportes são fretes feitos na região e a informação é que as cargas são na maioria material para construção de novos empreendimentos imobiliários.

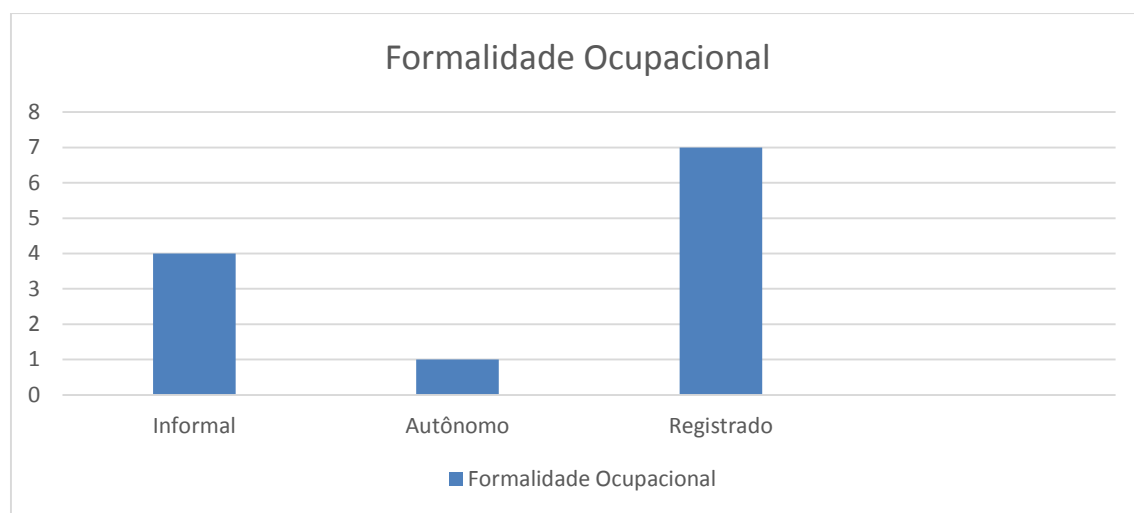
O trabalhador autônomo é vendedor de produtos derivados do mel, ele passa o dia andando pela região oferecendo seus produtos. Os produtos são adquiridos de uma

pequena fábrica no extremo leste da cidade de São Paulo e disse ter bons clientes e que gosta de fazer essa atividade mesmo sem garantias e segurança.

Os outros 7 moradores que são formalizados têm atividades parecidas, 5 trabalham em condomínios verticais da região como porteiros e ajudantes gerais, inclusive as duas mulheres. Os outros 2 trabalham em uma grande rede de supermercados como repositores de mercadorias.

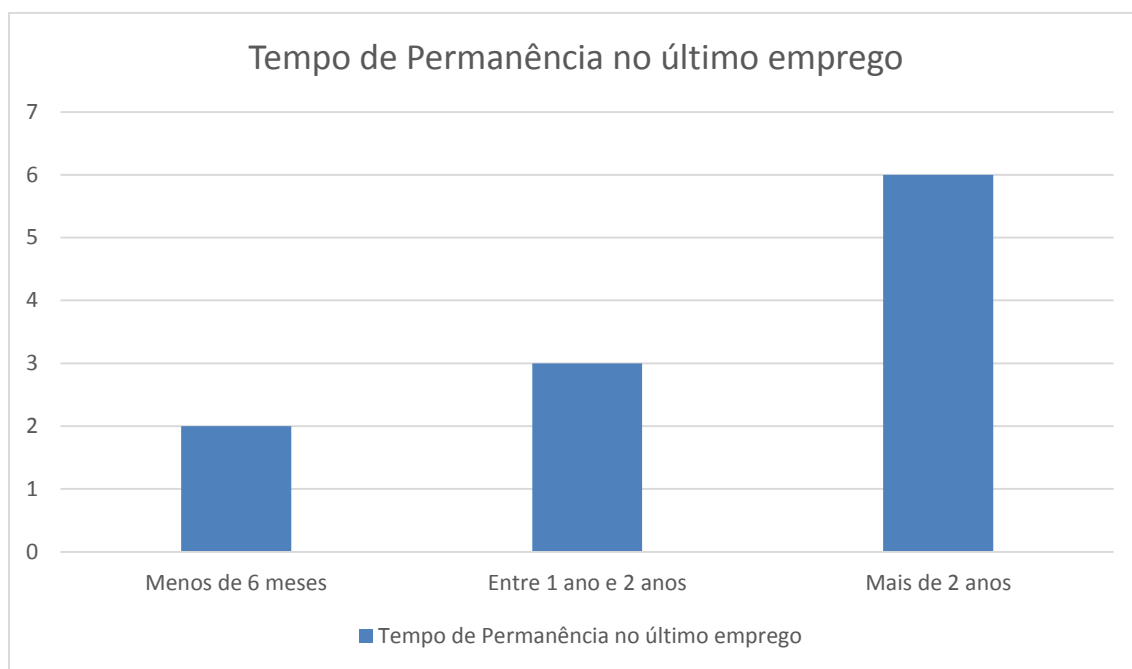
Sobre o tempo de permanência na última atividade profissional, apresentado no gráfico 10, 6 deles estão há mais de dois anos no mesmo emprego, sendo eles 5 os formalizados e o outro o autônomo. Três deles estão na atividade entre 1 e 2 anos, todos eles são os informais que trabalham com transporte. E os outros 2 que estão no último emprego há menos de 6 meses, são os formais que trocaram de emprego por proximidade da residência e por terem contatos próximos no atual emprego (o caso da esposa de um dos moradores que foi trabalhar no mesmo condomínio do marido como auxiliar geral).

Gráfico 9: Formalidade ocupacional dos pesquisados



Fonte: Pesquisa do autor.

Gráfico 10: Tempo de permanência no último emprego dos pesquisados



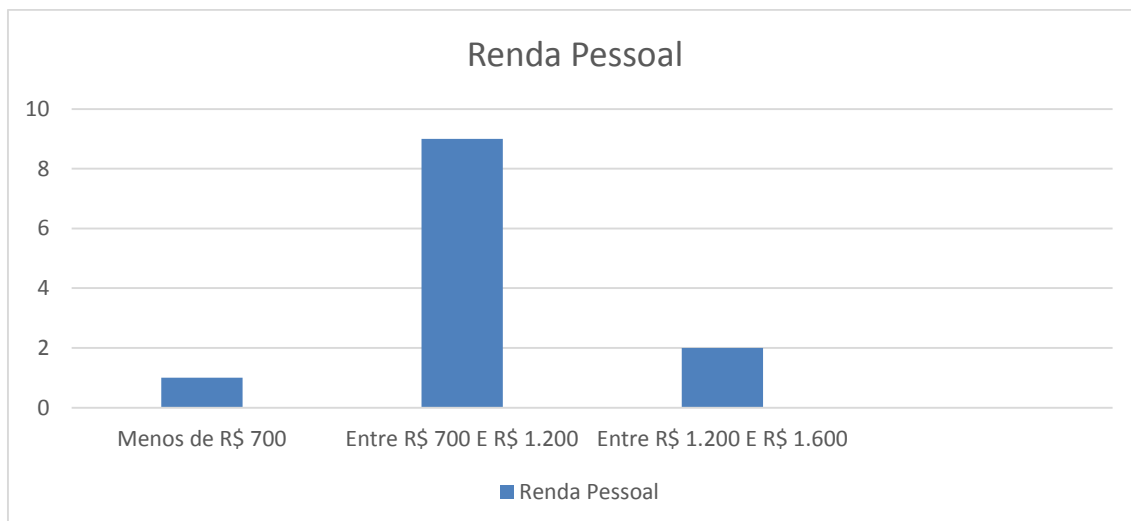
Fonte: Pesquisa do autor.

A renda pessoal dos moradores varia entre R\$ 700,00 e R\$ 1.500,00. O gráfico 11 apresenta essa afirmação. A maior parte deles tem a renda entre R\$ 700,00 e R\$1.200,00 e a média é de R\$ 1.000,00. Entre os 8 moradores nessa faixa de renda 5 são formais e 4 são informais (os trabalhadores de transporte). Os dois moradores que ganham entre R\$ 1.200,00 e R\$ 1.600,00 são formais e tem a atividade de porteiros em condomínios. E o morador que ganha menos R\$ 700,00 é o autônomo vendedor de produtos derivados do mel.

Como temos dois casais participantes da pesquisa, a renda familiar dos mesmos ultrapassa R\$ 2.000,00. O outro morador que possui família, envia dinheiro mensalmente para a esposa e o filho que estão em outro Estado da Federação, especificamente no norte de Minas Gerais.

A relação renda/escolaridade pode ser visualizada nos maiores salários e na formalidade da ocupação os 3 moradores que possuem ensino médio completo são registrados e possuem os melhores salários (os porteiros e o repositor).

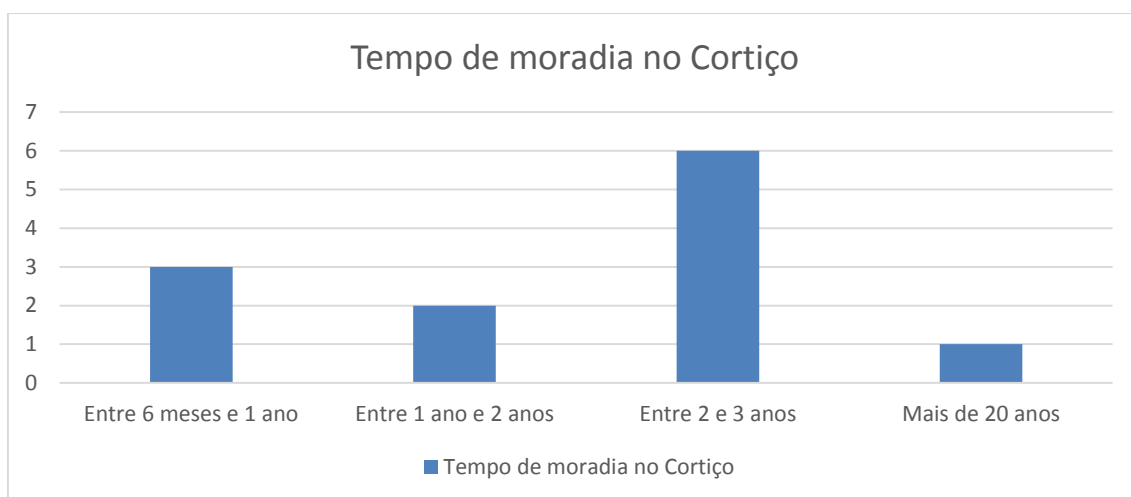
Gráfico 11: Renda pessoal dos pesquisados



Fonte: Pesquisa do autor.

O tempo de moradia no cortiço, visualizado no gráfico 12, é um dado importante para perceber a classificação interna, nesse local os residentes mais antigos vivem dentro da casa e os mais novos fora. Nesse caso, 7 moradores residem no cortiço há mais de 2 anos, 6 na parte interna e 1 na parte externa. O morador da parte externa é um dos que ajudam a gerente do local a organizar e selecionar os novos moradores. Os outros 5 moradores vivem no local entre 6 meses e 2 anos, todos na parte de fora da casa mas em quartos melhores e melhor organizado.

Gráfico 12: Tempo de moradia dos pesquisados no cortiço

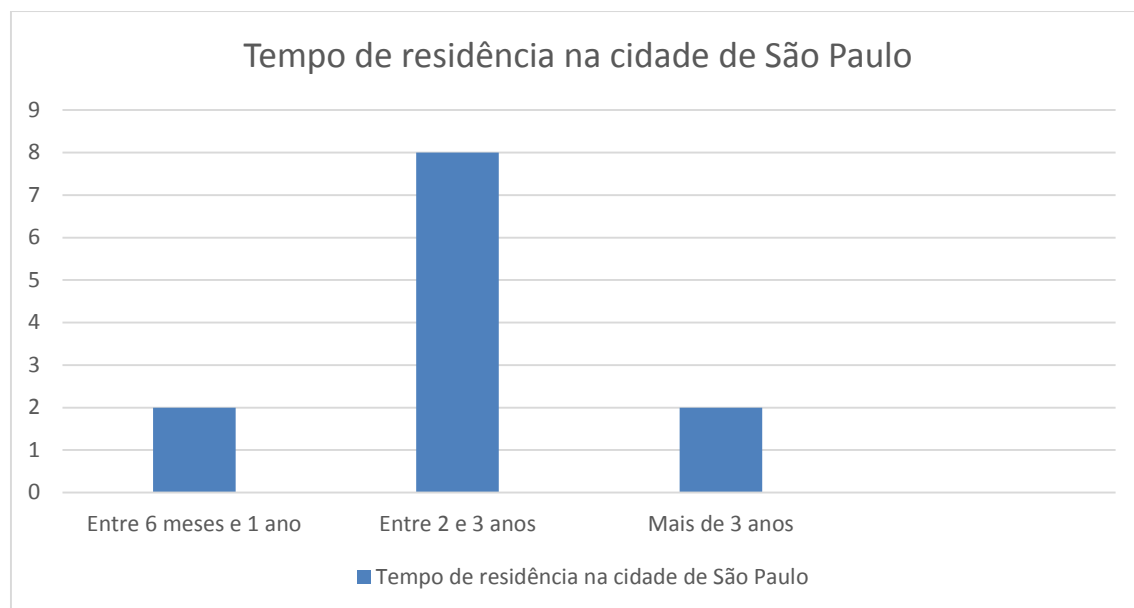


Fonte: Pesquisa do autor.

O tempo de residência dos pesquisados na cidade de São Paulo se relaciona com o tempo de moradia no cortiço, 5 deles vieram do local de origem e se instalaram desde a chegada na cidade no cortiço pesquisado, apresentado no gráfico 13. Outros 6

moradores moraram em outros locais, sendo 4 deles em outros cortiços e um dos casais moravam anteriormente em uma casa na região metropolitana, especificamente Itaquaquecetuba e trocaram a casa pelo cortiço por ser menos oneroso e ficar mais próximo do trabalho. O senhor “João” mora na cidade de São Paulo há mais de 40 anos e teve diversas moradias e vive nesse cortiço há mais de 20 anos.

Gráfico 13: Tempo de residência dos pesquisados na cidade de São Paulo

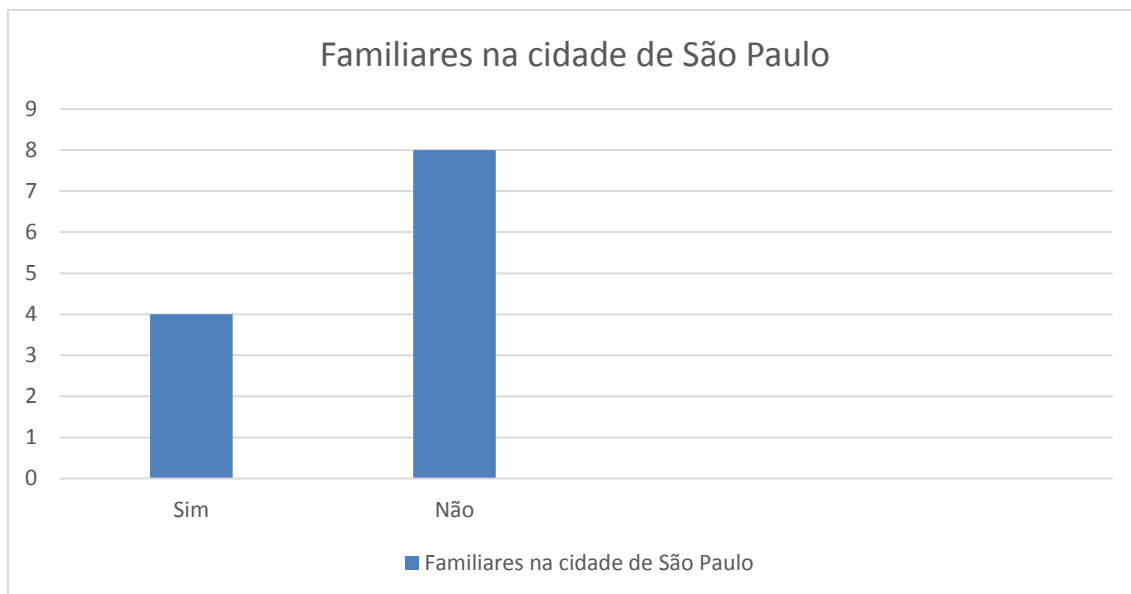


Fonte: Pesquisa do autor.

Dos 12 moradores pesquisados, 8 não possuem familiares na cidade de São Paulo, mas possuem conhecidos. Um dado importante da pesquisa é o local de origem dos moradores, muitos vieram da mesma região, do norte do Estado de Minas Gerais. Um fluxo migratório que se caracteriza por uma rede de contatos, vieram os primeiros e depois vieram outros conhecidos da mesma região. Esse fato será explicitado nos relatos e entrevistas pessoais a seguir.

Temos 4 moradores pesquisados que possuem familiares, como apresentado no gráfico 14, todos são primos.

Gráfico 14: Pesquisados que possuem familiares na cidade de São Paulo



Fonte: Pesquisa do autor.

Outro dado importante é a intenção de retornar para o local de origem, todos possuem essa vontade. A grande maioria pretende voltar em mais de três anos, apenas 1 pretende voltar em menos de 1 ano (o morador mais jovem com 23 anos e que não se adaptou a cidade), apresentado no gráfico 15. Porém, esse período é sempre revisto. Pelo que os moradores disseram, a expectativa da volta é grande, mas é sempre adiada por não terem alcançado os objetivos traçados na vinda, principalmente na questão financeira.

Gráfico 15: Pretensão dos pesquisados de retornar ao município de origem



Fonte: Pesquisa do autor.

A seguir verificaremos as respostas das questões previamente selecionadas e os relatos dos pesquisados sobre as condições de moradia, os riscos e a percepção da

vulnerabilidade em residir em moradia compartilhada. As respostas e os relatos foram analisados pelo pesquisador com auxílio de seu diário de campo e dos referenciais teóricos utilizados na pesquisa.

As entrevistas e os relatos dos moradores pesquisados do cortiço 1 - Bairro Carrão

O cortiço situado no Bairro do Carrão tem uma característica importante, a relação próxima entre os moradores e uma rede de contatos entre boa parte deles. Na primeira questão aberta feita aos entrevistados, que buscava a informação de como chegaram até essa moradia, a maioria das respostas foi a intermediação de conhecidos que vieram da mesma região. A região da maioria dos entrevistados é norte do Estado de Minas Gerais.

Dos 12 entrevistados, 8 vieram da região mencionada. Todos tinham algum tipo de relação antes de chegarem à cidade de São Paulo, principalmente por conhecidos em comum. Vieram na tentativa de uma melhor condição de vida, emprego e renda.

Segundo um entrevistado que vive na parte de fora do cortiço: *“um amigo de minha tia da cidade vizinha disse que seu primo estava em São Paulo e estava trabalhando e ganhando dinheiro. Consegui o contato e vim pra cá pra tentar a vida e já se foram quase 2 anos.”*

Quanto aos outros 4 moradores que não são da mesma região que os demais, foram incluídos um dos casais, o senhor “João” e um morador da parte externa do cortiço. O casal chegou até essa moradia por ficar mais próximo ao trabalho, moravam anteriormente em uma casa na cidade de Itaquaquecetuba e perdiam muito tempo no trajeto para o trabalho e pagavam um valor de aluguel muito alto para a realidade financeira do casal. O senhor “João” que reside no local há mais de 20 anos, chegou no cortiço por estar próximo de onde sempre viveu desde a chegada a cidade de São Paulo, depois da morte da esposa resolveu viver em um ambiente compartilhado para não se sentir solitário. Já o morador da parte externa chegou até o cortiço pela proximidade do trabalho e por ter um conhecido que morava no local que trabalharam juntos, assim facilitou sua chegada ao trabalho, ele trabalha como “chapa” em transporte.

Sobre a convivência com outros moradores a resposta unânime é uma relação amistosa e de não muito contato, apesar da maioria dos entrevistados se conhecerem. Com os outros moradores “rotativos” a relação é ainda mais distante, gera uma desconfiança com os moradores que permanecem por pouco tempo no local. Essa desconfiança é ainda maior para os moradores que vivem fora da casa, por estarem em quartos próximos e terem mais contato com os moradores rotativos. Porém, de uma forma geral, a convivência é amistosa.

Para os casais com filhos, disseram que os ensinam a não terem proximidade com outros moradores e procurar não irem para a parte externa da casa para evitar o contato: *“quando estamos em casa, procuramos ficar aqui dentro. Não conhecemos muito bem os outros e temos filhos, melhor não misturar.”*

Quando buscamos perceber como os moradores consideram as condições de moradia, ficou explícito o descontentamento com a atual situação e que estão passando por esse contexto por necessidade e por não poderem pagar outro tipo de moradia. Todos consideram as condições de moradia precária, seja na estrutura física do local, a limpeza, o conforto e a privacidade. Segundo um morador que vive com a família na parte interna: *“é uma condição muito ruim, não queria isso pra mim e minha família, mas é o que posso hoje”*.

Depois de buscarmos entender a percepção dos moradores sobre as suas condições de moradia, no mesmo sentido, a busca foi entender as maiores dificuldades e problemas no local que residem. E mais uma vez, tivemos respostas muito similares e convergentes na questão da privacidade, limpeza e rotatividade de moradores.

Por ser uma moradia compartilhada, a falta de privacidade prevalece. Os ambientes em comum como banheiro, cozinha e sala de televisão são locais onde a presença de pessoas é constante e a dificuldade com os acessos e a utilização dos espaços é um grande problema visto pelos entrevistados. Procuram ficar em seus quartos ou camas, onde a privacidade é um pouco maior.

A limpeza do local também é um grande problema para os entrevistados, principalmente o banheiro e a cozinha que ficam na parte externa, que envolve outra

difficuldade citada que é a rotatividade, já que os moradores rotativos ficam sempre na parte de fora da casa. Segundo um morador que reside na parte externa: *“os caras usam as panelas, os pratos os talheres e não lavam, tem comida no chão e o fogão parece um lixo. Vai olhar o banheiro pra você ver, duvido que tem coragem de usar”*.

Por outro viés, pensando nos fatores positivos de residir em um ambiente compartilhado, os moradores tiveram convergência nas respostas mais uma vez. A maioria dos entrevistados cita a localização e o valor do aluguel como fatores positivos. O cortiço no Bairro do Carrão fica próximo do metro e de linhas de ônibus que circulam na região e como a maior parte dos moradores trabalham próximo ao local, facilita o caminho até o trabalho, além de ter muito próximo do local serviços como supermercados, farmácias e etc.

O valor do aluguel é um dos fatores mais essenciais na busca por esse tipo de moradia, já que a média do aluguel é de R\$ 300,00 mensais e não compromete muito a renda dos moradores. Segundo um morador da parte interna: *“com o que ganho por mês, não consigo morar em outro local. Busquei vários outros lugares para morar sozinho, kitnets, apartamento e casa, mas tudo é muito caro, não tenho condições”*.

Para finalizar a análise, buscamos a percepção dos entrevistados sobre os riscos em viver em habitação compartilhada, questão fundamental para trazer a relação entre vulnerabilidade e a moradia em cortiços. Para os moradores entrevistados, os riscos mais eminentes são a violência e a insalubridade. Todos se demonstraram preocupados com a rotatividade de moradores, expuseram situações de brigas, discussões e roubos em vários momentos, apresentando um risco constante. A segurança praticamente não existe no local, o acesso as partes interna e externa são facilitados e os moradores tem que trancar seus quartos e muitos possuem caixas com cadeado e cofres para tentar manter mais seguros seus pertences.

A insalubridade também é considerada um risco pelos moradores entrevistados, principalmente pela falta de higiene e limpeza dos locais de comum acesso, principalmente o banheiro e a cozinha. E, além disso, a construção é antiga e muito pouco ventilada. Segundo um morador da parte externa: *“eu tenho medo de um cara louco me ataque ou roube minhas coisas e também de pegar uma doença, não conheço esses caras, de onde vem e por onde andaram”*.

Com as respostas, identificando o perfil dos entrevistados e entendendo a percepção das condições de moradia dos mesmos, podemos identificar que existe uma precariedade muito grande em habitação compartilhada e a vulnerabilidade é explícita em se tratando dos riscos que os moradores são expostos. Eles sabem, entendem e percebem que estão expostos a essa vulnerabilidade, mas não tem condições e alternativas de buscar outro tipo de moradia.

4.3 O cortiço do Bairro Parque São Lucas

Imagem 9 – Fachada do cortiço do bairro Parque São Lucas

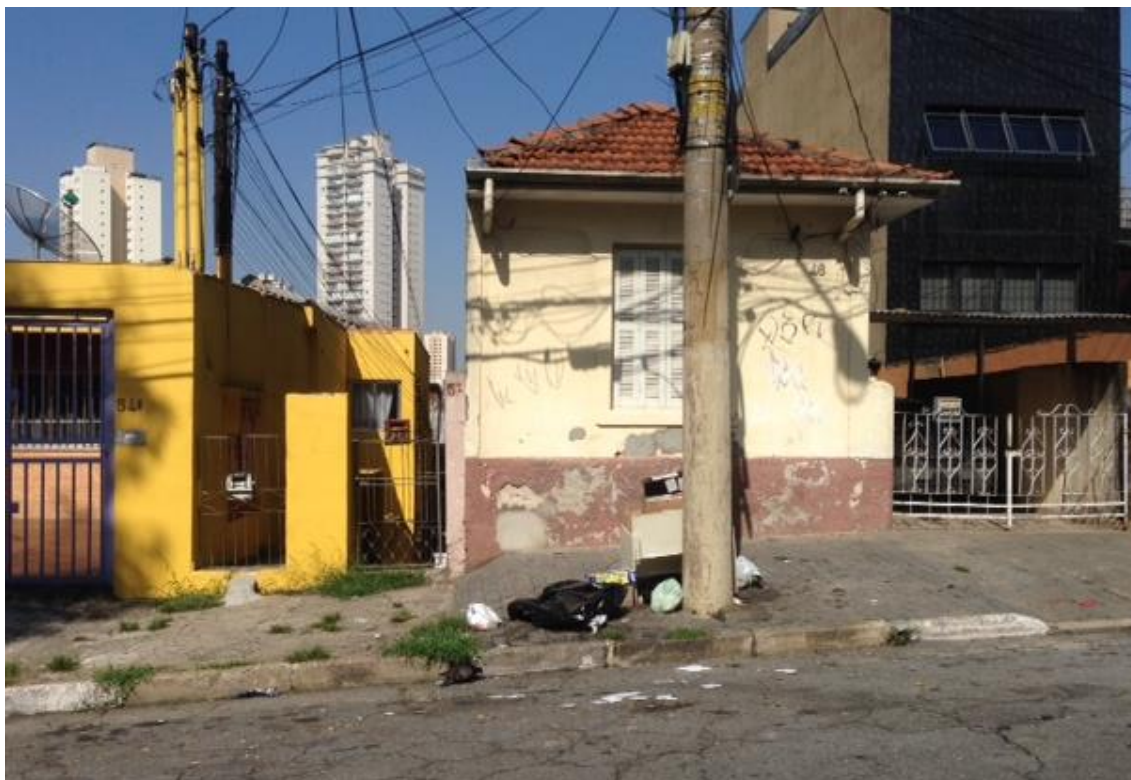


Foto do autor

No bairro São Lucas, selecionamos um cortiço na Rua Alto Bonito, 52/54/54A, um prédio da década de 60 também com estrutura precária e onde residem atualmente em torno de 50 pessoas. O prédio possui 7 quartos na parte interna e 4 quartos na parte externa (também construída para agregar mais moradores). As famílias, que são 4, residem na parte interna ocupando 4 quartos, os outros 7 quartos são divididos entre os moradores que alugam “vagas ou camas” e a rotatividade é muito alta. O cortiço possui 2 áreas para cozinhar, 2 áreas comum acesso (salas), uma na parte interna e outra na parte externa e 4 banheiros (2 internos e 2 externos). As informações obtidas, como no caso do cortiço do Carrão, foram concedidas pela administradora do cortiço e por alguns moradores.

Na tabela abaixo e apresentada no capítulo anterior, apresentamos as características gerais do cortiço:

Tabela 11 – Características gerais do cortiço do Parque São Lucas

Endereço	Rua Alto Bonito
Número	52/54/54A
Distrito	São Lucas

Ano de Construção	Década de 60
Tombamento – CIT CADASTRO IMÓVEIS TOMBADOS	Não há processo de tombamento
	Dados Vistoria do Autor
AluguelMédio (vaga/pessoa)	R\$ 350,00
Aluguel dentro do casa (vaga/pessoa)	R\$ 450,00
Aluguel fora do casa (vaga/pessoa)	R\$ 300,00
Renda Média (Per capita)	R\$ 900,00
Total Famílias	4
Total Pessoas	51
Homens	43
Mulheres	4
Crianças	4
Quartos	11
Quartos de famílias	4
Quartos com vagas	7
Salas	2
Cozinhas	2
Banheiros	4
Moradores entre 0 e 15 anos	4
Moradores entre 16 e 25 anos	15
Moradores entre 26 e 40 anos	15
Moradores entre 41 e 55 anos	10
Moradores acima de 55 anos	5
Estudantes	2
Trabalhadores Formais	35
Trabalhadores Informais	10
Desempregados	5
Aposentados	3
Classificação/Porte do cortiço	Grande Porte

Fonte: Pesquisa do autor

Como no cortiço anteriormente analisado, o primeiro contato do pesquisador com o cortiço 2 ocorreu no mês de junho de 2014, em uma visita onde conversou com a administradora do local. Antes da visita onde houve a conversa formal, o pesquisador voltou 2 vezes no local e não conseguiu falar com a pessoa. Ela pediu autorização ao proprietário para passar os dados necessários para a execução da tese e que foi atendido, o processo de autorização durou 2 semanas, mas a resposta foi positiva e podemos fazer a pesquisa, porém, como no cortiço 1, o proprietário não autorizou tirar fotos internas do local.

Diferente do outro cortiço o processo inicial de coleta de informações foi mais difícil, por não ter acesso aos moradores e não ter uma “apresentação” pela gerente.

Porém depois de algumas visitas os moradores se aproximaram e foram receptivos, o contato mais próximo foi com o morador chamado aqui de “José” que vive com sua família no cortiço há mais de 5 anos.

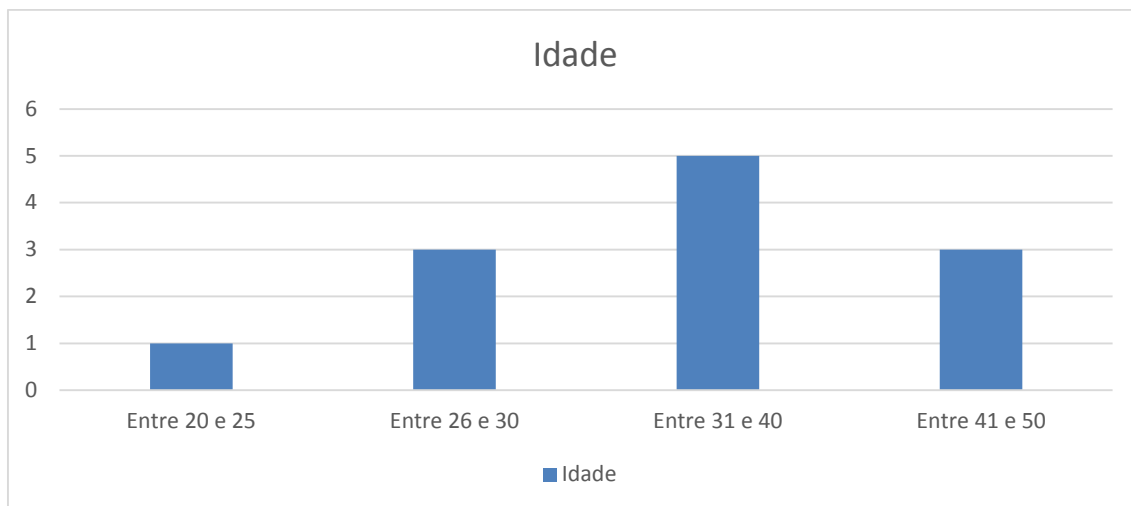
As visitas ao cortiço 2 também foram semanais e principalmente nos finais de semana por ter maior acesso aos moradores e poder perceber e entender como era a vida e a convivência em uma habitação compartilhada.

Também foram selecionadas 12 pessoas para as entrevistas, duas famílias e 8 moradores aleatórios, sendo que 5 (dois casais e 1 homem) moram dentro da casa e outros 7 moram fora da casa na construção feita pelo proprietário para agregar e comportar mais pessoas. Uma característica similar nos dois cortiços é a divisão “dentro” e “fora”. Neste cortiço os aspectos físicos são mais deteriorados e a parte externa é muito precária e desorganizada e quem vive nela está muito mais exposto a uma grande precariedade, menos conforto e maiores vulnerabilidades.

Com o mesmo objetivo de identificar as características pessoais como idade, escolaridade, trabalho e renda, essa pesquisa foi fundamentada com a intenção de interpretar as observações e relatos sobre como é viver em uma habitação compartilhada envolvendo seus riscos, as dificuldades, as expectativas, os motivos de permanência e a percepção da vulnerabilidade habitacional que estão expostos.

O gráfico inicial da pesquisa apresenta a faixa etária dos entrevistados. Nesse cortiço as idades são menos concentradas e a média é um pouco maior que no outro cortiço. Todos aqui também exercem atividade profissional. Essa informação está apresentada no gráfico 16 abaixo.

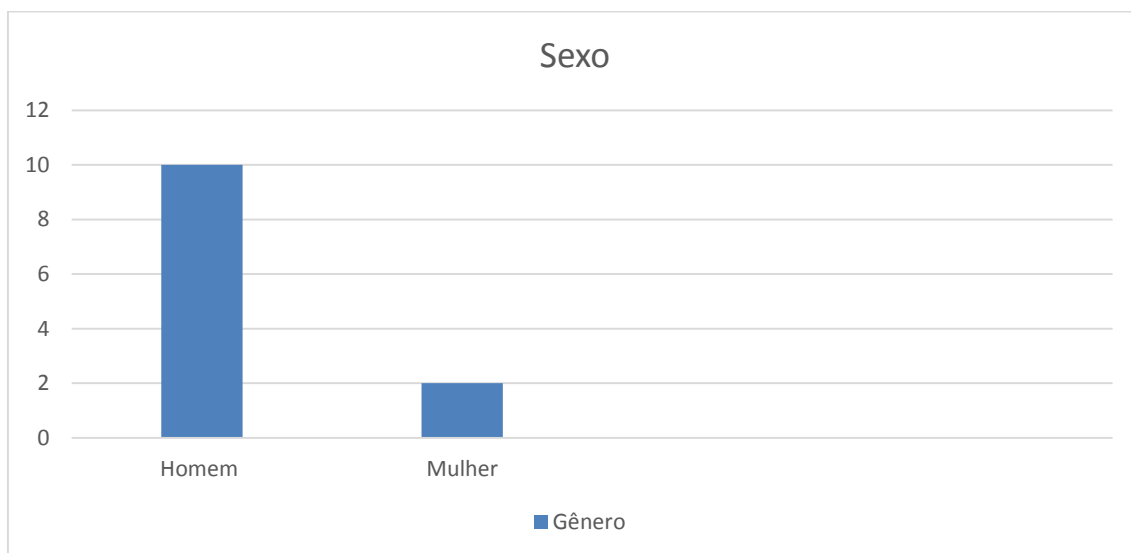
Gráfico 16: Faixa etária dos pesquisados II



Fonte: Pesquisa do autor.

O gráfico 17 identifica o sexo dos moradores do cortiço do São Lucas, exatamente como o cortiço anterior, são 10 homens e 2 mulheres. As mulheres também moram dentro da casa e são mães e esposas, as duas possuem 2 filhos cada.

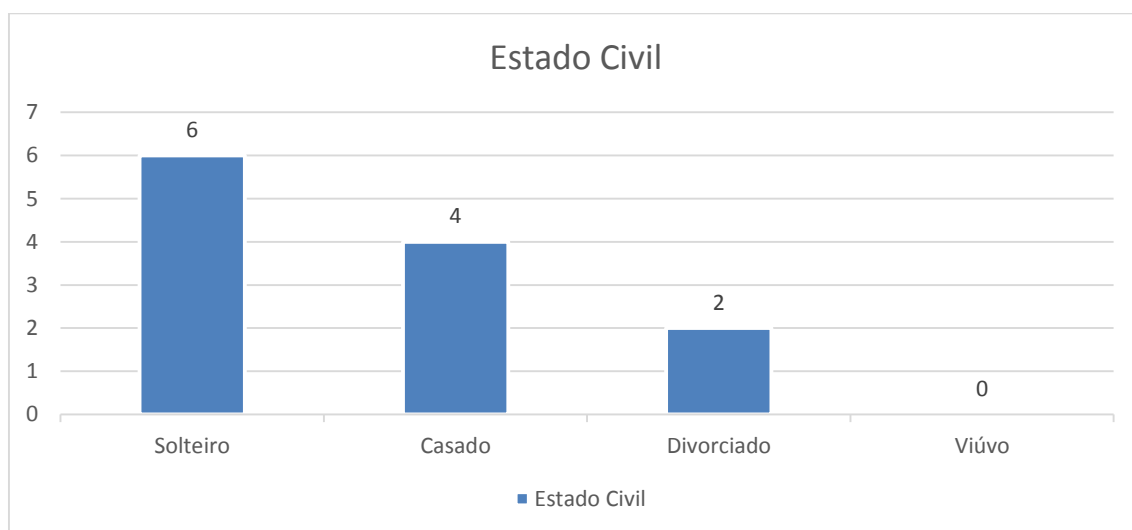
Gráfico 17: Sexo dos pesquisados II



Fonte: Pesquisa do autor.

No gráfico 18 visualizamos o estado civil dos moradores, temos 4 casados, 6 solteiros e 2 divorciados. Os casados são os casais que vivem dentro da casa, os divorciados vivem fora da casa e estão na faixa etária mais elevada dos pesquisados (entre 40 e 50 anos). Os outros 6 são solteiros, um vive dentro da casa e os outros fora.

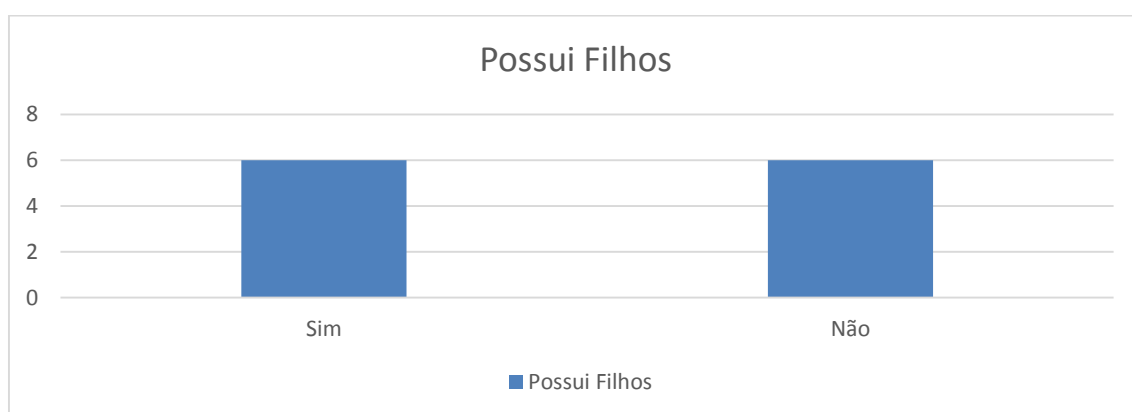
Gráfico 18: Estado civil dos pesquisados II



Fonte: Pesquisa do autor.

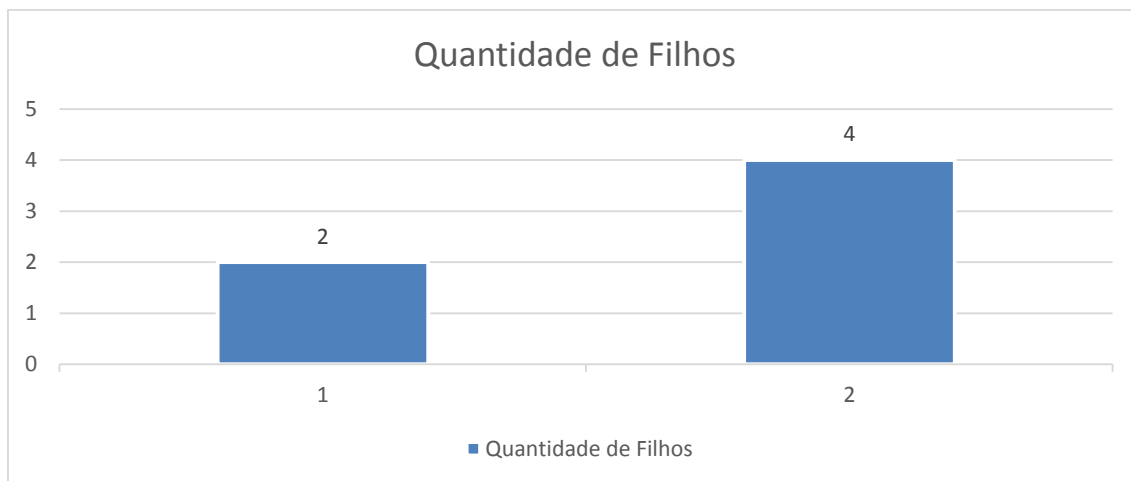
O gráfico 19 mostra se os pesquisados têm filhos, os dois casais possuem, e os divorciados também. Todos os 6 solteiros não possuem filhos. No gráfico 20 apresentamos a quantidade de filhos dos moradores, os 2 casais que moram dentro da casa têm juntos 4 filhos (cada casal tem 2 filhos) e os outros dois moradores que possuem filhos tem 1 cada. A idade dos filhos do primeiro casal é de 9 e 4 anos e do segundo casal é de 5 e 2 anos.

Gráfico 19: Pesquisados que possuem filhos II



Fonte: Pesquisa do autor.

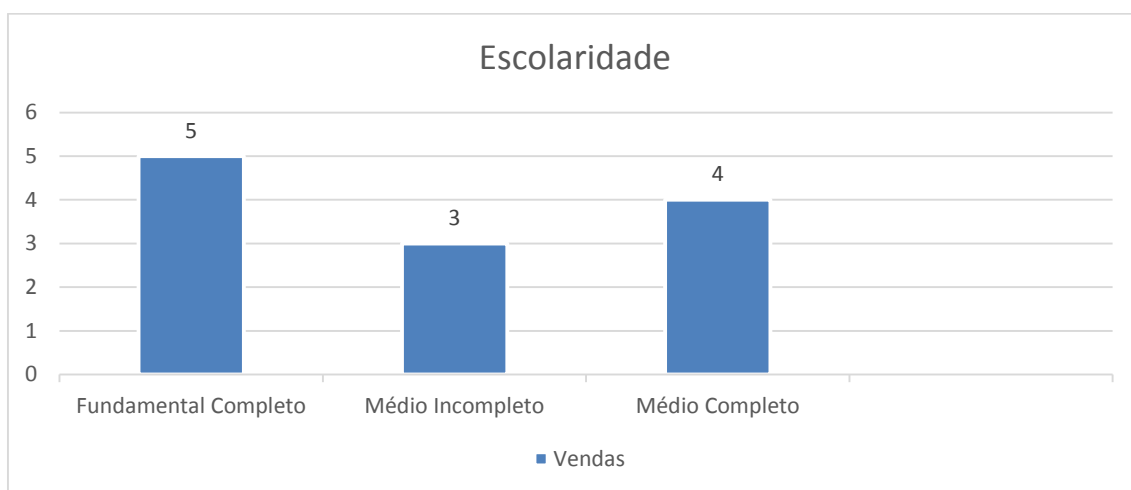
Gráfico 20: Quantidade de filhos dos pesquisados II



Fonte: Pesquisa do autor.

Apresentamos no gráfico 21 o grau de escolaridade dos moradores pesquisados. Diferente do primeiro cortiço, o grau de instrução dos moradores é mais concentrado entre fundamental completo e o ensino médio. Os quatro moradores que possuem o ensino médio completo moram dentro da casa, que são os casais. Temos três moradores que possuem ensino médio incompleto, um deles mora dentro da casa, os outros dois moram fora da casa. Ainda, temos 5 moradores que possuem o ensino fundamental completo e todos moram fora da casa. No caso desse cortiço, também percebemos que o grau de instrução reflete na renda dos moradores, como veremos abaixo.

Gráfico 21: Escolaridade dos pesquisados II



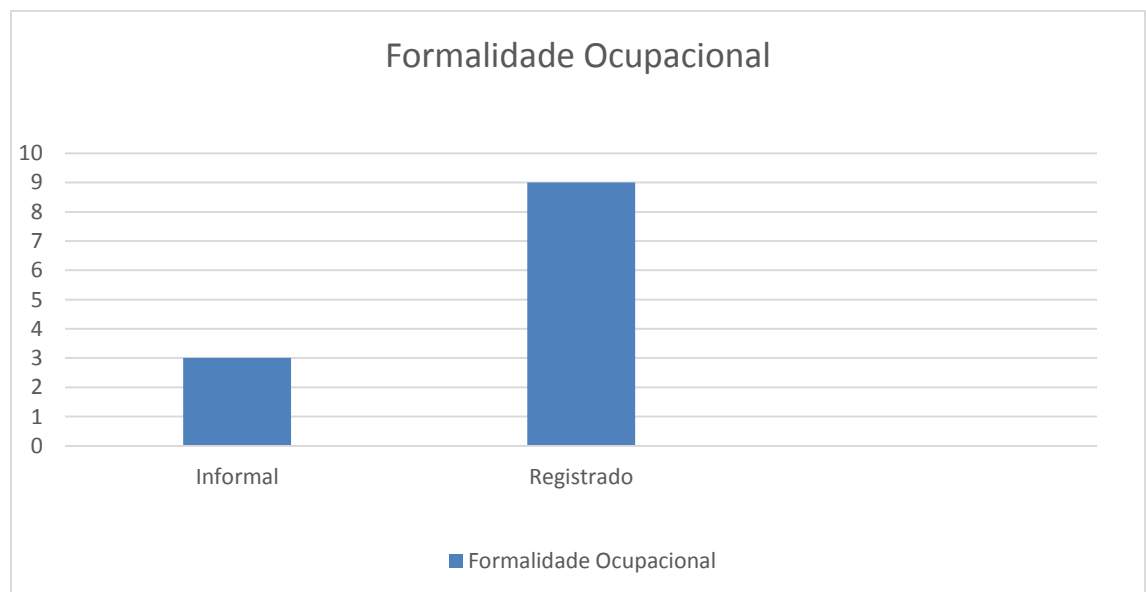
Fonte: Pesquisa do autor.

Quanto a atividade profissional dos pesquisados todos trabalham. Sendo que 3 são informais e o restante (nove) formalizados, como apresentado no gráfico 22. Dos trabalhadores informais, um trabalha com ajudante geral em construção civil, um como

atendente em uma barraca de feira livre itinerante na região e o outro como garçom em bares da região. Os outros 9 moradores que são formalizados têm atividades parecidas, como no cortiço anterior, 5 trabalham em uma grande rede de supermercados vizinha ao cortiço como repositores de mercadorias e caixas e os outros 4 em um posto de gasolina também vizinho do local como frentistas e caixas.

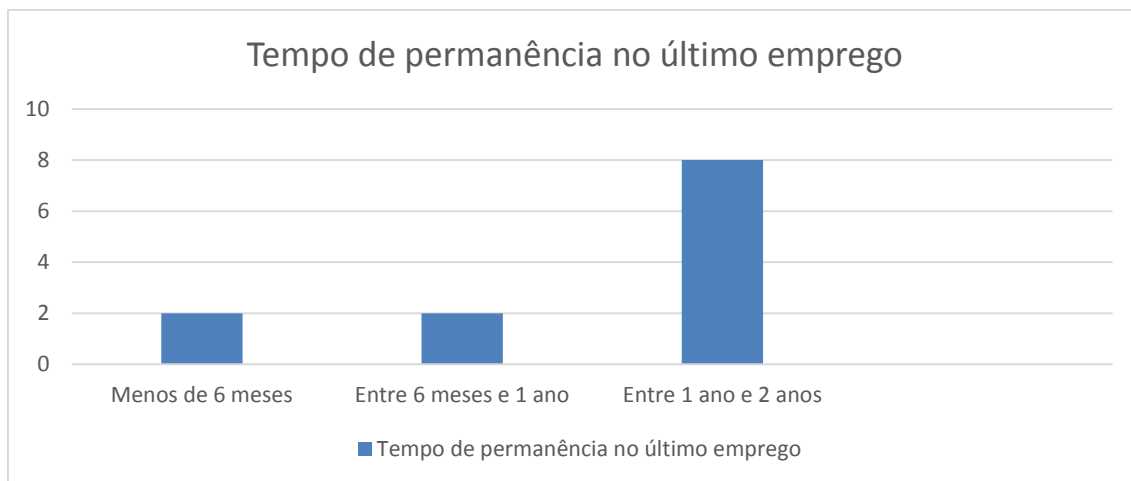
A maioria dos moradores tem como tempo de permanência na última atividade profissional, apresentado no gráfico 23, há mais de 1 ano no mesmo emprego, totalizando 8 e todos são formais. Há menos de 6 meses no mesmo emprego temos 2 pessoas, um que trocou de emprego nos últimos meses e é formalizado, o outro é o garçom que tem uma rotatividade muito grande. Os outros dois estão no mesmo emprego entre 6 meses e 1 ano que são o atendente de feira e o ajudante de construção civil.

Gráfico 22: Formalidade ocupacional dos pesquisados II



Fonte: Pesquisa do autor.

Gráfico 23: Tempo de permanência dos pesquisados no último emprego II



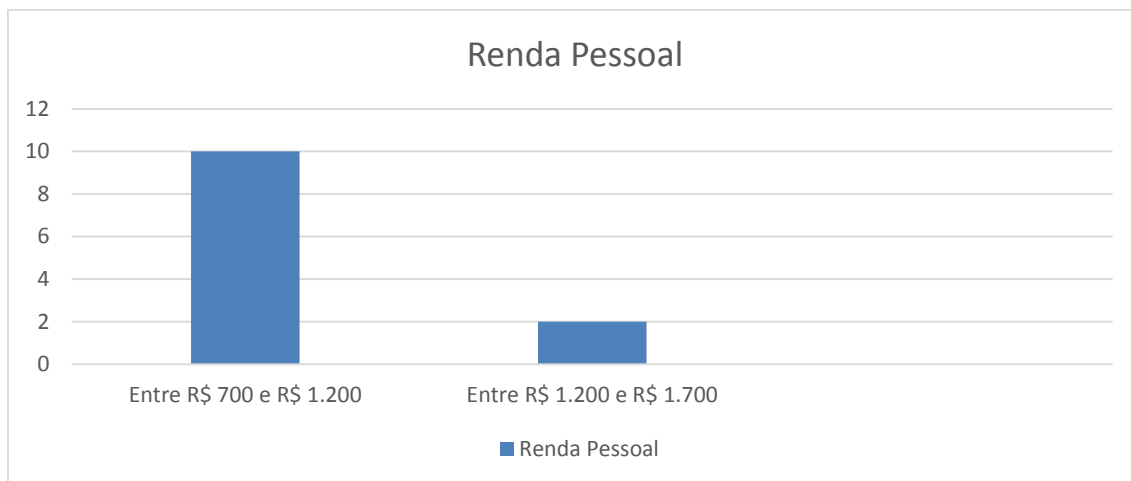
Fonte: Pesquisa do autor.

O gráfico 24 apresenta qual a renda pessoal dos moradores, que possui uma variação entre R\$ 700,00 e R\$ 1.700,00. A grande maioria deles tem a renda entre R\$ 700,00 e R\$1.200,00 e a média é de R\$ 1.000,00, totalizando 10. Todos os 3 informais estão enquadrados nessa faixa de renda e outros 7 formais. Os dois moradores que ganham entre R\$ 1.200,00 e R\$ 1.700,00 são formais e trabalham na rede de supermercados.

Como nesse cortiço também temos dois casais participantes da pesquisa, a renda familiar dos mesmos ultrapassa R\$ 2.000,00.

No caso desse cortiço do bairro São Lucas, a relação renda/escolaridade também é apresentada nos maiores salários e na formalidade da ocupação os 7 moradores que possuem ensino médio completo e incompleto são registrados e possuem os melhores salários, inclusive os que estão na maior faixa de renda entre R\$ 1.200,00 e R\$ 1.700,00.

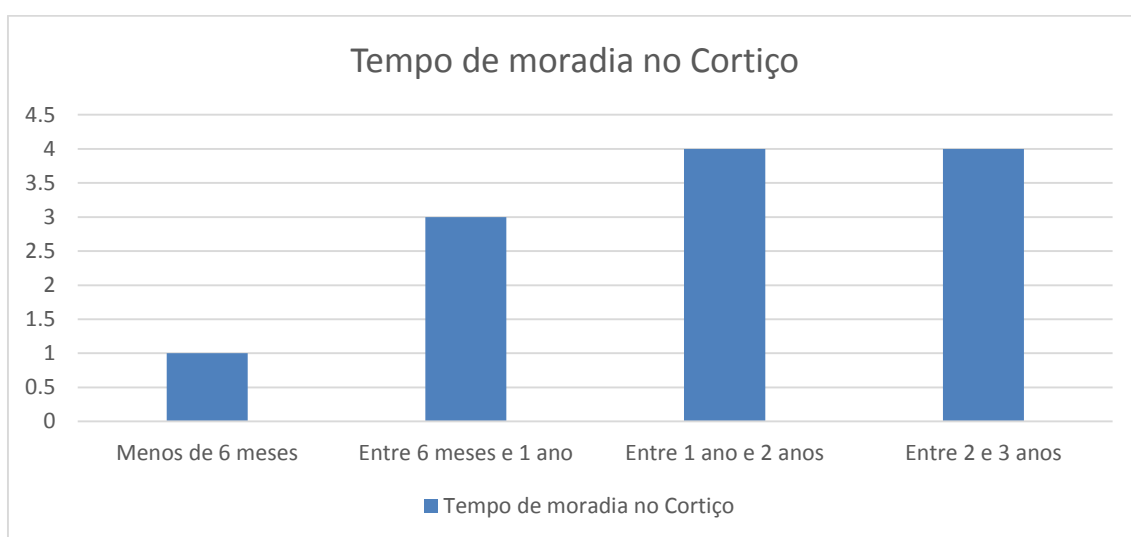
Gráfico 24: Renda pessoal dos pesquisados II



Fonte: Pesquisa do autor.

Outro dado importante para analisarmos é o tempo de moradia no cortiço, como apresentado no gráfico 25, para perceber a classificação interna, nesse local os residentes mais antigos vivem dentro da casa e os mais novos fora. Nesse cortiço o tempo médio de residência dos pesquisados é menor que o cortiço anterior, o morador com mais tempo de residência no local está ali há 2 anos e 6 meses. Neste cortiço, temos 4 moradores residem no cortiço há mais de 2 anos, todos na parte interna e correspondem aos casais. Há também 4 moradores que vivem no local entre 1 e 2 anos, 1 na parte de dentro e os outros fora. E os outros 4 que moram há menos de 1 ano no local, também estão fora da casa.

Gráfico 25: Tempo de moradia dos pesquisados no cortiço II

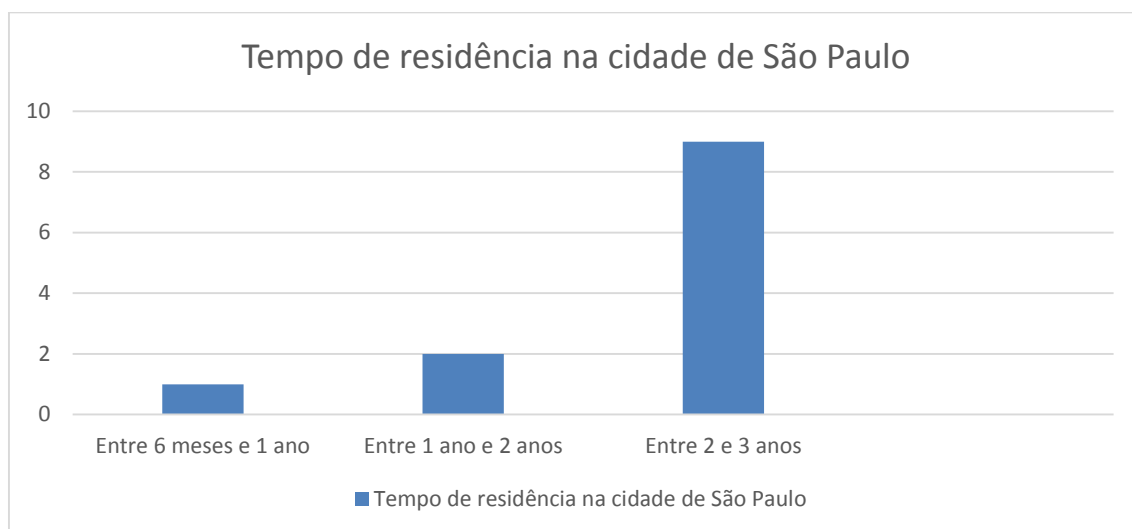


Fonte: Pesquisa do autor

No gráfico 26 observamos que o tempo de residência dos pesquisados na cidade de São Paulo é relativamente curto, todos eles vieram do local de origem há menos de 3

anos. Dos entrevistados 5 deles tem como primeiro e único local de moradia o cortiço localizado no bairro São Lucas. Os outros 7 moraram em outros lugares, sendo 5 deles em outros cortiços da área central da cidade.

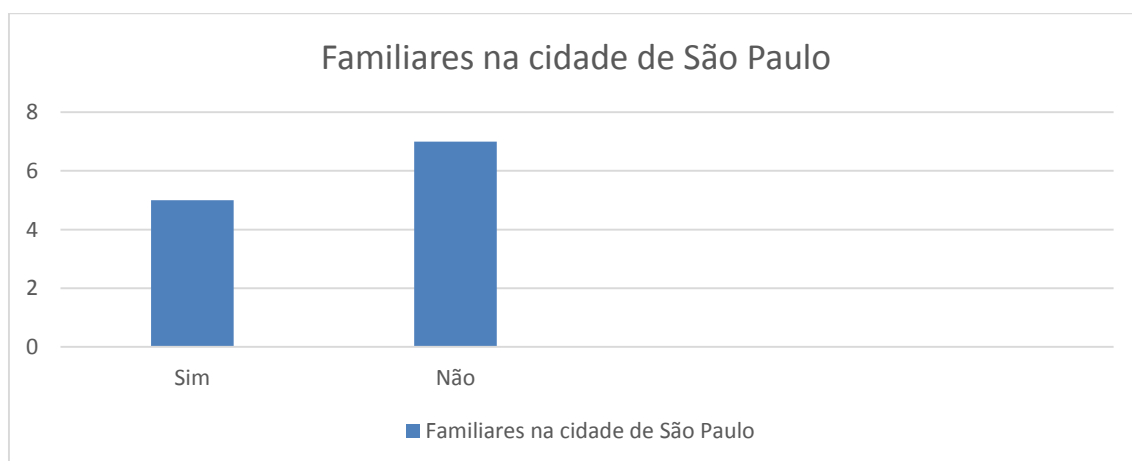
Gráfico 26: Tempo de residência dos pesquisados na cidade de São Paulo II



Fonte: Pesquisa do autor.

Quanto aos pesquisados possuírem familiares na cidade de São Paulo, 7 deles não indicaram o parentesco, vieram sozinhos ou com conhecidos da região de origem. Dos moradores pesquisados, 5 possuem familiares, como apresentado no gráfico 27, temos 2 que possuem irmãos na cidade e outros 3 que possuem primos.

Gráfico 27: Pesquisados com familiares na cidade de São Paulo II

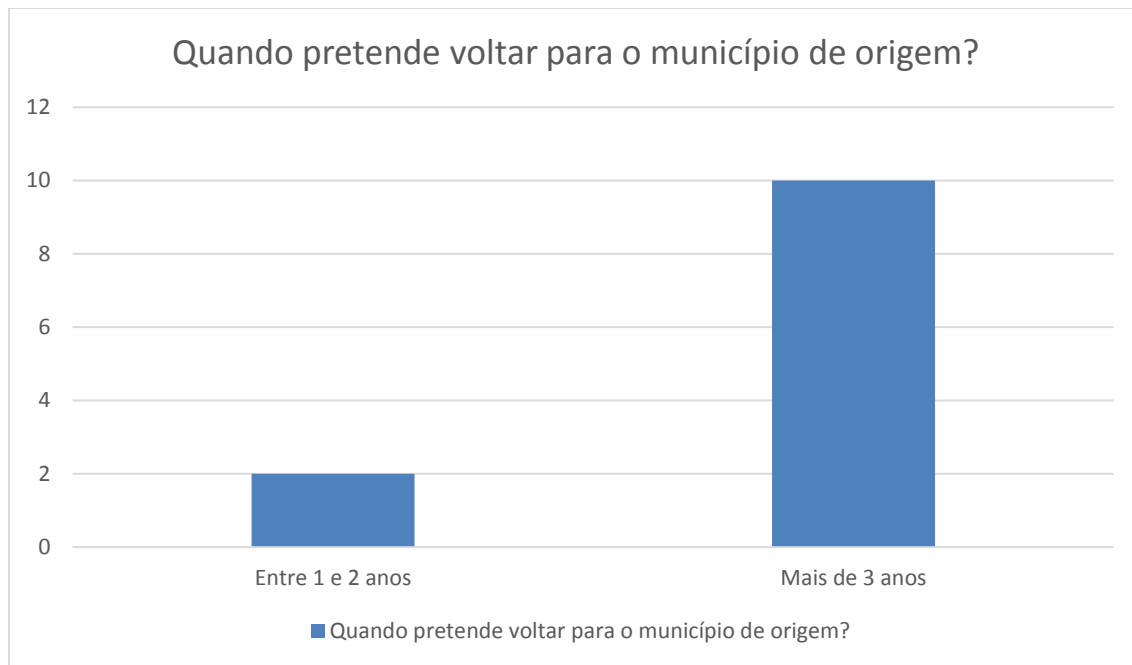


Fonte: Pesquisa do autor.

Quanto a intenção de retornar para o local de origem, todos possuem esse plano. Como no cortiço anterior, o adiamento do plano também ocorre. Dois deles pensam em voltar entre 1 e 2 anos, já os outros pensam em retornar para o local de origem em mais

de 3 anos. Muitos deles gostariam de voltar antes, porém, a necessidade financeira em permanecer prevalece.

Gráfico 28: Pretensão dos pesquisados em voltar para o município de origem II



Fonte: Pesquisa do autor.

As entrevistas e os relatos dos moradores pesquisados do cortiço do Bairro São Lucas

Diferente do cortiço anteriormente analisado, este do Bairro São Lucas não tem a característica de chegada dos moradores da mesma região, mas sim pela proximidade de uma grande rede de supermercados que atraiu os moradores pela oferta de trabalho. Esse foi o principal motivo da vinda dos moradores entrevistados para essa habitação compartilhada. Essa rede se instalou no local, menos de 150m de distância, em torno de 6 anos e atraiu moradores e uma alta rotatividade para esse cortiço.

Segundo um morador da parte interna da casa: *“moro aqui porque estou do lado do trabalho, não pego ônibus, vou a pé e posso acordar sem pressa.”*

Quanto a convivência no imóvel, nota-se uma segregação externa com os moradores do cortiço, boa parte dos entrevistados disse ter relação mais próxima com os moradores do mesmo quarto e pouca relação com os outros moradores, principalmente os rotativos. Para os que moram na parte externa, disseram que a convivência é

tranquila, pois procuram ficar dentro de seus quartos para descansarem e fazerem o que gostam, configurando segregação.

Já para os que moram na parte interna, que são as famílias e outro morador disseram que a convivência na parte interna é muito sadia e criaram laços de amizade, evitam saírem e não permitem que os moradores da parte externa transitem pelo local. Percebemos uma separação extrema entre os que residem dentro e fora da casa. Segundo um morador da parte interna: *“convivemos muito bem aqui dentro, todos se respeitam e somos amigos. Não vamos lá no fundo e conhecemos os mais antigos de lá, eles querem vir aqui pra dentro, esperam abrir vagas para eles entrarem. Mas depende de quem é, entra ou não, decidimos aqui.”*

Nesse cortiço existe também uma diferença entre os que estão dentro e os que estão fora na questão de como consideram as condições de moradia nessa habitação compartilhada. Para os de dentro, acham as condições boas e seguem algumas regras de convivência como a distribuição de tarefas de limpeza e segurança com o local. Cada dia da semana um morador faz a limpeza dos locais de comum acesso e cada morador tem as chaves da porta e dos cadeados.

Para os que moram fora, as respostas foram totalmente inversas. Disseram que as condições são muito precárias e acham complicada a situação em que vivem. A construção “puxadinho” nos fundos do cortiço para abrigar mais pessoas, é muito precária onde as paredes não possuem tintura e a maioria dos quartos tem os tetos sem laje ou forro, com goteiras e muito calor. Os banheiros e a cozinha também são precários e sem higiene. Segundo um morador da parte externa: *“quando chove, é pingando pra todo lado. Quando faz calor, derretemos. A cozinha e o banheiro são imundos.”*

Sobre as maiores dificuldades e problemas enfrentados pelos moradores do cortiço, tanto os de dentro como os de fora da casa, as respostas foram convergentes. As dificuldades apontadas foram a falta de privacidade, a limpeza e a frequente fiscalização e procura de construtores interessadas na localização em que residem.

Por dividirem quartos e ambientes a falta de privacidade é clara no local, os moradores sentem por não terem seu espaço. A questão da limpeza é mais exposta pelos

da parte de fora do cortiço, o banheiro e a cozinha foram as principais fontes de reclamação. E a questão da incerteza está presente em todos os depoimentos, pois é constante a tentativa da compra do prédio por construtoras e os moradores não sabem sobre as negociações com o proprietário do imóvel por isso não sabem se em alguns meses terão a sua moradia e, além disso, a prefeitura faz fiscalização no imóvel temporalmente pelas más condições físicas, trazendo com mais intensidade o clima de incerteza nos moradores.

Segundo um morador da parte interna: *“de verdade, não sei se daqui 2 ou 5 meses esse prédio vai estar aqui, estão querendo derrubar pra construir apartamentos, é complicado não saber se vai ter casa em qualquer momento.”*

Para os moradores, também como no cortiço anteriormente analisado, os fatores positivos em morar em habitação compartilhada são a proximidade do trabalho e o valor do aluguel. Neste imóvel, na parte externa os valores mensais não chegam a R\$ 250,00 e na parte interna a R\$ 400,00. E a maioria dos entrevistados trabalha na rede de supermercado e no posto de combustíveis que estão a menos de 200m do local. Segundo um morador da parte interna da casa: *“é muito bom trabalhar do lado de casa, no meu intervalo da até pra ir ver meus filhos”*.

No cortiço do Bairro São Lucas, a questão sobre os riscos em viver nesse ambiente está pautada na incerteza, na insegurança e insalubridade. A incerteza está na falta de garantia de moradia dos entrevistados, a especulação imobiliária e as fiscalizações refletem esse fato, além de não terem informações do gerente do local e muito menos do proprietário. Tal questão é relatada pelos moradores tanto de dentro quanto de fora da casa.

Outro ponto de risco citado por todos os moradores entrevistados é a segurança no local. Todos sentem riscos e vulnerabilidade pela alta rotatividade de moradores do cortiço. Apesar de haver quartos específicos para os moradores rotativos na parte de fora do imóvel, roubos, brigas e discussões acontecem rotineiramente e isso causa um grande medo nos moradores.

O ponto de risco que os moradores trouxeram com relação a insalubridade foi feito pelos que vivem na parte externa pelas péssimas condições de higiene e limpeza dos ambientes e pela estrutura física da construção que também é precária. O banheiro e a cozinha são imundos, as paredes não possuem tinta e os tetos não possuem forro ou laje, causando infiltrações e goteiras que em períodos de frio causam transtorno aos moradores. Além de tudo isso, a ventilação nos quartos é limitada.

Segundo um morador da parte externa: *minha condição é ruim, não sei se terei casa daqui um tempo, passa um monte de louco por aqui e aqui no fundo só não é mais sujo por falta de espaço.*”

Com as respostas dos entrevistados podemos trazer claramente a relação entre as condições de moradia em cortiço e a vulnerabilidade exposta dos moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao demonstrar a relação existente entre as condições da moradia em cortiços e a vulnerabilidade presente nesse ambiente, a intenção dessa pesquisa foi enfatizar a gravidade do problema da habitação compartilhada que persiste na cidade de São Paulo.

A cidade de São Paulo sempre teve parte de sua população vivendo em condições precárias de habitação. Hoje, ainda há precariedade, seja do ponto de vista de ausência de serviços de infraestrutura, seja considerando as condições de segurança do imóvel, como risco de desmoronamento, de inundação, de incêndio devido a ligações elétricas precárias, além do perigo de se contrair moléstias infecciosas decorrentes do acúmulo de lixo e de condições insatisfatórias de higiene, insolação e ventilação. Persiste igualmente o perigo de contágio devido à promiscuidade decorrente do acúmulo de pessoas num diminuto espaço físico, sem condições de salubridade e, atualmente, de poluição com resíduos industriais e contaminação com material radioativo (MARQUES, TORRES & SARAIVA, 2002). Embora os cortiços que analisamos estejam localizados em regiões com boa infraestrutura urbana, a precariedade é interna ao imóvel caracterizando insalubridade entre os riscos iminentes.

Nesse sentido, os cortiços que são sub-habitações construídas como moradia de aluguel e outras, subdivididas ilegalmente, localizam-se preferencialmente nas áreas centrais ou próximas do centro, pela possibilidade de aproveitamento da infraestrutura existente e proximidade de postos de trabalho, estratégia que explica a permanência deste tipo de solução até os dias atuais. A rotatividade nos cortiços é alta devido à insegurança profissional e aos frequentes aumentos de aluguel por parte dos proprietários ou locadores, fato que caracteriza o cortiço como forma de habitação temporária (VÉRAS, 1992).

As principais características dos primeiros cortiços da história predominam até os dias de hoje. Cômodos pequenos, superlotação, uso coletivo de banheiro, cozinha e tanque, precariedade das instalações hidráulicas e elétricas, falta de privacidade, exploração de alugueis, várias funções exercidas em um mesmo cômodo, tais como o quarto servindo de cozinha e a sala de quintal para secar roupa. Para alugar um imóvel é necessário dispor do valor do aluguel, ter renda fixa e muitas vezes possuir um fiador, exigências que são inviáveis para um trabalhador informal. E, ainda que este consiga obter a renda necessária para alugar um imóvel, as dificuldades citadas impedem que a locação seja formalizada e, portanto, dificultam futuros cadastramentos e sua

participação em programas oficiais. Assim, pode-se concluir que os moradores optam por viver em cortiços mais por falta de vínculo empregatício do que de renda para pagar o aluguel. Por isso o encortiçamento é um processo que tem características diferenciadas de outras formas de sub-habitação (PICCINI, 2004).

Também KOWARICK e ANT (1994) relatam sobre as diferentes modalidades de habitação coletiva existentes nos anos de 1990 e mostram que algumas delas não diferem do passado e podem ser relacionadas com as características atuais:

- Antigas residências térreas e casarões antigos nas áreas centrais, cujos quartos raramente ultrapassam quatro metros.
- Edifícios abandonados e invadidos, os chamados cortiços verticais, que fogem da definição clássica de cortiço, pois alguns têm banheiro privativo; entretanto, são altamente adensados: apartamentos de um quarto, muitos apartamentos no mesmo andar, corredores transformados em área de lazer, alto nível de promiscuidade.
- Na periferia, os chamados “língua”: sequência de cubículos, servidos por um único banheiro, um único tanque e, às vezes, por um único poço.

Observando as características genéricas dos cortiços é possível perceber a presença de condições precárias de moradia, ou seja, os encortiçados passam por situações de vulnerabilidade expressadas nos riscos eminentes observados pela insegurança, incerteza e insalubridade.

Retomamos a abordagem utilizada nesta tese como conceito de vulnerabilidade que se volta para pressões socioeconômicas. No quadro de uma diversidade de linhas, a sistematização feita por Susan Cutter estabelece distinções que incluem uma perspectiva dinâmica e ampla. Para a autora, há três temas expressivos nos estudos da vulnerabilidade: 1) a vulnerabilidade como uma condição pré-existente; 2) a vulnerabilidade como uma resposta matizada; e 3) a vulnerabilidade como perigos do lugar.

Para o debate teórico sobre vulnerabilidade utilizamos três elementos importantes e fundamentais: a exposição a certos riscos, a capacidade de enfrentá-los e a potencialidade destes de trazer consequências importantes para os afetados.

Para tratar da relação vulnerabilidade e condições de moradia, esta tese elegeu como objeto de estudo dois cortiços situados no anel intermediário da capital paulista, um no bairro do Carrão e o outro no bairro Parque São Lucas. Sabe-se que a maior concentração de cortiços está nas áreas central e interior da capital paulistana e diversas pesquisas foram realizadas nessas regiões, sendo assim, selecionou-se para esse estudo

o anel intermediário de São Paulo, pois, como local que está entre a região central e a periférica do município, apresenta como uma região de boa acessibilidade, infraestrutura urbana, social e econômica e condições de vida da população regulares e pretendemos identificar as especificidades do morar em cortiços nessa região. Localizamos dois cortiços nos bairros citados, que pertencem às subprefeituras de Aricanduva e Vila Prudente respectivamente, pelo critério de localização e desconcentração desse tipo de moradia.

Para o processo de análise e busca dos objetivos com maior profundidade, selecionamos 4 famílias, duas de cada cortiço. No cortiço do Bairro Carrão, as duas famílias somam 9 pessoas, sendo 4 adultos e 5 crianças/adolescentes. Já no cortiço do bairro Parque São Lucas, as duas famílias somam 8 pessoas, sendo 4 adultos e 4 crianças/adolescentes. Além das famílias, que vivem em quartos separados, selecionamos 8 moradores sorteamos aleatoriamente de cada cortiço que dividem o quarto muitas vezes com desconhecidos e todos vieram de outros Estados do Brasil para tentarem uma condição de vida melhor. Para as informações gerais dos cortiços, como o número de quartos, moradores, banheiros, cozinhas, rotatividade e etc., entrevistamos as pessoas que “tomam conta” dos cortiços. São funcionários dos proprietários que tem a função gerencial da habitação compartilhada, como selecionar novos moradores, verificar problemas estruturais e de convivência, receber os aluguéis, entre outras funções.

As características mais significativas dos imóveis pesquisados no anel intermediário são: o contraste com os imóveis vizinhos, a utilização do quintal para a construção de novos quartos, um sistema de aluguel de vagas, além do de cômodos, uma segregação entre a área interna e externa do imóvel e uma rotatividade muito grande de moradores.

Quanto ao contraste com os imóveis vizinhos, os cortiços construídos na década de 1950 estão em condições deterioradas em relação à vizinhança. Notamos em seus entornos muitos condomínios verticais e umas áreas de comércio muito intensas com aparências de tempo de construção recente, o que demonstra a incerteza e a preocupação dos moradores na permanência do imóvel dada a procura por aquisição de construtoras.

Outra característica pontual dos cortiços analisados é a construção em seus quintais de uma área utilizada para receber novos moradores, quartos grandes com muitas camas e beliches onde os proprietários alugam vagas e não cômodos. Essa característica difere as habitações compartilhadas do anel intermediário dos imóveis

localizados na área central e periférica da cidade de São Paulo. Outra característica que pode diferir dos cortiços das outras regiões do município é a segregação interna existente entre os moradores da área original e antiga do imóvel com os da parte externa (a área construída posteriormente ao uso compartilhado), tal segregação deixa clara e evidente a insegurança e a precariedade existente no local pela grande rotatividade de moradores e pela área acrescentada não possuir higiene e condições satisfatórias de moradia.

No bairro Carrão, selecionamos um cortiço na Rua Cândido Vale, 118/128, um prédio da década de 50 com estrutura precária e onde residem atualmente 52 pessoas. A construção é geminada, são duas casas térreas com 8 quartos na parte interna e 7 quartos na parte externa (construída para agregar mais moradores). Na parte interna residem 4 famílias e na externa 2 famílias ocupando 6 quartos, os outros 9 quartos são divididos entre os moradores que inquilinos de “vagas ou camas” e a rotatividade é muito alta. O cortiço possui 3 áreas para cozinhar, 2 áreas de comum acesso (salas) e 5 banheiros (3 internos e 2 externos), sendo 1 dos internos apenas para uso da bacia sanitária. As informações obtidas foram concedidas pela administradora do cortiço e por alguns moradores.

Fizemos uma pesquisa com essas 12 pessoas para identificar as características pessoais como idade, escolaridade, trabalho, renda e também as observações e relatos sobre como é viver em uma habitação compartilhada envolvendo seus riscos, as dificuldades, as expectativas, os motivos de permanência e a percepção da vulnerabilidade habitacional que estão expostos. Dos 12 moradores pesquisados, todos tem atividade profissional: 4 são informais, 1 autônomo e 7 formalizados. Dos trabalhadores informais, os quatro trabalham como diaristas em transporte, os chamados “chapas”, que ajudam os motoristas a fazerem entregas de suas cargas. Os transportes são fretes feitos na região e a informação é que as cargas são na maioria material para construção de novos empreendimentos imobiliários.

A renda pessoal dos moradores varia entre R\$ 700,00 e R\$ 1.500,00. A maior parte deles tem a renda entre R\$ 700,00 e R\$1.200,00 e a média é de R\$ 1.000,00. Entre os 8 moradores nessa faixa de renda 5 são formais e 4 são informais (os trabalhadores de transporte). Os dois moradores que ganham entre R\$ 1.200,00 e R\$ 1.600,00 são formais e tem a atividade de porteiros em condomínios. E o morador que ganha menos R\$ 700,00 é o autônomo vendedor de produtos derivados do mel.

Observando a média de renda dos participantes do estudo, verificamos que é baixa relacionando os gastos de aluguel (que é de R\$ 350,00, em média), de alimentação, transporte e alguns enviam dinheiro para os familiares em outros municípios. Além de alguns participantes do estudo manterem gastos com filhos, o que aumenta ainda mais a dificuldade com a renda e que dificulta a busca por outro tipo de habitação. Comparando com a renda per capita média da população do bairro e do município de São Paulo a dos moradores ainda é considerada baixa, caracterizando uma segregação externa evidente. Os moradores encortiçados estão inseridos em uma região com uma renda per capita maior, com índice intermediário de vulnerabilidade social e optaram por esse tipo de moradia por estarem próximos dos trabalhos mesmo vivendo segregados em um local com elevado grau de vulnerabilidade.

Outro dado importante é a intenção de retornar para o local de origem, todos possuem essa vontade. A grande maioria pretende voltar em mais de três anos, apenas 1 pretende voltar em menos de 1 ano (o morador mais jovem com 23 anos e que não se adaptou à cidade). Porém, esse período é sempre revisto. Pelo que os moradores disseram, a expectativa da volta é grande, mas é sempre adiada por não terem alcançado os objetivos traçados na vinda, principalmente na questão financeira. São migrantes, a grande maioria tem a origem do Estado de Minas Gerais, com qualificação baixa e vieram há pouco tempo para a cidade de São Paulo com expectativas positivas nem sempre atingidas.

O cortiço situado no Bairro do Carrão tem uma característica importante, a relação próxima e uma rede de contatos entre boa parte de seus moradores. Na primeira questão aberta feita aos entrevistados, que buscava a informação de como chegaram até essa moradia, a maioria das respostas foi a intermediação de conhecidos que vieram da mesma região. A região da maioria dos entrevistados é a norte do Estado de Minas Gerais e esta situação mostra que a vinda para a cidade de São Paulo foi iniciada por algum contato o que gera uma confiança maior e descarta a migração "aventureira" dessas pessoas.

A sociabilidade no cortiço revela problemas de convivência, há segregação para os rotativos. Embora a resposta unânime de uma relação amistosa, percebe-se que de não muito contato, apesar da maioria dos entrevistados se conhecerem por conterraneidade. Gera uma desconfiança explícita com os rotativos que permanecem por pouco tempo no local. Essa desconfiança é ainda maior para os moradores que vivem fora da casa, por estarem em quartos próximos e terem mais contato com os

moradores rotativos. Porém, de uma forma geral, a convivência é amistosa entre eles. Esse contexto evidencia a exposição à insegurança e cada vez mais tende a predominar atitudes de individualismo, pois preferem interagir com quem já tinha algum tipo de relação ou ficam reclusos em suas camas sem criar relação com os outros moradores.

Quando buscamos perceber como os moradores consideram as condições de moradia, ficou explícito o descontentamento com a atual situação e que estão passando por esse contexto por necessidade e por não poderem pagar outro tipo de moradia. Todos consideram as condições de moradia precária, seja pela ausência de limpeza, conforto e privacidade.

Depois de buscarmos entender a percepção dos moradores sobre as suas condições de moradia, no mesmo sentido, a busca foi entender as maiores dificuldade e problemas no local que residem. E mais uma vez, tivemos respostas muito similares e convergentes na questão da privacidade, limpeza e rotatividade de moradores. Por outro viés, pensando nos fatores positivos de residir em um ambiente compartilhado, os moradores tiveram convergência nas respostas mais uma vez. A maioria dos entrevistados cita a localização e o valor do aluguel como fatores positivos e relevantes para residirem. Este cortiço fica próximo do metrô e de linhas de ônibus que circulam na região e como a maior parte dos moradores trabalham próximo ao local, facilitam o caminho até o trabalho, além de terem muito próximo do local dos serviços como supermercados, farmácias e etc. Notamos um olhar dos moradores participantes do estudo de conformismo e aceitação das condições precárias de habitação, que demonstram estarem satisfeitos com alguns fatores da moradia compartilhada apesar de estarem cientes da vulnerabilidade que são expostos. Apresenta-se, assim, uma falta de perspectiva e uma relação muito clara com a falta de renda e a clara intenção de retorno para seus municípios de origem.

Para finalizar a análise, buscamos a percepção dos entrevistados sobre os riscos em viver em habitação compartilhada, essa questão foi fundamental para trazer a relação entre vulnerabilidade e a moradia em cortiços. Para os moradores entrevistados, os riscos mais eminentes são a violência e a insalubridade. Todos demonstraram estar preocupados com a rotatividade de moradores, expuseram situações de brigas, discussões e roubos em vários momentos, apresentando um risco constante de violência. A segurança praticamente não existe no local, o acesso as partes interna e externa são facilitados e os moradores tem que trancar seus quartos e muitos possuem caixas com cadeado e cofres para tentar manter mais seguros seus pertences. Ou seja, os moradores

estão cientes da exposição à vulnerabilidade e sabem dos riscos que convivem neste tipo de habitação, porém relatam que não conseguiram alternativas de sobrevivência em outro local principalmente pelo nível de renda.

No bairro São Lucas, selecionamos um cortiço na Rua Alto Bonito, 52/54/54A, um prédio da década de 60 também com estrutura precária e onde residem atualmente em torno de 50 pessoas. O prédio possui 7 quartos na parte interna e 4 quartos na parte externa (também construída para agregar mais moradores). As famílias, que são 4, residem na parte interna ocupando 4 quartos, os outros 7 quartos são divididos entre os moradores que alugam “vagas ou camas” e a rotatividade é muito alta. O cortiço possui 2 áreas para cozinhar, 2 áreas comum acesso (salas), uma na parte interna e outra na parte externa e 4 banheiros (2 internos e 2 externos). As informações obtidas, como no caso do cortiço do Carrão, foram concedidas pela administradora do cortiço e por alguns moradores.

Também foram selecionamos 12 pessoas para as entrevistas, duas famílias e 8 moradores aleatórios, sendo que 5 (dois casais e 1 homem) moram dentro da casa e outros 7 moram fora da casa na construção feita pelo proprietário para agregar e comportar mais pessoas. Uma característica similar nos dois cortiços é a divisão “dentro” e “fora”. Nesse cortiço os aspectos físicos são mais deteriorados e a parte externa é muito precária e desorganizada onde que vive nela está muito mais exposto a uma grande precariedade, menos conforto e maiores vulnerabilidades.

Quanto a atividade profissional dos pesquisados todos possuem trabalho. Sendo que, 3 são informais e o restante (nove) formalizado. Dos trabalhadores informais, um trabalha com ajudante geral em construção civil, um como atendente em uma barraca de feira livre itinerante na região e o outro como garçom em bares da região. Os outros 9 moradores que são formalizados têm atividades parecidas, como no cortiço anterior, 5 trabalham em uma grande rede de supermercados vizinha ao cortiço como repositores de mercadorias e caixas e os outros 4 em um posto de gasolina também vizinho do local como frentistas e caixas. Esse fato representa a baixa qualificação dos moradores, migrantes e sem perspectivas de aumento salarial e melhores condições de moradia, apresentando a evidência da busca pelo retorno as cidades de origem em tempo indeterminado, ou seja, o eterno provisório.

A renda pessoal dos moradores, que possui uma variação entre R\$ 700,00 e R\$ 1.700,00. A grande maioria deles tem a renda entre R\$ 700,00 e R\$1.200,00 e a média é de R\$ 1.000,00, totalizando 10. Todos os 3 informais estão enquadrados nessa faixa de

renda e além dos 7 formais. Os dois moradores que ganham entre R\$ 1.200,00 e R\$ 1.700,00 são formais e trabalham na rede de supermercados. Como apresentado no cortiço anterior, a renda é baixa em relação aos custos relacionados ao aluguel, alimentação, transporte, outros gastos pessoais e ainda alguns enviam dinheiro para suas famílias para os familiares em outros municípios. Nesse contexto a opção por uma habitação compartilhada fica mais evidente, pois se escolhessem outro local para residirem os custos aumentariam e as condições de consumo seriam menores. Como no cortiço anteriormente analisado, a renda dos participantes do estudo é menor que a do bairro e a do município de São Paulo, mais uma vez, segregados e conformados com a o contexto de vulnerabilidade habitacional onde estão inseridos.

Outro dado importante para analisarmos é o tempo de moradia no cortiço, para perceber a classificação interna, nesse local os residentes mais antigos vivem dentro da casa e os mais novos fora. Nesse cortiço o tempo médio de residência dos pesquisados é menor que o cortiço anterior, o morador com mais tempo de residência no local está no mesmo local há 2 anos e 6 meses. Nesse cortiço, temos 4 moradores residem no cortiço há mais de 2 anos, todos na parte interna e correspondem aos casais. Temos também 4 moradores que vive no local entre 1 e 2 anos, 1 na parte de dentro e os outros fora. E os outros 4 que moram há menos de 1 ano no local, também estão fora da casa. Como mencionado anteriormente, as maiores buscas por este imóvel ocorreu pela construção de um grande supermercado próximo que atraiu pessoas para trabalharem no complexo que contempla lojas, posto de combustível e serviços diversos.

Quanto a intensão de retornar para o local de origem, todos possuem esse plano. Como no cortiço anterior, o adiamento do plano também ocorre. Dois deles pensam em voltar entre 1 e 2 anos, já os outros pensam em retornar para o local de origem em mais de 3 anos. Muitos deles gostariam de voltar antes, porém, a necessidade financeira em permanecer prevalece. Nesse sentido, percebemos que a ilusão de uma vida melhor nas grandes cidades ocorre com os moradores deste cortiço e que a não adaptação e a exposição à precariedade e vulnerabilidade habitacional são razões para o retorno aos seus locais de origem. Porém esse retorno é sempre adiado e cada vez mais se caracteriza a moradia compartilhada em um eterno provisório.

Diferente do cortiço anteriormente analisado, este do Bairro São Lucas não tem a característica de chegada dos moradores da mesma região, mas sim pela proximidade de uma grande rede de supermercados que atraiu os moradores pela oferta de trabalho. Esse foi o principal motivo da vinda dos moradores entrevistados para essa habitação

compartilhada. Essa rede se instalou, menos de 150m de distância do imóvel, em torno de 6 anos e atraiu moradores e uma alta rotatividade para este cortiço. Porém a grande maioria é migrante, de baixa qualificação e residem há pouco tempo no local.

Sobre a convivência com os outros moradores do cortiço, boa parte dos entrevistados disse ter relação mais próxima com os moradores do mesmo quarto e pouca relação com os outros moradores, principalmente os rotativos. Para os que moram na parte externa, disseram que a convivência é tranquila e que procuram ficar dentro seus dos quartos para descansarem e fazerem o que gostam. Como no cortiço anteriormente analisado o individualismo dos moradores é evidente, estão longe de familiares e pessoas próximas, apenas cumprem suas atividades profissionais e não gozam de momentos de lazer e tempo livre.

Nesse cortiço existe também uma diferença entre os que estão dentro e os que estão fora na questão de como consideram as condições de moradia nessa habitação compartilhada. Para os que moram dentro, acham as condições boas e seguem algumas regras de convivência como a distribuição de tarefas de limpeza e segurança com o local. Cada dia da semana um morador faz a limpeza dos locais de comum acesso e cada morador tem as chaves da porta e dos cadeados do local. Para os que moram fora, as respostas foram totalmente inversas. Disseram que as condições são muito deficientes e acham complicadas a situação que convivem. A construção “puxadinho” nos fundos do cortiço para abrigar mais pessoas é muito precária onde as paredes não possuem pintura e a maioria dos quartos tem os tetos sem laje ou forro, que possuem goteiras e faz muito calor. Os banheiros e a cozinha, além de precários e não possuem higiene.

Sobre as maiores dificuldades e problemas enfrentados pelos moradores tanto os que de dentro como os que de fora da casa, às respostas foram convergentes. As dificuldades apontadas foram a falta de privacidade, a limpeza e a frequente fiscalização e especulação imobiliária sobre o prédio que residem.

Para os moradores, também como no cortiço do bairro do Carrão, os fatores positivos em morar em habitação compartilhada são a proximidade do trabalho e o valor do aluguel. Nesse cortiço, na parte externa os valores mensais estão em torno de R\$ 250,00 e na parte interna a R\$ 400,00. E a maioria dos entrevistados trabalha na rede de supermercado e no posto de combustíveis que estão a menos de 150m do local. Mais uma vez a consciência dos moradores com relação aos fatores positivos sobrepõem a

exposição aos riscos eminentes e as suas condições de vulnerabilidade e precariedade habitacional que se submetem.

No cortiço do Bairro São Lucas, a questão sobre os riscos em viver nesse ambiente está pautada na incerteza, segurança e insalubridade. A incerteza está presente na garantia de moradia que os entrevistados não possuem, a especulação imobiliária e as fiscalizações refletem esse fato, além de não terem informações do gerente do local e muito menos do proprietário. A questão da incerteza é relatada pelos moradores de dentro e de fora da casa. A insegurança está presente na grande rotatividade de moradores e a insalubridade se apresenta nas precárias condições de higiene do local.

Enfim, os locais pesquisados apresentam características contrastantes com as moradias compartilhadas de outras regiões de São Paulo, diferem dos cortiços centrais que em geral não possuem espaços e quintais para a construção de novas vagas para agregarem moradores e não exercerem um sistema de aluguel de vagas. É diferente dos da região periférica que não possuem estrutura básica em seu entorno como saneamento, transporte e serviços de saúde e educação.

Com as respostas, identificando o perfil dos entrevistados e compreendendo a percepção das condições de moradia dos mesmos, podemos identificar que existe uma precariedade muito grande em habitação compartilhada e a vulnerabilidade é explícita em se tratando dos riscos que os moradores são expostos. Eles sabem, entendem e percebem que estão expostos a essa vulnerabilidade, mas não têm condições e alternativas de buscar outro tipo de moradia. Convivem com uma segregação interna e externa, a primeira caracteriza-se pela grande diferença em morar na área de dentro e na construída externamente nos locais, pois os moradores não possuem nenhum tipo de relacionamento pelo grande índice de rotatividade de moradores apresentando uma insegurança eminente e preocupante. A segunda, representada pela região do imóvel que apresenta um índice de renda per capita mais elevada e de vulnerabilidade social menos preocupante, caracterizada como intermediária, que a realidade dos encortiçados.

Sem poder generalizar, amplificar nossas considerações para as características dos cortiços do anel intermediário da capital paulista, realizamos a indução enumerativa, ou seja, configuramos na análise uma tendência que parece ser específica para essas regiões da cidade, pois as edificações pesquisadas contrastam com seu entorno (quase “ilhas” de tijolos e precariedade em confronto com edifícios verticalizados com concreto e aço), moradores pobres, segregados internamente (os “de dentro” e os “de fora”) e com os vizinhos do bairro. Combinam-se o aluguel de

cômodos e com o de vagas, este sistema porque há quintal e assim a existência da possibilidade de construção de cômodos anexos ao imóvel principal.

Trata-se de casas térreas com idade média de 50 anos, quando os bairros eram periféricos; hoje tais bairros foram incorporados pelo mercado imobiliário pelas suas boas condições urbanas, ou seja, infraestrutura, acessibilidade, oferta de empregos, em outros termos a cidade “chegou lá”. Seus moradores trabalham no setor terciário que é flexível e se encontra por toda a cidade e por isso foram atraídos pelo local. Os aluguéis são baixos e contam com a proximidade do emprego, para os migrantes essa é uma situação típica e não exige documentos para a locação.

Contudo, concluímos que a vulnerabilidade é iminente nos moradores encortiçados e que esse contexto de “eterno provisório” dificulta e inibe alternativas para a melhoria na qualidade de vida e moradia. Sem condições financeiras de buscar outro local para viver, as pessoas que habitam os cortiços estudados estão expostas aos riscos de insalubridade, violência e incerteza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Mauricio A.; KOHARA, Luiz; FARIA S.C. “**A história da atuação em cortiços**” in: CARICARI, Ana Maria E KOHARA, Luiz. (orgs) *Cortiços em São Paulo: Soluções viáveis para habitação social no centro da cidade e legislação de proteção a moradia*, São Paulo, Mídia Alternativa Comunicações e Editora, 2006
- ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo, Contexto, 2007.
- ALVES, Humberto. “**Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana**: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, v. 23, n. 1, pp. 43-59, 2006.
- ANT Clara, KOWARICK, Lucio e VERAS, Maura. **Cortiços em São Paulo, sua história, atualidade**. São Paulo, COGEP, 1991.
- ARRETCHE, Marta. “**Intervenção do Estado e setor privado**: o modelo brasileiro de política habitacional”. In: *Estado, Mercado e Habitação, São Paulo, Espaço e Debates*. nº 31, ano X, 1990.
- BECK, Ulrich. “**A reinvenção da política**: rumo a uma teoria da modernização reflexiva”. In: BECK, U.; GIDDENS, A. e LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo, Ed. Unesp, 1997.
- BÓGUS, Lucia. M. “**Urbanização e metropolização**: o caso de São Paulo”. In: BÓGUS, Lucia; WANDERLEY, Luis Eduardo. **A luta pela cidade em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1992.
- BONDUKI, Nabil J.; ROLNIK, Raquel. **Periferias: a ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho**. São Paulo: PRODEUR/USP, 1979. (Cadernos de Estudos e Pesquisa, 2).
- BONDUKI, Nabil. **Habitat: as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- BONDUKI, Nabil. *Crise na Habitação e luta pela moradia pós-guerra* in: **Lutas Sociais e a Cidade**: São Paulo Passado e Presente. 2ª edição, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994
- BONDUKI, Nabil. **Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana**. São Paulo, Editora Estação Liberdade, 2000
- BRANT, Vinicius C. **Morar em São Paulo**. In: BRANT, V.C. (coord.) São Paulo:

trabalhar e viver. São Paulo, Comissão de Justiça e Paz/Brasiliense, 1989. p.71-101.

BRUHNS, Hinnerk. ***Ville et État chez Max Weber***. Les Annales de la Recherche Urbaine, Paris, n. 38 jun./juil. 1988.

CAIADO, Maria Celia Silva. ***Distribuição espacial da população e estruturação do espaço urbano***. Campinas, IFCH/Unicamp, 2001. Mimeo.

CAMARGO, Paulo Ferraz. et alli. ***São Paulo 1975, crescimento e pobreza***. São Paulo, Loyola, 1976.

CANDIDO, Antonio. ***Parceiros do Rio Bonito***. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CARLOS, Ana Fani. ***A Cidade***. São Paulo. São Paulo: Contexto (Repensando a Geografia), 1994, 2ª ed., 106p.

CASTELLS, Manuel. ***La question urbaine***. Paris: Maspero, 1977.

CIDADE, Lucia Cony. ***Urbanização, ambiente, risco e vulnerabilidade***: em busca de uma construção interdisciplinar. *Caderno Metrópole*, São Paulo, V. 15, n. 29, pp. 171-191, jan/jun 2013.

CHAMBERS, R. ***Vulnerability***, coping and IDS Bulletin, v. 20, n. 2, 1989.

COSTA, Lúcia C. ***O dilema brasileiro da desigualdade social in Sociedade e Cidadania***: desafios para o século XXI, Editora UEPG, Paraná, 2005

CUNHA, da; JAKOB, Alberto; HOGAN, Daniel. e CARMO, Roberto. “***A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas***”. In: CUNHA, J. M. P. da (org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*.Campinas, Nepo/Unicamp, 2006.

CUTTER, Susan. ***The vulnerability of science and the science of vulnerability***. Annals of the Association on of American Geographers, v. 93, n. 1, p. 1-12, 2003. Disponível em: <<http://web.ebscohost.com/ehost/pdf?vid=3&hid=3&sid=e5261e2c-8ccc-48cd-a0ee-437e9b626296%40sessionmgr2>> Acesso em: 22 AGO 2014.

CUTTER, Susan. ***Vulnerability to environmental hazards***. Progress in Human Geography, v. 20, n. 4, pp. 529-539,1996.Disponível em: <http://webra.cas.sc.edu/hvri/docs/Progress_Human_Geography.pdf>. Acesso em: 15 ago 2014.

CUTTER, Susan. L.; BORUFF, Brian e SHIRLEY, Lynn. ***Social vulnerability to environmental hazards***. Social Science Quarterly, v. 84, n. 2, pp. 242-261, 2003. Disponível em: <<http://web.ebscohost.com/ehost/pdf?vid=3&hid=7&sid=aaa763f3-edae-4b81-b2c8-751706ea12ff%40sessionmgr2>>.Acesso em: 22 AGO 2014.

DESCHAMPS, Maria de Lourdes. ***Estudo sobre a vulnerabilidade socioambiental na***

região metropolitana de Curitiba. Cadernos Metrópole, n. 19, pp. 191-219, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Global, 1985.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão.** Duashist rias de construção de uma “Nova Cidade” em São Paulo: Faria Lima e  gua Espraiada. São Paulo, Bomtempo, 2001.

FREITAS, Clarissa Figueiredo e CIDADE, Lucia Cony. **Proteção ambiental e direito   cidade: reflexões sobre o modelo de ocupação urbana na APA do Rio São Bartolomeu, DF.** II SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM MEIO URBANO: Abordagens, conflitos e perspectivas nas cidades brasileiras. Natal, 9 a 11 de maio, pp. 1-20, 2012.

FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul & VENABLES, Anthony; **The Spatial Economy.** Mit Press, 1999.

FURTADO, Celso. **A habitação.** Estudos Avançados. São Paulo, vol.17, n. 48, maio/ago. 2003

GARZA, Almanza. **Agua y salud:** agente causal de una nueva enfermedad relacionada con el  gua. Revista Salud Publica, n 3, jan-mar, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade.** São Paulo: Ed Unesp, 1991, 2a ed.

GONÇALVES, Maria F. **Processo de urbanização no Brasil: delimitação de campo de pesquisa.** Espaço e Debate, n. 28, 1989, p. 67-79,

GRAFMEYER, Yves; JOSEPH, Isaac. (Org.) **L’ cole de Chicago.** Paris: Éditions du Champ Urbain, 1979.

GROSTEIN, Marta D. “**Expansão Urbana e habitação da classe trabalhadora:** da vila operária ao lote popular” in: SAMPAIO, Maria Ruth A.S. (coord.) *Habitação e Cidade São Paulo*, FAUUSP/FAPESP, 1998

HOGAN, Daniel J. e MARANDOLA Jr., E. “**Para uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade**”. In: CUNHA, J. M. P. (org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas, Nepo/Unicamp, 2006.

KATZMAN, Ruben. e FILGUEIRA, Fernando. “**As normas como bem público e privado:** reflexões nas fronteiras do enfoque ‘ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades’ (Aveo)”. In: CUNHA, J. M. P. da (org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas, Nepo/ Unicamp, 2006.

KOHARA, Luiz. **Relação entre as condições da moradia e o desempenho escolar:** estudo com crianças residentes em cortiços. Tese (Doutorado -  rea de

Concentração: Habitat) – FAUUSP. São Paulo, 2009.

KOHARA, Luiz. **Rendimentos obtidos na Locação e Sublocação De Cortiços** - Estudo de casos na área central da cidade de São Paulo, São Paulo, Dissertação de mestrado em engenharia , Escola Politécnica da Universidade de São Paulo ,São Paulo,1999

KOWARICK, Lucio; ANT, Clara. “**Cem anos de promiscuidade** : o cortiço na cidade de São Paulo”in: *Lutas Sociais e a Cidade : São Paulo Passado e Presente* , 2º edição, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em Risco**. São Paulo, Ed. 34, 2009.

LEFÈBVRE, Henry. **Conversa com Henri Lefèbvre**. Espaço e Debates, n.30, São Paulo, 1990.

LEFÈBVRE, Henry. *La vie sociale dans la ville*. In:LEFÈBVRE, H. **Du rural à l’urbain**. Paris:Anthropos, 1970.

LEMOS, Carlos. “Os primeiros cortiços paulistanos”. Em SAMPAIO, Maria Ruth (coord.). **Habitação e Cidade. São Paulo**, FAU-USP/ Fapesp, 1998, pp. 9-38.

LEMOS, Carlos. e SAMPAIO, M. R. A. *Casas proletárias em São Paulo*. São Paulo, FAUUSP, 1994.

LENCIONI, Sandra. **Mudanças na Metrópole de São Paulo (Brasil) e Transformações Industriais**. Revista do Departamento de Geografia. São Paulo, FFLCH-USP, n.12, 1998. p.27-42.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

LOPES, Juarez Brandão. **Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil**.São Paulo: Nacional,1978.

MALPASS, Paul. “**Housing and the new Welfare State**”. *Conference Transforming Social Housing*. Sheffield: Hallam University, HSA Abril, 2004.

MARICATO, Empília. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: HUCITEC, 1996

MARICATO, Ermínia. (Org). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

MARICATO, Ermínia.*Balanço de 30 Meses de Governo*. Ministério das Cidades, Governo Federal. Brasília. 2005.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Erminia. *As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias* in: ARANTES, O.; VAINER, C. e MARICATTO, E. ***A cidade do pensamento único: desmanchando consensos***, São Paulo, 2ª Edição, Editora Vozes, 2000

MARQUES, Eduardo.; TORRES, Haroldo & SARAIVA, C. ***Favelas no Município de São Paulo***: estimativas de população para os anos de 1991, 1996 e 2000. In: Belo Horizonte: *X Congresso da Anpur*. 2002.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti. “**São Paulo: além do Plano Diretor**”. *Estudos Avançados*. São Paulo, USP, vol. 17, n. 47, jan.-abr. 2003.

MARX, Karl. ***O Capital***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

MELO, Marcus André Barreto Campelo. ***Classe, Burocracia e Intermediação de Interesse na Formação da Política de Habitação***. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XII, 1988, Águas de São Pedro, São Paulo. Anais..., Águas de São Pedro, out. 1988.

MENDES, Patricia Brand. Percepção de risco ambiental em cortiço vertical: uma metodologia de avaliação. Tese do programa de saúde pública da Universidade de São Paulo – USP – São Paulo - 2006

MENDONÇA, Francisco. “Riscos, **vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana**: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 10, pp. 139-148, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). ***Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade***. 6ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MOSER, Caroline. ***The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies***. World Development. Great Britain, v. 26, n. 1, pp. 1-19. 1998.

Disponível em:
http://www.sciencedirect.com/science?_ob=MIimg&_imagekey=B6VC6-3SX6Y97-11&_cdi=5946&_user=687355&_orig=browse&_coverDate=01%2F31%2F1998&_sk=999739998&view=c&wchp=d LbVlz-zSkzS&md5=13aba6c7867265fff81a44cad64eb25f&ie=/sdarcle.pdf>. Acesso em: 22 AGO 2014.

NOBRE, Eduardo Alberto. ***Reestruturação econômica e território: expansão recente do terciário na marginal do rio Pinheiros***. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2000.

OLIVEIRA, Maria Cristina Bley da S. ***Política de Habitação Popular no Brasil: Passado e Presente***. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Rio

de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2000.

PAUGAM, Serge. *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: EDUC e Cortez. 2003.

PARK, Robert. *Um roteiro de investigação sobre a cidade*. In: VELHO, G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

PASTERNAK, Suzana & BOGUS, Lúcia. **A cidade dos anéis**. Cadernos LAP 28, 1998.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier “**Metrópole e exclusão: a dinâmica dos processos socioespaciais em São Paulo**”. Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR. Recife, UFPE, 1997, pp. 1484-1497.

PICCINI, Andrea. **Cortiços em São Paulo**. *Conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo*. São Paulo, Annablume, 1999.

PICCINI, Andrea. **Contexto Urbano** in: Laboratório de Projeto integrado e participativo para requalificação de cortiço, FAUUSP, São Paulo, 2002.

PRADO, Eleutério da Silva; PELIN, Eli Roberto. **Moradia no Brasil: reflexões sobre o problema habitacional brasileiro**. São Paulo: Ed. CBMN (Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração); Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), 1993.

PRETECEILLE, Edmond; RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. **Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.40, ANPOCS, v.14, , 1999.

PUGA, Diego. “**European regional policies in light of recent location theories**”. CEPR Discussion Paper 2767. Cambridge: CEPR, abril, 2001.

ROLNIK, Raquel – “**São Paulo na virada do século: o espaço é político**” in : *Espaços e Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos* – anoVI, nº17, Livraria Nobel, São Paulo, 1986

ROLNIK, Raquel . **São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política** in: *Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo Passado e Presente* .2º edição, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a Lei**. 2ª edição, FAPESP/Studio Nobel, 1999

SAMPAIO, Maria Ruth A. de. **Cortiço Vivo: Projeto de reabilitação de cortiço na área central- Bom Retiro**, São Paulo, Revista de Cultura e Extensão USP, nº 0 Julho Dezembro 2005

SAMPAIO, Maria Ruth A. do. **Novas Formas de Encortiçamento Verticalizado na Metrópole Paulistana**”. - documento preliminar, FAU/USP, São Paulo, 2003a.

SANT'ANNA, Maria Josefina. ***A concepção de cidade em diferentes matrizes teóricas das Ciências Sociais***. Revista Rio de Janeiro, n. 9, p. 91-99, jan./abr. 2003.

SANTOS, Milton. ***Metrópole Corporativa Fragmentada: o caso de São Paulo***. São Paulo: Nobel, 122p., 1990.

SANTOS, Milton. ***Por uma Economia Política da Cidade: o caso de São Paulo***. 1994.

SASSEN, Saskia. ***The global city: New York, London, Tokyo***. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SERRA, Geraldo. ***O Espaço Natural e a Forma Urbana***. São Paulo, Nobel, 1987. 218p.

SINGER, Paul. ***Economia Política da urbanização***. São Paulo: Ed Brasiliense, 1980.

SINGER, Paul. ***Dinâmica populacional e desenvolvimento***. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.

SINGER, Paul. ***Desenvolvimento Econômico e evolução urbana***. São Paulo: Ed. Companhia Editora Nacional, 1977.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. ***Linguagem e conhecimento na sala de aula: modos de inscrição das práticas cotidianas na memória coletiva e individual***. Anais do Encontro sobre teoria e Pesquisa em Ensino de Ciências: linguagem, cultura e cognição. FE/UFGM/FE/UNICAMP.(pp.97-113), 1997.

SOUZA, Thais Cristina. ***Cortiços em São Paulo: programas/vistórias/relatos***. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: Habitat) – FAUUSP.

SOUZA, Ângela Gordilho. (Org.). ***Habitar Contemporâneo: novas questões no Brasil dos Anos 90***. Salvador, 1997. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – UFBA, Faculdade de Arquitetura, Lab-Habitar, Salvador. 1997.

SPÖRL, A.; SEABRA, O. C. L. “**A Lei de Proteção aos Mananciais versus a Prática de Ocupação na Bacia do Guarapiranga**”.*Revista do Departamento de Geografia*, n.11, 1997.

TEIXEIRA, Antonio Carlos. ***Cortiço: O pequeno espaço do Povo***. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1985

TORRES, Haroldo da G. ***Desigualdade ambiental na cidade de São Paulo***. Tese de doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

TORRES, Haroldo da G. e MARQUES, Eduardo C. “**Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal**”.*Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Recife, v. 3, n. 4, pp. 49-70, 2001.

- VALENÇA, Márcio M. ***The Inevitable Crisis of the Brazilian Housing Finance System***. Urban Studies, v. 29, n. 1, p. 39-56, 1992.
- VALLADARES, Licia; FREIRE-MEDEIROS, Bianca. ***Olhares sociológicos sobre o Brasil urbano: o Projeto Urban Data-Brasil***. Texto apresentado no Seminário da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, agosto, 2001.
- VENABLES, Anthony; “***Evaluating urban transport improvements: cost-benefits analysis in the presence of agglomeration and income taxation***”. London: CEPR, abril 2004.
- VÉRAS, Maura P. B. ***A Vida em Conjunto, um Estudo da Política de Habitação Popular em São Paulo***. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, PUC-SP, 1980.
- VÉRAS, Maura. “***Os Impasses da Crise Habitacional em São Paulo ou os Nômades Urbanos no Limiar do Século XXI***”. ***Revista São Paulo em Perspectiva***. São Paulo, Fundação Seade, 1987.
- VÉRAS, Maura. ***O Bairro do Brás em São Paulo, um Século de Transformações do Espaço Urbano ou Diferentes Versões da Segregação Social***. Tese de Doutorado. São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, PUC-SP, 1991.
- VÉRAS, Maura. “***Cortiços em São Paulo: Velhas e Novas Formas da Pobreza Urbana e da Segregação Social***”. In: BOGUS, L. e WANDERLEY, L. E. (orgs.). ***A Luta pela Cidade em São Paulo***. São Paulo, Cortez, 1992.
- VÉRAS, Maura. “***A vida social e sua concha: notas sobre Henri Lefebvre e a cidade***”. ***Revista Margem: Espaço – local, mundial imaginário. Revista da Faculdade de Ciências Sociais – PUC-SP.*** , n 2, nov, 1993.
- VÉRAS, Maura. “***A Nov(a) (c)idade do Gelo: Notas Perplexas sobre os Novos Nômades Urbanos***”. ***Revista São Paulo em Perspectiva***. São Paulo, Fundação Seade, vol. 9, n. 2, 1995.
- VÉRAS, Maura. ***Cortiços como Territórios de Alteridade e Exclusão em São Paulo***. Tese apresentada ao Concurso para Professor Titular. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.
- VÉRAS, Maura. ***Trocando Olhares, uma Introdução à construção Sociológica da Cidade***. São Paulo, Studio Nobel, Educ, 2000.
- VÉRAS, Maura. “***Estrangeiros na Metrópole, Territorialidades e Cidadania em São Paulo***”. In: CARIGNATO, Taeco; ROSA, Mirian D. e PACHECO, Raul A. (orgs.). ***Psicanálise, Cultura e Migração***. São Paulo, Y M Editora, 2002.

VÉRAS, Maura. ***DiverCidade, Territórios Estrangeiros como Topografia da Alteridade em São Paulo***. São Paulo, Educ, 2003.

VÉRAS, Maura. “**Novos Nômades Urbanos na Cidade Contemporânea: Desigualdade e Exclusão Sociais em São Paulo**”. In: SILVA, Ana Amélia e CHAIA, Miguel (orgs.). *Sociedade, Cultura e Política, Ensaios Críticos*. São Paulo, Educ, 2004.

VÉRAS, Maura. ***Alteridade e Segregação em São Paulo: Habitações da Pobreza e a Produção do “Outro”***. Projeto de Pesquisa com Bolsa Produtividade – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, 2010.

VÉRAS, Maura. Cidade, vulnerabilidade e território. ***Revista Ponto e Virgula***. n 7, p. 32-48, 2010.

WEBER, Max. ***Economía y sociedad***. Habana: ECS/ Instituto Cubano del Libro, 1971. Tomo I, p.170-204; tomo II, p.695-1046.

WATTS, Michel : BOHLE, Hanns. **The space of vulnerability**: the casual structure of hunger and famine. *Progress in Human Geography*, London,v.17,n. 1, 1993.

WIRTH, L. ***O urbanismo como modo de vida***. In: VELHO, G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Riode Janeiro: Zahar 1987.

APÊNDICE I - FORMULÁRIO I

Endereço:

Distrito:

Ano de Construção:

Tombamento:

Transporte público mais próximo

- ☐ Metro
- ☐ Terminal de ônibus
- ☐ Ponto de ônibus

Aluguel (vaga/pessoa)

- ☐ Menos de 300
- ☐ Entre 300 e 400
- ☐ Entre 400 e 500
- ☐ Mais de 500

Renda Média (per capita)

- ☐ Menos de 700
- ☐ Entre 700 e 1200
- ☐ Entre 1200 e 1600
- ☐ Entre 1600 e 2000
- ☐ Mais de 2000

Total Famílias

- ☐ Menos que 2
- ☐ Entre 2 e 3
- ☐ Entre 3 e 4
- ☐ Entre 4 e 5
- ☐ Mais de 5

Total Pessoas

- ☐ Entre 20 e 30
- ☐ Entre 30 e 40
- ☐ Entre 40 e 50
- ☐ Entre 50 e 60
- ☐ Mais de 60

Homens

- ☐ Entre 10 e 20
- ☐ Entre 20 e 30
- ☐ Entre 30 e 40
- ☐ Entre 40 e 50
- ☐ Mais de 50

Mulheres

- ☐ Entre 10 e 20
- ☐ Entre 20 e 30
- ☐ Entre 30 e 40
- ☐ Entre 40 e 50
- ☐ Mais de 50

Crianças

- ☐ Menos de 10

- ☐ Entre 10 e 15
- ☐ Entre 15 e 20
- ☐ Mais de 20

Quartos

- ☐ Menos de 5
- ☐ Entre 5 e 10
- ☐ Entre 10 e 15
- ☐ Entre 15 e 20
- ☐ Mais de 20

Quartos de famílias

- ☐ Menos de 5
- ☐ Entre 5 e 10
- ☐ Entre 10 e 15
- ☐ Entre 15 e 20
- ☐ Mais de 20

Quartos com vagas

- ☐ Menos de 5
- ☐ Entre 5 e 10
- ☐ Entre 10 e 15
- ☐ Entre 15 e 20
- ☐ Mais de 20

Salas

- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ Mais de 4

Cozinhas

- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ Mais de 4

Banheiros

- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ Mais de 4

Rotatividade dos moradores de quartos internos

- ☐ Menos de 1 mês
- ☐ Entre 1 e 3 meses
- ☐ Entre 3 e 6 meses
- ☐ Entre 6 meses e 1 ano
- ☐ Entre 1 ano e 2 anos
- ☐ Mais de 2 anos

Rotatividade dos moradores de quartos/vagas

- ☐ Menos de 1 mês
- ☐ Entre 1 e 3 meses
- ☐ Entre 3 e 6 meses
- ☐ Entre 6 meses e 1 ano
- ☐ Entre 1 ano e 2 anos
- ☐ Mais de 2 anos

Idade dos moradores:

- ☐ Moradores entre 0 e 15 anos
- ☐ Moradores entre 16 e 25 anos
- ☐ Moradores entre 26 e 40 anos
- ☐ Moradores entre 41 e 55 anos
- ☐ Moradores acima de 55 anos

Formalidade no trabalho

- ☐ Trabalhadores Formais
- ☐ Trabalhadores Informais
- ☐ Desempregados
- ☐ Aposentados

Classificação do cortiço

- ☐ Pequeno
- ☐ Médio
- ☐ Grande

APÊNDICE II - FORMULÁRIO II

Moradia:

Nome:

Idade:

Origem:

Estado civil:

- ☐ Soteiro
- ☐ Casado
- ☐ Divorciado
- ☐ Viúvo

Escolaridade:

- ☐ Analfabeto
- ☐ Básico completo
- ☐ Básico incompleto
- ☐ Fundamental completo
- ☐ Fundamental incompleto
- ☐ Médio completo
- ☐ Médio incompleto
- ☐ Superior completo
- ☐ Superior incompleto
- ☐ Pós graduação

Possui filhos:

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ Mais que 4

Profissão:

Formalidade ocupacional:

- ☐ Informal
- ☐ Autônomo
- ☐ CLT

Tempo de permanência no último emprego:

- ☐ Menos de 6 meses
- ☐ Entre 6 meses e 1 ano
- ☐ Entre 1 e 2 anos
- ☐ Entre 2 e 3 anos
- ☐ Mais de 3 anos

Renda pessoal:

- ☐ Menos de 700
- ☐ Entre 700 e 1200
- ☐ Entre 1200 e 1600
- ☐ Entre 1600 e 2000
- ☐ Mais de 2000

Renda familiar:

- ☐ Menos de 700
- ☐ Entre 700 e 1200
- ☐ Entre 1200 e 1600

- ☐ Entre 1600 e 2000
- ☐ Entre 2000 e 2500
- ☐ Mais de 2500

Gastos mensais:

- ☐ Moradia
- ☐ Alimentação
- ☐ Transporte
- ☐ Roupas/Higiene
- ☐ Saúde
- ☐ Lazer

Tempo de moradia:

- ☐ Menos de 6 meses
- ☐ Entre 6 meses e 1 ano
- ☐ Entre 1 e 2 anos
- ☐ Entre 2 e 3 anos
- ☐ Mais de 3 anos

Tempo de residência em São Paulo:

- ☐ Menos de 6 meses
- ☐ Entre 6 meses e 1 ano
- ☐ Entre 1 e 2 anos
- ☐ Entre 2 e 3 anos
- ☐ Mais de 3 anos

Familiares em São Paulo:

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Pais
- ☐ Irmãos
- ☐ Outros

Pretende voltar para seu município de origem, quando?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Em menos de 1 ano
- ☐ Entre 1 e 2 anos
- ☐ Entre 2 e 3 anos
- ☐ Mais de 3 anos

Como chegou até essa moradia?

Como é a convivência com os outros moradores?

Como considera as suas condições de moradia?

Quais as maiores dificuldades e problemas em relação a sua moradia?

Quais os fatores positivos da sua condição de moradia?

Existem riscos em viver em habitação compartilhada?